Diário de Lisboa

Agosto 1977
Quarta-Feira
10
ANO 57.º
N.º 19 426
6 escudos

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

Assembleia aprovou Lei das Indemnizações

Com os votos favoráveis do PS e de Galvão de Melo, a abstenção do PSD-PPD e os votos contra o PCP, UDP, um deputado independente e CDS, foi aprovada ontem na Assembleia da República a Lei das Indemnizações.

Para o Partido (PS) que votou a favor, trata-se de uma lei «justa e equilibrada». Para o PSD-PPD é «melhor ter esta lei que não ter nenhuma». Para o PCP tal diploma legitima a «exploração, expropriação e expoliação levadas a cabo à sombra da repressão da ditadura de Salazar e Caetano: consagra todas as burlas e fraudes fiscais...». Segundo a UDP «é uma autêntica traição e insulto às aspirações democráticas do Povo português e à situação de miséria em que cada vez mais vivem as massas trabalhadoras do nosso país». O CDS entendeu que tal lei ainda coloca dificuldades ao «relançamento da iniciativa privada nos próximos anos».

Esta tarde o Plenário deverá encerrar os seus trabalhos para férias até Outubro, estando prevista a votação final e global da Lei Barreto e do diploma sobre Arrendamento Rural, além de várias autorizações legislativas ao Governo e a ratificação do diploma sobre o conceito de desalojado.

Ainda da sessão de ontem, é de referir a eleição da presidência da Comissão Nacional do Plano. Salgado Zenha (PS), será o presidente, tendo como vice-presidentes Alfredo de Sousa (PSD), Carlos Carvalhas (PCP) e Pedro Vasconcelos (CDS).

Um voto de protesto apresentado pela UDP contra actos bombistas ocorridos recentemente na Madeira, teve votos favoráveis apenas do PS, PCP, UDP, e um independente. PSD e CDS abstiveram-se.

Por outro lado, ficou sanado no decorrer do plenário de ontem o incidente surgido há dias entre Vasco da Gama Fernandes e Vital Moreira. Ambos consideraram satisfatórias as razões apresentadas e a questão ficou resolvida.

(Pág. 2)

PARA JÁ EM "CONVERGÊNCIA" DE HORÁRIOS

PS e PSD reúnem-se a pensar um no outro

. Os dois partidos de maior representação na Assembleia da República, o PS e o PSD/PPD, reuniram esta manhã os respectivos grupos parlamentares em Lisboa. Reuniões separadas, mas nem por isso distanciadas: curiosamente, os parlamentares reuniram sensivelmente à mesma hora, começando cerca das 11 da manhã o que se calcula já não tanto um debate interno – que entretanto se processou – mas o assento de posições a assumir no contexto partidário e principalmente a de cada partido em relação ao outro. Com efeito, parece agora ter uma orientação irreversível o movimento de aproximação entre o partido do Governo e o presidido por Sá Carneiro. Admite-se como provável que o CDS fique formalmente «de fora», embora mantenha o peso que tem para ser necessariamente consultado quanto à política do Governo e no contexto parlamentar.

No tocante ao Governo, embora não apareça como muito provável que o PS reveja na táctica imediata a estratégia global preconizada no seu programa (a fórmula do governo monopartidário), admite-se largamente que nomes articuláveis com o PSD/PPD (ainda que sob o pretexto de já o terem sido e dissidido depois – por isso consideráveis elementos de ligação entre os dois partidos). Ocorre o exemplo de Santos Silva, caso que não será aliás sem precedentes: e é lembrar Mota Pinto.

No tocante à Assembleia da República, não se pensa naturalmente que o acerto de consultas feito entre o PSD e o CDS está ultrapassado: uma aproximação PSD-PS deverá inevitavelmente alterar as posições e as perspectivas dos três partidos no próximo ano legislativo.

A propósito, a reunião do Grupo Parlamentar do PS (que decorria ainda quando a nossa edição fechou) destinava-se a um balanço da actividade legislativa que termina esta semana. Para o mesmo destino (aparentemente, pelo menos) foi aquela que a Comissão Política do PSD ontem realizou – e de que pouco ou nada transpareceu. Entretanto, o PS tem marcada para amanhã uma reunião da sua Comissão Nacional. Assinale-se a ordem inversa com que os dois partidos fizeram reunir os dois órgãos – o que tanto pode decorrer de razões internas como de motivos tácticos.

Na sua qualidade de secretário-geral do PS, Mário Soares presidiu esta manhã a uma reunião do grupo parlamentar do seu partido. Na foto, Soares está ao lado de Salgado Zenha, e este ao centro, como presidente do grupo, Vêem-se ainda, Jaime Gama, Marcelo Curto, Carlos Laje e António Macedo

SUBSTITUÍDO COMO MINISTRO?

Medina Carreira não confirma nem desmente

Nem «sim» nem «não», talvez «talvez»

Medina Carreira não confirma, mas também não desmente, a sua possível substituição no Ministério das Finanças.

Interrogado pela RDP, a propósito da notícia ontem divulgado (sob reservas) pelo «DL», o actual titular da pasta das Finanças disse, em tom irónico, ficar bastante satisfeito pela sua substituição pelo dr. Santos Silva (presentemente exercendo as funções de vice-governador do Banco de Portugal).

A provável substituição de Medina Carreira não deverá ser caso isolado, integrando-se na remodelação do gabinete do dr. Mário Soares que, a despeito de todos os desmentidos já emitidos, deverá ocorrer muito em breve.

Portugal aceita delegação da OLP

(Pág. 20)

AMANHÃ NO "DL"

As "conquistas da reacção"

– por VÍTOR BENTO

UM PROBLEMA DE "REFORMA"

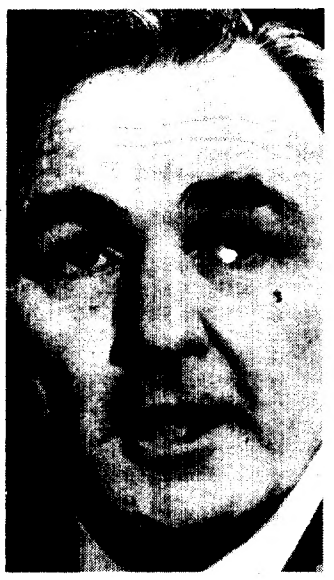
CIA despede 800 agentes

O almirante Stanfield Turner, director da CIA, decidiu aliviar de 800 agentes (15 por cento dos efectivos) os serviços «clandestinos» da agência de informação.

Um porta-voz anunciou ontem à noite esta decisão, afirmando que não tem nenhuma ligação com as actividades ilegais censuradas várias vezes nos últimos anos à CIA não se tratando, de forma alguma, de um vasto movimento de saneamento.

O mesmo porta-voz precisou que os agentes, cujos serviços se tornaram inúteis em larga escala desde o fim da guerra do Vietname, seriam desligados dos quadros progressivamente durante os próximos vinte e seis meses, mediante passagens a reforma normais sem substituição.

A demissão, imposta no mês passado pelo almirante Turner ao número dois da CIA, fizera correr rumores de completa mudança de orientação deste organismo.



Stanfield Turner

Se bem que a CIA não costume informar qual o número dos seus agentes e respectiva distribuição pelo mundo, crê-se que no total conta com uns 16.500 empregados, dos quais uns 6.000 no departamento de operações clandestinas e encobertas.

Cerca de metade dos efectivos do departamento trabalha no estrangeiro, geralmente ao abrigo de Embaixadas ou Consulados norte-americanos.

Enquanto isto, o director da CIA asseverou ontem que esses serviços nunca procederam a gravações no interior da Casa Azul, o palácio presidencial de Seul.

Segundo determinadas informações difundidas há semanas, os americanos conseguiram, graças a uma aparelhagem complicada, utilizando micro ondas, captar à distância conversações de altas individualidades coreanas na Casa Azul.

«Não houve qualquer gravação, e falo em nome da CIA, da NSA (Agência Nacional de Segurança) e de todas as outras agências americanas de informações, declarou o almirante Turner.

O chefe da CIA negou, por outro lado, que a agência tenha acordos com a Central de Informações Coreana, a Savak iraniana, a DINA chilena ou qualquer outro serviço de informações estrangeiro.

Indicou, além disso, que a CIA daria ao Departamento da Justiça, se este as pedir, todas as informações acerca das experiências sobre a droga feitas nos anos 50 e 60.

Política de A a Z

UMA DÚVIDA INQUIETANTE

«Estariam os homens políticos preparados para a *democracia*?» — a inquietante dúvida assalta-nos.

Anos a fio, dos «militares salvadores» que desceram de Braga, aos «seminaristas conjurados» que de Coimbra se precipitaram sobre o Terreiro do Paço, o Patriarcado, a Banca, as Empresas, a teoria da menoridade cívica dos portugueses foi o prato forte da indigência ideológica dos usurpadores. *Eles* recusaram ao «Povo que somos» a *Liberdade* e as *liberdades*, distinguindo, com subtileza, com sofisma e com cinismo, o singular e o plural. Mas a *Liberdade* (com maiúscula e na sua plenitude) e as *liberdades* (com minúscula e sujeita à articulação legal e regulamentar), eram-nos recusadas ou por receita servidas, porque, na opinião dos senhores, éramos menores. Civicamente inaptos, ou apenas imaturos, para a *democracia*.

A prova está feita. As eleições livres mostraram a maturidade, em liberdade, de um povo adulto: o «Povo que somos».

E é a outro nível que singularmente, que cruelmente, o problema se coloca. Surge inquietante a dúvida: «Estariam os nossos homens políticos preparados para a *democracia*?»

A *democracia*, em Portugal, não pode limitar-se a um ritual parlamentarista alheado, ou desprezador da realidade nacional, regional, local. Coisa alguma na ordem política, e na ordem moral, consente que se confunda a imposição da *lei*, acaso por decisão maioritária, com o respeito pela vontade dos homens e os interesses verídicos do processo de transformação da sociedade portuguesa.

A *decisão maioritária* na *nação*, e no *partido*, pode conter erros de forma e de fundo. E dela duvidar quanto ao acerto ou à justiça não é crime. Nem é crime a *minoria* não se demitir. De *minorias demissionárias* a História arquivou certidões de óbito ou esqueceu as contribuições. De *minorias perseverantes* ficou registado o sucesso, algumas vezes, o drama. Mas a História ensina que há vitórias que são derrotas, e derrotas que são sementeiras de futuro.

REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR E REALIDADE NACIONAL

Quando regressou da missão a França e a Inglaterra de que o Congresso do Porto do PRP o incumbira (leia-se Partido Republicano Português; pense-se: no ano de 1910), José Relvas enviou uma «nota» (não oficiosa) aos jornais. Publicaram essa «nota» no dia 23 de Julho de 1910, os diários lisboetas: «O Mundo», «O Século», «Diário de Notícias» e «A Luta»; e veio agora estampada na oportuna e reveladora edição das *Memórias Políticas*, que por graça do Hermínio Paciência e obra do João Medina, vão contribuir para restituir a José Relvas o lugar de destaque que é o seu na preparação e na vitória do *5 de Outubro*.

Aí lê-se: «é, contudo, indispensável fazer compreender a discordância entre a representação parlamentar e o estado da opinião pública». São palavras de José Relvas. São palavras escritas nas vésperas do *5 de Outubro*. A monarquia ouviu-as sem arder em cóleras, sem explodir em raios, sem espumar em diatribes. As opiniões são do domínio da opinião. Os votos têm a natureza dos votos. O que nos inspira na *oposição*, deve determinar-nos *no Governo*. A *democracia* vive dessa relatividade. Mas não é neutra. Para além dos formalismos jurídicos e políticos existem as razões de fundo. Existe *a política*, mas existe o *conteúdo de classe da política*.

E aqui regressamos ao problema da *Liberdade* e dos inimigos que as *liberdades* (no plano nacional, no plano regional, no plano local, na escola, na fábrica) continuam a ter.

A «representação parlamentar» — e por múltiplas razões — não reflecte, passo a passo, momento a momento, a discordância entre as influências (positivas e negativas) que predominam no espaço eleitoral e as estruturas dinâmicas da realidade nacional. Radica-se nesta contradição a incapacidade dos nossos homens políticos para clarificarem o seu sistema de alianças, definirem uma linha coerente com as proclamadas opções de fundo, designarem no presente (e prospectivamente) o «inimigo principal».

ENTRE PSD E CDS

O coração «socialista» balança entre o orgulho do isolamento sem alianças, a versatibilidade dos «breves encontros» e os «casamentos de conveniência» (com divórcio à vista). Desta situação de grande mobilidade aparente e de permanente compromisso, o grande derrotado não é o PCP; nem é apenas a «esquerda» que excede numérica e estrategicamente transcende o PCP que manifesta uma profunda decepção. As mais graves decepções surgem nas fileiras socialistas e o maior derrotado é o Partido Socialista.

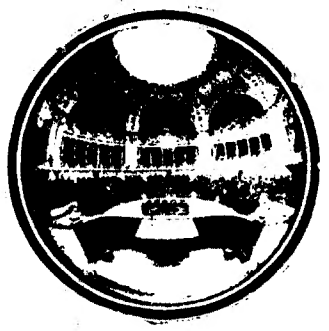
Bem sabemos que há quem queira considerar *vitória política* a permanência nos postos governamentais. Essa é uma perigosa ilusão. O «partido charneira» é agora o PSD; o «partido eixo da democracia portuguesa» proclama triunfalista o jornal «Povo Livre». De facto, na fase presente, o PSD tem condições para explorar a vitória. E não terá que limitar-se à «convergência»: A «convergência» apresenta-se como base política de negociação, ou de imposição, de uma «estabilidade maioritária de governo». Neste momento o vencedor é o PSD.

Menos seguro será afirmar que essa vitória do PSD seja, também, a vitória ambicionada por Francisco Sá Carneiro.

PUB

MENSAGENS DE FÉRIAS

Noninha se quiseres não te esquecerei. Aguardo. Ricardo.
A Susana não está esquecida. Acácio.
Costa da Caparica. Malta de férias ainda em Lisboa.
Esperamo-vos no Rossio, local vosso conhecido.



ASSEMBLEIA DA REPUBLICA

"Abstém-se contra os bombistas ..."

«Abstêm-se contra os bombistas» — ouviu-se em S. Bento, a dada altura da votação de um voto de protesto apresentado pela UDP relativamente aos recentes atentados à bomba ocorridos na Madeira.

A expressão veio da bancada do PCP. Na altura os deputados do PSD-PPD e do CDS estavam de pé, manifestando-se pela abstenção face ao voto de protesto. Este denunciava o «crescer da ofensiva reaccionária» e acrscentava que tais atentados (bombas na TAP do Funchal e num carro dum deputado do PS, por exemplo) perpetrados pelos separatistas «são de enorme gravidade para a liberdade e a unidade nacional, exigem uma resposta firme e exemplar».

A resposta do PSD-PPD-CDS foi a que se viu, Sérvulo Correia tentou justificar a abstenção citando os acontecimentos do Machico envolvendo o bispo do Funchal e o padre Martins e tentando inseri-los no mesmo voto de protesto. Acácio Barreiros recusou. Não havia que misturar alhos com bugalhos. Se o PSD quisesse poderia apresentar um voto de protesto sobre tal matéria.

Mas o objectivo de Sérvulo Correia e dos representantes do CDS era claramente outro: não queriam votar contra os bombistas, contra os separatistas..E daí a expressão exemplar: «abstêm-se contra os bombistas...»

Daí também a reacção de Sérvulo Correia e de Nuno Abecassis (CDS), ao ouvirem Veiga de Oliveira (PCP) denunciar «a complacência inaceitável das autoridades» a «benevolência para caceteiros, bombistas, fascistas e separatistas», associando tal situação à ofensiva legislativa contra o 25 de Abril.

LEGITIMAR A EXPLORAÇÃO

Aliás, esta ofensiva contra as conquistas do nosso povo no 25 de Abril, ganhou ontem mais um trunfo: a Lei das Indemnizações. Registou apenas os votos favoráveis do PS e a abstenção (afinal favorável) do PSD-PPD. Também Galvão de Melo votou a favor da lei que conforme Veiga de Oliveira, acentuou, na declaração de voto do PCP, **consagra a legitimidade da opressão fascista, a legitimidade da exploração expropriação e expoliação que foram levadas a cabo à sombra da repressão da ditadura de Salazar e Caetano; consagra todas as burlas, fraudes fiscais e corrupção sem as quais teria sido impossível concentrar tais fortunas e centralizar tão grandes capitais; consagra a legitimidade dos piores e mais perigosos inimigos do 25 de Abril e da democracia, legítima todas as suas actuações antipopulares e antinacionais; legítima 48 anos de opressão e dominação premiando os seus verdadeiros fautores.**

O deputado da UDP, que também votou contra esse diploma do Governo PS, sublinhou igualmente o facto de esta lei ser **uma autêntica traição e insulto às aspirações democráticas do Povo português, e à situação de miséria em que cada vez mais vivem as massas trabalhadoras do nosso País.**

Salgado Zenha (PS) presidente e Alfredo de Sousa (PSD) e Carlos Carvalhas (PCP), vice-presidentes foram ontem eleitos para a Comissão Nacional do Plano. Outro vice-presidente é Pedro Vasconcelos (CDS).

O PS, pela voz de Luís Cid, procurou justificar-se, agarrando-se ao facto de o CDS (que, através de Amaro da Costa, considerou a lei «um colossal erro económico e social») ter votado também contra. Simplesmente o CDS estava insatisfeito apenas por tal diploma colocar ainda algumas dificuldades «ao relançamento da iniciativa privada nos próximos anos» e não pelo facto de ser um ataque ao 25 de Abril.

Assim para o PS esta lei é «justa e equilibrada» e «representa mais um passo na consolidação das nacionalizações...» O PSD-PPD, no seu envolvente apoio ao PS preferiu a abstenção referindo (Sousa Franco) que preferem «deixar passar uma solução em muitos pontos aceitável, prometendo lutar no futuro para que se aperfeiçoe», ou ainda, «melhor é ter esta lei que nenhuma»...

Outro diploma aprovado ontem, autoriza o Governo ou melhor, o ministro Sottomayor Cardia a criar a seu modo o Ensino Superior de Curta Duração. A autorização foi dada pelos votos dos deputados do PS e a abstenção (favorável) do CDS e do PSD-PPD. Votaram contra: PCP, UDP, e um deputado independente. Manuel Gusmão e Zita Seabra, ambos do PCP, justificaram o seu voto, referindo que em vez de pedido de autorização o MEIC deveria ter apresentado uma proposta de lei que evidenciasse claramente os objectivos de tal Ensino, salvaguardando a hipótese provável de tais escolas não segregarem, tal como acontecia com os antigos Institutos Comerciais e Industriais, os filhos dos trabalhadores.

A Assembleia elegeu ainda ontem a presidência do Conselho Nacional do Plano. Salgado Zenha (presidente) e Alfredo de Sousa (PSD), Pedro Vasconcelos (CDS), e Carlos Carvalhas (PCP), vice-presidentes foram os eleitos.

Esta manhã decorriam os trabalhos das Comissões de Agricultura e do Poder Local, ultimando os textos finais a apresentar esta tarde ao ultimo plenário (antes de férias), para votação, nomeadamente da Lei Barreto, do Arrendamento Rural.

Kaúlza não processou Conceição e Silva

Um informador do general Kaulza de Arriaga desmentiu ontem que este tivesse processado o comandante Conceição e Silva, como responsável da sua prisão.

Segundo o mesmo informador, o general Kaúlza de Arriaga processou, sim, o Estado português, «por ter sido preso sem culpa formada e sem razão», em 28 de Setembro de 1974.

O antigo comandante das forças coloniais em Moçambique, responsável por goradas operações militares contra a FRELIMO, como a conhecida operação «Nó Górdio», pretende do Estado uma reparação por ter sido sujeito a prisão arbitrária.

Um vespertino de ontem, o «Diário Popular», anunciava que o processo era contra o comandante Conceição e Silva, que foi responsável pela Comissão de Extinção da PIDE/DGS e LPe, também, secretário de Estado da Comunicação Social.

NATO na Madeira

O Estado-Maior-General das Forças Armadas desmentiu hoje à ANOP notícias segundo as quais a NATO iria instalar uma base naval na zona do Caniçal, na ilha da Madeira.

O informador disse que não tinha dado entrada no EMGFA qualquer pedido de autorização para a instalação da referida base.

Noticiário breve

DIA NACIONAL DO EQUADOR

A República do Equador comemora hoje o seu «Dia Nacional» data que evoca a sublevação popular ocorrida em 1809 contra as autoridades espanholas, dando origem a um estado de revolta que em 1820 conduziria à independência do país. O Governo do Equador restabeleceu a sua missão diplomática em Portugal no passado mês de Maio, a qual é actualmente chefiada pelo ministro encarregado de negócios, Alfredo Vera.

COMISSÃO DE REVISÃO DO CÓDIGO COMERCIAL

Por decisão do ministro da Justiça, Almeida Santos, o deputado do PSD/PPD, Sérvulo Correia foi nomeado para fazer parte da Comissão de Revisão do Código Comercial. Esta Comissão é presidida pelo reitor interino da Universidade de Coimbra, António Ferrer Correia e integra também António Agostinho Fernandes Caeiro, Maria Ângela de Carvalho Coelho, Vasco da Gama Lobo Xavier e Elberto Pimenta.

PCP INAUGURA CENTRO

Foi inaugurado há dias o Centro de Trabalho do PCP em Rio de Moinhos, aldeia da freguesia de Torrão. A inauguração foi assinalada com um comício-festa em que participou Jaime Serra do Comité Central daquele partido.

PODER LOCAL

Efectua-se hoje em Beja um colóquio sobre «Poder Local» que contará com a participação de presidentes de Câmaras alentejanas eleitos pela FEPU. O colóquio decorrerá num pavilhão da Câmara Municipal instalado no recinto da feira que decorre naquela cidade. cidade.

FOGOS REAIS

Aamanhã, a partir das 8.15 horas, realizam-se exercícios de fogos reais na zona de Penamacor, levados a efeito pelo Regimento de Infantaria de Castelo Branco.

MOBÍLIAS MODERNAS

SÉCULO XVII
IMPÉRIO
LUIZ XV e XVI
D. JOSÉ
D. JOÃO V
Etc.

Facilidades de pagamento e trocas de mobílias usadas.

ARMAZÉNS DE MÓVEIS JORGE

Av. Almirante Reis, 35 (Aos Anjos)—T. 832161

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido pelo agente de jornais CARLOS DAS NEVES AFONSO — ARGANIL

post-scriptum

Médico de cadeia não se interessa pelos doentes

Escrevo esta carta, em jeito de desabafo, perante tanta falta de respeito pelos mais elementares direitos humanos. Refiro-me concretamente ao que se passe, no aspecto clínico, no Estabelecimento Prisional Regional da Guarda, onde estive internado durante cerca de 20 dias.

A falta da conveniente assistência médica e o desinteresse que o clínico ali em serviço demonstra pelo estado de saúde dos presos é coisa que merece ser devidamente investigada.

Repare-se que, ainda muito recentemente, ali faleceu um recluso, que se vitimou a si mesmo por enforcamento nas grades da cela que ocupava. Tratava-se de um preso anormal, que, por obrigação, o médico da cadeia deveria ter internado num estabelecimento psiquiátrico. De resto, este internado tinha já antecedentes, uma vez que estivera por três vezes em consulta no Dispensário Psiquiátrico do Hospital do Lorvão.

Mas infelizmente há mais casos: o meu, por exemplo. Embora, quando aqui cheguei, tivesse procurado consultar o médico para que, através duma requisição sua, fosse observado por um urologista, durante os 21 dias que permaneci na cadeia nunca obtive, da parte do clínico acima mencionado, a autorização para continuar a consultar o médico meu assistente. E o médico da cadeia teve conhecimento de que só tenho um rim e o outro em bastante mau estado.

Enfim, é tudo isto que merece seja devidamente investigado. Creio que qualquer médico deve ter sempre presente o interesse do doente que lhe está confiado. Mas, neste caso, nem a intercepção do director da cadeia conseguiu qualquer solução do assunto. Este senhor, o director da cadeia, pessoa verdadeiramente admirável, tudo procurou fazer para resolver a minha questão, mas esbarrava sempre com a teimosia de um médico que até é especialista em oftalmologia!

Joaquim Domingues dos S. Marques
TRANCOSO

De que pobreza se trata?

Por ocasião da inauguração da delegação do PS, em Freixo de Espada à Cinta, referiu-se o sr. Mário Soares num tom altruísta, que o «Partido Socialista é um Partido pobre, e mesmo por isso, é o Partido dos Trabalhadores». Doces palavras que escondem a indignação dos trabalhadores portugueses e verdadeiros socialistas.

Certamente referiu-se o secretário-geral do PS à pobreza de organização no próprio Partido. À pobreza no acesso das vontades legítimas dos trabalhadores dentro do Partido e à pobreza de lealdade no cumprimento da Declaração de Princípios e do Programa aprovado no Congresso do PS em Dezembro de 1974 e apresentado ao eleitorado, o que deu origem ao acesso de maior número de deputados à Assembleia da República. Se o estilo de pobreza divulgada pelo secretário-geral do PS é este, pois dr. Mário Soares está ainda a tempo de proceder à reestruturação geral dentro do Partido e enveredar por uma política anti-imperialista e anticapitalista, optando, *porque os Trabalhadores apenas isso exigem*, pelo cumprimento do Programa que lhes foi apresentado.

Se o estilo de pobreza é de ordem material, porque não se propõe o Secretariado do PS a uma campanha de fundos a nível nacional? Pedir não é vergonha nem inferioriza o Partido. O que na verdade o inferioriza, é arrojadamente vir trazer ao povo o manifesto de uma pobreza que não existe. Senão vejamos:

. De acordo com o estipulado nos art.os n.os 5 e 27 dos Estatutos do PS, são obrigados ao pagamento de uma quota mensal os inscritos no Partido, cujo valor deveria ser fixado pelo Secretariado Nacional.

Pergunto: Quantos inscritos tem o PS actualmente? Muitos menos que em 75, não tenho dúvidas.

Como inscrito e militante do Partido desde 30 de Abril de 1975, embora tenha apresentado variadíssimas vezes a minha apreensão pelo facto de não procederem à cobrança da quotização, ninguém ainda me soube explicar o porquê da não efectivação da mesma, o que chego a crer, que afinal o Partido não necessita de fundos, e que o fundamental era obter um maior número de militantes inscritos, os quais, por serem militantes de base são marginalizados, inclusíve, das suas obrigações de militância.

4 Como se pode habilmente dizer que o PS é um Partido pobre quando desperdiça dinheiro, como é o caso das quotizações? Sinceramente, sr. dr. Mário Soares, é difícil entender-se tal pobreza, como difícil é acreditar-se ser o PS o Partido dos Trabalhadores. Que trabalhadores? Será que o Secretariado do PS defendendo e até apresentando leis antioperárias que visam a recuperação capitalista pensa estar *defendendo os trabalhadores?*

Albano das Neves Casanova
– LISBOA

DE-NOS NOTÍCIAS PELO TELEFONE 320272

Contacte a Redacção do «Diário de Lisboa» através do nosso serviço automático de gravação de telefonemas, ao seu dispor entre as 21 horas e as 8 da manhã.

O PLANO NÃO PODE SER ESQUECIDO

JORGE BARATA PRETO

. Este Verão que só agora parece querer ser mesmo Verão depois de nos ter pregado algumas partidas nada agradáveis para quem tenha programado as suas férias com bastante antecedência, parece que a um outro nível ainda nos vai trazer muitas surpresas. Na verdade, numa altura em que a maior parte das pessoas (pelo menos aquelas que podem ter férias) está por natureza desligada do quotidiano «normal» e repetitivo ao longo de onze meses por ano, nos bastidores da política nacional, pelo contrário, a vida é cada vez mais agitada, se bem que a maioria das vezes desenrolando-se na sombra das «suites», dos corredores ou dos recantos calmos dos restaurantes luxuosos onde os nossos profissionais da política muitas vezes firmam as suas alianças e conluios entre duas garfadas e um copo de vinho das melhores garrafeiras.

Não haja dúvida que estamos num país de originalidades e excessos. Muitas vezes a espectacularidade e o exacerbamento de certos acontecimentos políticos faz com que se esqueçam com facilidade outros, que pela natureza do seu conteúdo e dos objectivos a alcançar, juntamente com a maior ou menor celeridade da sua execução, são de vital importância para o futuro do nosso País.

Estamo-nos a referir ao caso específico do Plano a médio prazo 1977/80. O que em anterior artigo receávamos, veio-se concretizar. Apesar de o Governo saber da importância da discussão e aprovação de As Grandes Opções do Plano na Assembleia da República, deixou que essa discussão fosse adiada em detrimento da discussão de outros assuntos que sem deixarem de ser importantes e essenciais, deveriam ser abordadas posteriormente à aprovação do Plano, visto que sendo o Plano o instrumento privilegiado da formação da estrutura económica do futuro, devia ser também o elemento condicionador dos restantes aspectos estruturais da economia portuguesa. Tal assim não aconteceu, pôs-se o carro à frente dos bois, com os resultados mais ou menos conhecidos pelos portugueses: aprovação das Bases Gerais da Reforma Agrária, aprovação da proposta de lei sobre as indemnizações, aprovação da Lei das Autarquias Locais e o mais que se seguirá ao longo do já prolongado período parlamentar.

No meio disto tudo há que salientar a nova relação de forças ao nível do poder político com o «entendimento» PS/PSD e o ataque cerrado ao Governo pelo PCP, isto ao nível da parte visível do «iceberg» da política portuguesa onde o malabarismo e o equilibrismo parecem teimar em desempenhar papel fulcral.

E o Plano, o que é feito do Plano!?

. Depois de um período em que não se falava noutra coisa senão no Plano, aquando da entrega aos parlamentares do documento das Grandes Opções, como que se eclipsou das preocupações dos governantes. Quando esse documento foi tornado público não faltaram as tomadas de posição quer à esquerda quer à direita sobre os aspectos de fundo deste documento para muitos considerado como o único documento de intenção socialista produzido pelo Governo constitucional.

Independentemente das posições partidárias sobre as grandes opções, veículadas através dos meios normais, o Plano mereceu na altura por parte da **inteligentsia** de esquerda centralizada em torno da Intervenção Socialista uma ampla e desapaixonada análise, num debate que a despeito de breve serviu para clarificar pontos menos explícitos e mais contraditórios e ao mesmo tempo para afirmar da exequibilidade do Plano se o poder político estiver interessado nisso, donde a responsabilidade que em particular cabe ao PS na articulação das diferentes forças de esquerda, de forma a tornar possível um consenso que dê credibilidade executiva ao Plano.

Já a CIP (Confederação da Indústria Portuguesa), como seria de esperar, emitiu um parecer completamente diferente, função dos interesses profissionais e de classe que representa. Para a CIP o Plano deveria adoptar uma estratègia que se baseasse nos mecanismos de mercado, pois se caracteriza «por uma estratégia orientada para a redução do papel da empresa privada na economia e para a limitação do poder de iniciativa do empresário...». Como se vê, para os empresários o Plano deveria ser apenas o instrumento regularizador da sua acumulação em detrimento dos objectivos sociais que são assumidos prioritariamente no documento apresentado à Assembleia.

Passado esse período em que o Plano esteve na ordem do dia, parece que a ênfase posta na discussão das Bases Gerais da Reforma Agrária (com honras de espectáculo televisivo) e da Lei do Arrendamento Rural eclipsou por completo a importância do Plano. O desaparecimento da sua discussão da agenda da Assembleia da República vem culminar todo o processo de «travagem» da sua aprovação. O Plano vai ficar a «aquecer» durante o Verão (talvez a ser reconzinhado) e só lá para Outubro é que deverá ser debatido. Isto sempre no plano das hipóteses, pois neste jogo de entendimento e alianças nunca se sabe em que águas se navega. E não seria de espantar se nas compensações a serem pagas pelo Governo aos seus aliados de ocasião não figure a obrigatoriedade de as grandes opções serem modificadas. É aqui que reside o busílis da questão. O jogo de querelas e alianças instáveis em que o partido do Governo se deixou envolver por incapacidade de assumir na prática as grandes linhas do seu programa, não pode ser condicionante de todo um trabalho de fundo que está por detrás das grandes opções do Plano, fruto do esforço de equipa que não pode ser modificado de um momento para o outro, sob pena de a coerência que lhe está subjacente ser totalmente destruída. A acontecer assim, por via de pressões meramente políticas sobre o Governo, estará dado o primeiro passo para destruir o pouco que até aqui tem resultado da acção governativa, que aponta verdadeiramente para a construção de uma nova lógica na economia portuguesa.

Como parece que o entendimento PS/PSD tende a cimentar-se, o mais provável é que venha mesmo a suceder aquilo que receamos, até porque ao nível do próprio Governo nem todas as opiniões são convergentes quanto ao conteúdo do Plano.

Neste jogo de contradições onde a instância política predomina em grande escala, os grandes problemas económicos, aqueles que afligem verdadeiramente o Povo português, são descurados e protelados em função das relações de forças no Parlamento e fora dele.

Enquanto a discussão das grandes opções do Plano a Médio Prazo é adiada para Outubro, já consta que novo cabaz de medidas de carácter económico está em preparação falando-se inclusivamente em nova desvalorização. Enfim vogamos num mar agitado de problemas, divisando sempre a ilha possível de salvação, mas optando continuamente por soluções de passagem, que sem serem verdadeiramente soluções ainda vão contribuindo mais para o afundamento potencial.

AINDA O "CASO LEFEBVRE"

Para evitar o irreparável

PIERRE DE BOISDEFFRE

O sisma está aparentemente consumado. Um bispo suspenso *a divinis*, monsenhor Marcel Lefèbvre, forma, à margem da Igreja, seminaristas que instrui a seu modo, e que ordena, segundo as formas tradicionais, é certo, mas fora da comunhão da Igreja. Os seus partidários ocupam um templo de Paris, expulsam os seus pastores e celebram aí a missa, segundo o rito por eles escolhido. Na opinião do seu chefe, a Igreja do Vaticano já não seria a do Evangelho e dos Dez Mandamentos, mas uma filha da Revolução Francesa e da Reforma. Entretanto, os discípulos rivalizam em denúncias e injúrias aos padres que na sua imensa maioria se mantêm fiéis ao Papa e à Igreja. Perante tal espectáculo, muitos católicos sentem-se tentados a achar que a indulgência do Papa já durou demasiado e que é tempo de cortar o mal pela raiz.

Ousarei dizer-lhes – ousarei suplicar aos nossos pastores? – que reflitam duas vezes? Não sou aquilo a que se convencionou chamar um «tradicionalista». O longo caminho que me trouxe da velha direita – nacionalista, até anti-semita e ultraclerical – ao encontro do meu século, permitiu-me sentir o que há de fervor, de austeridade e de fé nesse catolicismo de ontem, por vezes desviado, por maus mestres, a começar pelos da «Action française», mas fiel, no essencial, às exigências do Evangelho. Os cristãos, educados «na fé dos velhos dias», merecem que a sua sensibilidade seja respeitada. E, embora de olhos abertos para o futuro, compreendo a perturbação que, desde o concílio, se apoderou de tantas consciências cristãs, de milhares (talvez de milhões...) de boas criaturas que – bem se pode dizer – perdem nisso o seu latim. Impostas à pressa, sem terem sido suficientemente explicadas, numa grande desordem litúrgica, as reformas pós-conciliares apareceram-lhes como a *negação de tudo o que lhes fora ensinado* e não como o aprofundamento que o concílio fazia esperar. Bastou um mau pastor para lançar a dúvida sobre o concílio, como se o Espírito nunca tivesse falado nessa assembleia de pais e de pastores unidos por uma mesma esperança.

Sejamos claros: não basta uma condenação – mais uma! – para acalmar os espíritos. Mais valia um pouco de afecto. julgar-se-á seriamente que expulsando pela força os ocupantes da igreja de Saint-Nicolas-du-Chardonnet, se responderá às inquietações e aos desejos do povo cristão? Ao suscitar o escândalo que se queria dissipar só se agravará a perturbação dos espíritos. Do mesmo modo, a expulsão de monsenhor Lefèbvre da Igreja – e isso no momento em que tantos pastores itinerantes tomam as maiores liberdades – para não dizer mais – com as instruções romanas – reforçaria a ideia de que a Igreja tem duas atitudes, e que todos os rigores são reservados aos tradicionalistas e todos os favores aos que sonham construir uma nova estrutura, onde a política, substitui a fé.

Com isto não quero concordar com o combate de monsenhor Lefèbvre. Só há Igreja verdadeira em comunhão com o sucessor de Pedro e com os bispos, herdeiros legítimos dos apóstolos. Mas os nossos bispos não poderiam reconhecer que têm uma parte de responsabilidade na confusão dos fiéis, na deserção das igrejas e dos seminários? Será pedir-lhes muito, desejar que façam como todos nós, o seu *mea culpa*, e que digam: *Fomos servidores inúteis?*

. No mesmo espírito, não poderiam os nossos pastores fazer um gesto que mostrasse aos católicos tradicionais que os seus desejos foram ouvidos? Não poderiam oferecer-lhes, onde fosse possível e antes de mais na diocese de Paris, missas em que o latim tivesse lugar, mas também o canto gregoriano, e em que a eucaristia fosse tratada com o maior respeito? E não poderiam os nossos bispos pedir a Paulo VI que autorizasse, em casos especiais a missa de São Pio V, que, longe de se opor ao ritual actual, surugiria então como sua prefiguração e complemento?

. Quanto aos «tradicionalistas», que esperam eles para renunciar a lançar a suspeita sobre um clero que, na sua imensa maioria se mantém fiel ao espírito e à letra do Evangelho? E para reconhecer a renovação litúrgica que há alguns meses se manifesta em tantas paróquias, a começar pelas de Paris, como São Estáquio, São Gervásio, e, claro está, Notre Dame?

. A esperança constante que me anima, e que, em grande parte, devo a mestres tão diferentes como Claudel e Teilhard – que ambos, num século em

Continua na pag 4

Ainda o "caso Lefèbvre"

Continuação da pág 3

que tudo era posto em causa, lançaram um «sim!» definitivo à criação — torna-me impermeável a este clima de lamentação que se apossou dos cristãos. A própria atitude de monsenhor Lefèbvre a própria ocupação de Saint Nicolas de Chardonnet, por mais condenáveis que sejam têm o aspecto reconfortante de manifestarem uma exigência de fé, de transcedência e de fidelidade à eucaristia, que continua a ser a de milhões de homens e de mulheres do meu país. E verificou-se por essa altura que mesmo os ateus precisam da Igreja, da sua exigência de transcedência e de absoluto.

Na verdade, essa era de dúvida ede insatisfação poderia ser uma primavera para a Igreja. Muito tempo confinada no seu «ghetto», ela descobriu que precisava dos homens. E o Concílio Vaticano II não foi só o fim e o encerramento de um longo reinado — o da Igreja absolutista e triunfalista de Trento, — mas o início de uma nova era, o ponto de partida da evangelização de um mundo agora secularizado.

(LE MONDE)

Emigrantes na África do Sul recebidos por Eanes

O general Ramalho Eanes recebeu ontem em Belém dois dirigentes da União Cultural Recreativa e Desportiva Portuguesa de Joanesburgo, Rudolfo Miranda e Maurício Loureiro, que foram entregar ao Presidente da República uma mensagem aprovada na assembleia geral de sócios daquela agremiação.

Não foi divulgado o teor desta mensagem, mas informações complementares sobre a audiência dizem que os dois emigrantes tiveram ensejo de expor ao PR alguns problemas com que se defronta a comunidade portuguesa na África do Sul.

Embora a União tenha apenas cerca de dois mil associados, vivem actualmente naquele território entre 150 a 200 mil portugueses. Rudolfo Miranda e Maurício Loureiro disseram (aos jornalistas, depois que ao general Eanes) que existem «certos problemas políticos» nas relações entre os emigrantes de Portugal e o Governo de Pretória. Na base destes problemas — acrescentaram — «certas atitudes críticas» para com o regime sul-africano consentidas pelo Governo de Portugal.

Rudolfo Miranda, a propósito, referiu o caso concreto da Conferência Mundial contra o Apartheid realizada recentemente em Lisboa.

Todavia, a julgar pelas declarações, os problemas que existem parece não assumirem as proporções que a generalidade da imprensa de direita pretende atribuir-lhe. «A África do Sul é um país bastante sensato» — regista o «Diário de Notícias» que disse Rudolfo Miranda, negando que existam, por parte do Governo de Pretória, quaisquer ameaças sobre a permanência dos emigrantes de Portugal.

PUB.

TAP
TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES

COMUNICADO DO CONSELHO DE GERÊNCIA DA TAP

AS VERDADEIRAS E UNICAS RAZÕES DA GREVE DE ZELO DOS PILOTOS DA TAP

1. O Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil desencadeou contra o Conselho de Gerência da TAP, e muito particularmente contra o seu Presidente, uma caluniosa e torpe campanha, variando, ao sabor dos dias, das coisas e até dos humores, as suas matérias de acusação.

2. Entendeu o Conselho de Gerência da TAP, que mau grado ter sido posta em causa gratuitamente a sua honorabilidade e dedicação pela empresa, deixar correr essa campanha para, por um lado, não criar dificuldades a uma reconsideração do Sindicato dos Pilotos e, por outro, por ter a certeza que o juizo sereno da opinião pública teria forçosamente de condenar a atitude de um grupo profissional, cuja competência técnica nunca esteve em causa, mas cuja estatura moral e dignidade profissional não pode sentir-se bem representada pelas atitudes irresponsáveis da Direcção do seu Sindicato.

3. Como a intransigência da Direcção do Sindicato dos Pilotos se agudizou e os seus ataques se multiplicam não pode o Conselho de Gerência da TAP deixar de vir trazer ao conhecimento da opinião pública as verdadeiras e únicas razões da greve de zelo implementada pelos pilotos da TAP a partir de 15 de Julho de 1977.

4. Com a preocupação de se ser simplesmente objectivo e razoavelmente sintético dá-se conta da cronologia dos acontecimentos até agora verificados.

A primeira tentativa de greve de zelo dos Pilotos da TAP.

Sua solução.

5. No dia 18 de Maio de 1977 o Senhor Ministro da República para a Madeira, Coronel Piloto Aviador Lino Miguel, convocou o Presidente da TAP para o seu gabinete em Lisboa para lhe comunicar que no voo que tinha feito na véspera do Funchal se tinha apercebido da prática de procedimentos anormais utilizados pelo Comandante do avião para aterrar no Aeroporto da Portela.

Segundo o testemunho do Ministro Lino Miguel esses procedimentos anormais implicavam um acréscimo de tempo de voo da ordem de 20 minutos, o que se traduzia não só num acréscimo de consumo de combustível mas também numa grave incomodidade para os passageiros.

6. Em razão desta circunstância o Presidente da TAP convocou para a tarde desse dia o Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil a quem transmitiu as informações que tinham sido dadas pelo Ministro Lino Miguel, solicitando ao Sindicato uma sua possível razão de ser.

7. O Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil deu então conhecimento ao Presidente da TAP de um comunicado emitido nas vésperas pelo Sindicato e em que se recomendava a todos os seus associados a necessidade de implementar normas complementares de segurança para fazer face à degradação psicológica dos Pilotos, em virtude das perturbações que lhes causavam as suas insuficientes condições de remuneração.

8. O Director-Geral de Operações da TAP, Comandante Hugo Damásio, ao tomar nessa altura conhecimento dessas normas complementares de segurança julgou ser seu dever pôr o seu lugar à disposição do Conselho de Gerência por entender que a atitude do Sindicato parecia querer demonstrar que as normas de segurança em vigor na TAP não eram suficientes para garantir a operação dos seus aviões.

9. Os representantes do Sindicato dos Pilotos apressaram-se a esclarecer que a sua atitude não visava a competência técnica do Comandante Hugo Damásio, o que viria a reforçar a decisão já tomada pelo Presidente da TAP de não aceitar a demissão do Director-Geral de Operações, por ter facilmente entendido que a segurança de que se falava era tão só um pretexto e uma capa para outras pretensões e intenções.

10. Como era natural o Presidente da TAP fez sentir ao Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil a gravidade da atitude que tinham posto em prática e de quanto ela viria a contrariar os esforços de todos os trabalhadores da TAP para ajudarem a recuperar uma empresa que teimosamente tinha resolvido vencer a grave crise por que passava.

11. Dada a irredutibilidade do Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil em reconhecer a sua condenável atitude, o Presidente da TAP, muito frontalmente, disse-lhes que ou lhe davam garantias de cancelar imediatamente os procedimentos anormais que tinham recomendado aos seus associados ou se via obrigado a mandar suspender imediatamente todos os voos da TAP.

12. O Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil pediu uma interrupção da reunião e no seu recomeço deu garantia solene ao Presidente da TAP de emitir um comunicado em que mandaria cancelar as chamadas "normas complementares de segurança".

13. Com a publicação desse comunicado terminava a primeira tentativa de greve de zelo dos pilotos da TAP.

Prémio de assiduidade proposto pelo Conselho de Gerência aos tripulantes da TAP.

14. O uso imoderado e tantas vezes imoral das regalias concedidas por determinadas cláusulas do acordo colectivo de trabalho da TAP, homologado em 1975, não dava ao Conselho de Gerência as garantias inteiramente suficientes para o cumprimento rigoroso do programa de Verão, condição indispensável à recuperação económico-financeira da empresa. Isto apesar de esse programa de exploração ter sido objecto de prévia aprovação pela Direcção dos Serviços de Manutenção e Engenharia quanto à utilização dos aviões e pela Direcção das Operações de Voo relativamente à disponibilidade de pessoal navegante.

15. Para obstar a esse inconveniente e dado que não tinha sido possível entretanto rever o ACT, denunciado pelo Conselho de Gerência em 1976, pensou-se na criação de um prémio de assiduidade para o Pessoal Navegante, por forma a motivar os tripulantes da TAP a um cumprimento rigoroso dos seus deveres profissionais.

16. Para estabelecer as condições desse prémio teve o Presidente da TAP uma reunião com o Director-Geral de Operações, Comandante Hugo Damásio, adjunto do Director-Geral de Operações Comandante Tinoco Faria, Chefe do Serviço de Escalas do Pessoal Navegante, Comandante Pereira Mendonça e Consultor Jurídico da Direcção de Operações de Voo dr. Aristides Branco.

17. Nessa reunião foi proposto por aqueles técnicos que o prémio de assiduidade que se pretendia instituir contivesse os seguintes incentivos:

a) garantia de um mínimo de 60 horas de voo;
b) pagamento em dólares das ajudas de custo em Angola e Moçambique;
c) considerar que em caso de utilização do Pessoal Navegante em folgas as horas de voo fossem contabilizadas de acordo com o ACT, mesmo que o voo se realizasse para além do tempo de folga.

18. O pagamento das ajudas de custo em dólares, em Angola e Moçambique, era recomendado para evitar os inconvenientes de inconvertibilidade das moedas locais o que ocasionava uma falta sistemática do Pessoal Navegante a esses voos, pois como era sabido os tripulantes da TAP contavam sempre com uma determinada poupança transferível das suas ajudas de custo para complementação dos seus vencimentos.

19. Como contrapartida a estas regalias exigia-se:

a) Implementação da redacção dos Artigos 87.º e 88.º do ACT — as regras fundamentais de nomeação do P.N. para os serviços de vôo — proposta pelo Conselho de Gerência como base para a revisão do ACT;
b) Fixação da proporção de 1/50 para a utilização do Pessoal Navegante Comercial.

20. A garantia das 60 horas de voo traduzia-se por um prémio pecuniário mensal correspondente aos seguintes acréscimos salariais:

Comandante 747	5 400$00
Comandantes 707/727	4 500$00
Oficial Piloto 747	3 600$00
Oficial Piloto 707/727	3 000$00

21. Este prémio apenas seria atribuído aos tripulantes que durante o período da sua concessão — 15 de Junho/31 de Outubro — não fizessem uso de determinadas cláusulas do ACT e não tivessem dado parte de doente.

22. O Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil rejeitou esta proposta, que a própria Comissão de Trabalhadores da empresa tinha achado generosa (até eventualmente inoportuna quando se pediam sacrifícios a outros trabalhadores sem qualquer compensação monetária — caso de alteração do regime de turnos de 4/2 para 6/2 —, e apresentou uma contraproposta que assentava na seguinte filosofia: se forem aumentados os vencimentos dos tripulantes eles sentir-se-ão suficientemente motivados para não necessitarem de quaisquer outros incentivos para o rigoroso cumprimento dos seus deveres profissionais.

23. Essa contraproposta, apresentada em 16 de Junho, traduzia-se no seguinte aumento salarial, a vigorar de 1 de Junho até à revisão do ACT.:

	Actual/40 h	Proposta c/ /mínimo 60 h.	Acréscimo	Variação Percentual
Cte. 747	53 250$	107 500$	54 250$	102%
Cte. 707	43 700$	83 870$	40 170$	92%
Cte. 727	39 550$	76 100$	36 550$	92%
Of. Piloto 747	33 350$	62 920$	29 570$	89%
Of. Piloto 707 Of. Piloto 727	28 200$	51 880$	23 680$	84%

Nota: *Os cálculos foram feitos para os seguintes tempos de serviço:*

Comandante 747 — 20 anos serviço
Comandante 707 — 10 anos serviço
Comandante 727 — 8 anos serviço
Oficial Piloto — 5 anos serviço

24. O Conselho de Gerência rejeitou liminarmente essa contraproposta por, além de contrariar directamente o carácter do prémio de assiduidade que tinha proposto e a título provisório, pretender a introdução de novas tabelas salariais, o que a lei não permitia e o Conselho de Gerência nunca desejaria negociar sem a participação dos sindicatos representativos de todos os trabalhadores da empresa.

25. Entendeu o Presidente do Conselho de Gerência que a divulgação pelos trabalhadores da empresa daquela proposta de tabela salarial desencadearia seguramente uma tão grande desestabilização da empresa — os trabalhadores da TAP tinham em Plenário Geral de 7-3-77 reivindicado um aumento geral salarial de 1 500$00 mensais — que não a deu a conhecer a nenhum dos órgãos representativos dos trabalhadores.

26. É natural, mas muito estranho e também muito sintomático, que o Sindicato dos Pilotos não tendo visto aprovar a sua surpreendente proposta de aumentos salariais se tenha sentido psicologicamente tão perturbado que viesse a recomendar novamente aos seus associados um conjunto complementar de medidas de segurança que os pudesse preservar de uma tão forte comoção e abalo.

27. Em 12 de Julho de 1977 foi publicada uma portaria conjunta dos Ministérios do Plano, Trabalho e Transportes e Comunicações que regulamentava as condições em que se poderia efectuar o aumento da massa salarial dos trabalhadores da TAP.

28. Ainda nesse mesmo dia iniciaram-se as negociações de revisão do ACT e no dia seguinte, numa nova reunião negocial, o Presidente da TAP propôs a criação de um grupo de trabalho destinado a discutir e elaborar propostas para a revisão das cláusulas do ACT que dissessem respeito unicamente ao Pessoal Navegante, a serem posteriormente discutidas pelo plenário das negociações.

29. Esse grupo de trabalho reuniu pela primeira vez em 15 de Julho e deparou com um impasse que se traduzia por o Conselho de Gerência entender que o horário de trabalho do Pessoal Navegante decorria das disposições do Decreto Lei 31/74 enquanto que os Sindicatos do P.N. sustentavam a tese de que esse horário de trabalho poderia ser objecto de uma negociação entre as partes.

O Conselho de Gerência para avaliar do mérito da sua posição consultou o Ministério dos Transportes e Comunicações, para dele colher a orientação que acautelasse o cumprimento da letra e do espírito daquele decreto-lei, do âmbito da sua competência.

30. O Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil interpretou essa atitude como uma manobra dilatória e logo nesse dia promulgou de novo as suas normas complementares de segurança a que desta vez, com maior pudor, chamou de "procedimentos operacionais".

31. Ecurioso notar que o Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil se sentiu desde logo — em primeiro impasse negocial e três dias decorridos de negociações — com o direito de criar formas de pressão sobre o Conselho de Gerência, que apenas se tinha limitado a colher uma legítima orientação. Mais curioso ainda é que não tenha dado conta dessa atitude ao Conselho de Gerência e tenha inexplicavelmente voltado a comparecer na reunião do grupo de trabalho de 19 de Julho.

32. Nesse mesmo dia 19 de Julho a Comissão Sindical da Empresa, que representa todos os trabalhadores da TAP com excepção dos representados pelos Sindicatos do Pessoal Navegante, solicitou uma reunião com o Presidente do Conselho de Gerência a quem apresentou a seguinte comunicação:

"1. Sabe por certo o Conselho de Gerência que os Pilotos da TAP iniciaram recentemente um "método de trabalho" que, podendo de algum modo ser chamado "greve de zelo" tem originado cancelamento de voos, atrasos e acréscimo de trabalho em vários sectores nomeadamente na Direcção dos Serviços de Manutenção.

2. A Comissão Sindical de Empresa não pode ignorar tal situação tendo em vista que tal "método de trabalho":

a) parece relacionar-se com as conversações/negociações do ACT e representar relativamente às mesmas uma forma de pressão

b) afecta indubitavelmente o prestígio da TAP e a sua estabilidade económica, e, assim sendo, solicita esclarecimento ao Conselho de Gerência relativamente aos pontos seguintes:

1.º Conhecimento do C.G. relativamente aos motivos que determinaram tal "método de trabalho" Origem de tal conhecimento.

2.º Acompanhamento pelo C.G. das implicações de prestígio (atrasos, cancelamentos) e económicas resultantes da presente situação. (Sete cancelamentos de voo no fim-de-semana 17/7, 18/7 e vários atrasos entre 1 hora e 8 horas).

3.º Análise da situação feita pelo C.G.. Eventuais medidas em curso ou planeadas para debelar a situação.

4.º Eventual convocação de uma reunião com toda a estrutura sindical da empresa.

5.º Conhecimento governamental da situação".

33. O Presidente da TAP disse à Comissão Sindical que entendia as preocupações expressas pela sua nota pois lhe começavam a chegar também, por diversas formas, notícias de que os pilotos da TAP tinham iniciado uma nova greve de zelo.

A greve de zelo dos Pilotos da TAP

34. O Presidente da TAP convocou o Sindicato dos Pilotos para uma reunião na manhã do dia 20 de Julho e disse-lhes ter notícia de que tinham iniciado uma nova greve de zelo. O Sindicato dos Pilotos voltou a reafirmar a posição de que as práticas que estavam doptando se destinavam a preservar os seus associados da degradação psicológica que lhes provocava a insuficiência das suas condições sócio-económicas, caracterizada por um desprestígio social, e pela forma como decorriam as negociações do ACT. Nessa reunião o Presidente da TAP, para evitar maiores problemas referiu-lhes a nota que lhe tinha sido entregue pela CSE mas não lhes deu conta do seu conteúdo. A atitude do SPAC caracteriza-se inteiramente pela transcrição dos seguintes pontos da acta dessa reunião:

"3. Perante esta situação, o PCG perguntou à Direcção do SPAC se estariam em vigor quaisquer procedimentos na operação dos aviões da TAP que fossem tidos por "anormais".
A esta questão, o Presidente do SPAC informou que os pilotos da TAP estavam tão somente a cumprir as prescrições do Decreto-Lei n.º 31/74, do ACT e dos Regulamentos internos da DOV.
Desta resposta pôde portanto inferir o PCG não terem fundamento os rumores que lhe vêm chegando como até as observações expressas na referida Nota da Comissão Sindical da Empresa.

4. Continuando porém a reunião, pôde o PCG aperceber-se de que a Direcção do SPAC entende que pelos seus associados — pilotos da TAP — estão a ser praticadas determinadas medidas, todas elas abrangidas pelas disposições acima citadas, mas que são aconselháveis para garantir uma maior segurança na condução da operação dos aviões, dado que os pilotos da TAP se sentem psicológicamente afectados pela degradação das suas condições socio-económicas, caracterizadas por um desprestígio social, e também da forma como têm decorrido as negociações do ACT iniciadas em 12/7/77.

5. Destas observações, pôde o PCG inferir que tal procedimento poderia eventualmente ocasionar uma exploração mais custosa dos aviões, o que foi admitido pelo Presidente do SPAC.

6. Foi ainda referido, relativamente a esta parte, pela Direcção do SPAC, que se deveria fazer um balanço e resolver entre os acréscimos de custos que possam eventualmente resultar do cumprimento rígido da legislação em vigor e os custos da resolução dos problemas socio-económicos dos pilotos, o que lhes iria permitir a possibilidade duma maior flexibilidade de operação"

35. Ainda nesse mesmo dia e da parte da tarde, o Presidente da TAP voltou a convocar o SPAC para lhes dar conta do conteúdo da Nota da CSE na esperança de que o conhecimento rigoroso dos seus condenatórios termos pudesse fazer reflectir os pilotos. Tudo foi debalde dada a incompreensível intransigência do Sindicato dos Pilotos.

36. Não restava então ao Conselho de Gerência outra solução do que solicitar ao Ministério dos Transportes e Comunicações a tomada de medidas excepcionais para poder assegurar a normalidade das operações da TAP.

37. O desenvolvimento dessa situação, que culminou com a deliberação do Conselho de Ministros ordenando a requisição civil dos Tripulantes da TAP, é do inteiro conhecimento da opinião pública.

38. Importa por último reproduzir, para que fiquem bem caracterizados os procedimentos anormais dos Pilotos da TAP — a sua greve de zelo — a informação que o chefe dos controladores da torre do Aeroporto de Lisboa dirigiu ao Director do Aeroporto em 31 de Julho:

"1) – Esta operação tem criado alguns problemas de controlo, nomeadamente nas aproximações onde por vezes se processam esperas a tráfego de outras Companhias que noutras ocasiões não se processariam.

2) – As rolagens para descolagem chegam a atingir tempos incríveis, o que provoca grandes mexidas nas autorizações de voo e problemas na sequenciação de aproximação.

3) – As diferenças de tempo entre as aterragens e as horas de calços, são denunciadoras duma segurança inconcebível.

4 – Os sistemáticos ILS para aterragens nas pistas 03 ou 36 para tráfego vindo do Sul ou Oeste e o total desrespeito pelo procedimento anti-ruído sobre a cidade, não aceitando aterragens como vento de cauda na pista 21, cria mau estar ao controlador, que se obriga a um procedimento diferente para a TAP.

5) – A operação nocturna com este procedimento TAP, aumenta o consumo de energia eléctrica.

6) – Por uma questão de ética profissional não têm os controladores em serviço na Torre feito sentir aos pilotos da TAP as dificuldades por eles criadas.

7) – Em princípio, os controladores da Torre do Aeroporto de Lisboa respeitam o procedimento dos pilotos da TAP, não se pronunciando por desconhecimento do problema de fundo.

8) – Interrogamo-nos se estas normas de segurança é para se manter sem alterações"

39. Julgamos não poderem subsistir quaisquer dúvidas na opinião pública de que a condenável greve de zelo dos Pilotos da TAP tem as suas verdadeiras raízes numa inaceitável e despudorada reivindicação salarial, e nunca em quaisquer razões de segurança.

40. Que assim é, também o atesta o seguinte comunicado da Direcção-Geral da Aeronáutica Civil — Condições de Segurança na TAP:

"1 – Em acréscimo aos procedimentos normais de controlo contínuo exercido pela DGAC determinou-se uma investigação à aplicação das normas técnicas de segurança em vigor para a TAP, nomeadamente as relacionadas com a operação de voo e manutenção.

2 – Da referida investigação concluiu-se não terem sido produzidas ordens, que contrariem os valores operacionais e de manutenção, homologadas ou emitidas por esta Direcção-Geral, nomeadamente as constantes do Manual de Operações de Voo, regras de controlo de tráfego aéreo, regulamento sobre tempos de voo e repouso do pessoal navegante, manual de doutrina de manutenção e de quaisquer outras normas ou procedimentos de rotina de operação e manutenção"

41. A opinião pública que julgue por si o censurável acto da Direcção do Sindicato dos Pilotos, um Sindicato que praticamente se reduz aos pilotos da TAP — cerca de 300 trabalhadores — que objectivamente atentam contra a recuperação económica de uma Empresa que com coragem e imaginação luta entusiasticamente para ajudar a vencer a crise económica que o País atravessa e para garantir o futuro dos postos de trabalho dos seus quase 9000 trabalhadores.

Lisboa, 9 de Agosto de 1977

Acesso ao Superior

Provas regressam a métodos antigos

. Os docentes do sector de Química presentes no Conselho Pedagógico da Faculdade de Farmácia, em documento, protestaram junto da Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica «pelo modo irresponsável como o enunciado do ponto de Ciências Físico-Químicas foi executado».

Informa o documento que os professores do sector de Química examinaram as provas de Ciências Físico-Químicas de acesso ao Ensino Superior (uma das disciplinas nucleares para ingresso na Faculdade de Farmácia) e «não podem deixar de exprimir a sua condenação pela falta de cuidado que presidiu à elaboração do ponto para tal prova».

Com efeito, «além da concepção da prova ser de um estilo há muito ultrapassado, tem erros graves e enferma de conceitos que já não se encontram em livros de texto de uso corrente (ex: designação de electrões por K, L, M, N). A energia eléctrica exprime-se em Kw x h, e não Kw h -1 o que não tem qualquer sentido (...). O problema 11.6. tem os dados incorrectos. Não existe nenhum composto orgânico de massa molecular 46 que dê os resultados de uma análise elementar como a indicada».

Perante os factos e a finalizar, reflecte o documento: «É de lamentar que tendo sido posto um esforço tão grande para fazer com que as provas se revestissem de um carácter de equidade e fossem evitadas fraudes, o que está certo, se viesse a registar a execução de um ponto tal como se ainda estivéssemos em 1950, e ter sido dado ao público sem o menor cuidado na sua revisão».

Através de aviso, anuncia o MEIC aos alunos do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas que deviam ter efectuado exames no mês de Janeiro do corrente ano, que esses exames terão lugar nos dias cinco e 10 de Setembro próximo, devendo para o efeito entrarem em contacto com a Secretaria do mesmo Instituto até ao dia 27 de Agosto corrente.

OBRA DE BARAHONA FERNANDES

O secretário de Estado da Investigação Científica visitou ontem a exposição sobre a obra do prof. Barahona Fernandes, na Biblioteca da Reitoria da Universidade de Lisboa. A exposição que consta de livros, separatas, cartas, fotografias e outros documentos, está patente ao público nos dias e horários normais de serviço.

AUXÍLIO DO FMI

Pormenores técnicos ajustados em Setembro

. Os pormenores técnicos dos créditos a conceder pelo «Fundo especial Witteveen», depois da reunião efectuada nestes últimos dias em Paris, serão regulamentados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), cuja Comissão Interina se reúne no próximo mês em Washington.

Crê-se que a Espanha, Portugal, Turquia, México, Zaire e Brasil vão ser dos primeiros países a beneficiar dos novos créditos concedidos por sete países exportadores de petróleo e por sete países industrializados.

Os «catorze» resolveram «manter um dólar forte, poderoso», pelo que depois dos primeiros créditos a conceder com um juro de sete por cento as taxas serão reajustadas, em função da evolução das taxas das obrigações do tesouro norte-americano.

Na reunião de Paris participaram os ministros das Finanças e os governadores do Bancos Centrais dos 14 países dispostos a auxiliar os membros do FMI que estejam com dificuldades nas respectivas balanças de pagamentos.

Ao comentar os resultados de tal reunião, a agência noticiosa soviética TASS dizia ontem que «as rosas do plano Witteveen serão para os representantes do Mundo Ocidental, enquanto os espinhos serão para os membros mais débeis do sistema monetário capitalista internacional ou seja, para os países em vias de desenvolvimento».

A agência soviética criticou «o reforço dos Estados Unidos no controlo dos créditos do Fundo Monetário Internacional».

«A Imprensa ocidental» — acrescentou a TASS — «teve pressa em apresentar uma luxuosa propaganda do plano Witteveen, sem especificar que os Estados Unidos deram a sua bênção na cimeira económica de Londres à criação desse fundo para eliminar, por meio de petrodolares, as graves deformações que surgiram na situação financeira de certos países capitalistas desenvolvidos».

A agência soviética afirmou que a maior parte do dinheiro do «fundo especial» com o nome do director do FMI «será canalizada para financiar a balança de pagamentos do Ocidente, enquanto a dívida externa dos países do Terceiro Mundo está prestes a chegar aos 180.000 milhões de dólares».

Visita de Juan Carlos já não se realiza este ano

. «De momento nada está previsto sobre a visita do rei Juan Carlos a Portugal, e é muito difícil que a visita se realize este ano» — informava ontem o vespertino madrileno «Diário 16» citando fontes dos serviços de informação diplomática.

Segundo essas fontes, os soberanos espanhóis iniciam no próximo mês uma viagem a sete países latino-americanos e em Outubro recebem o presidente da República do México em Madrid.

Recorda-se que Ramalho Eanes, quando da sua visita a Espanha, convidou o rei Juan Carlos a visitar oficialmente Portugal e o convite foi aceite, devendo a data da viagem ser estudada oportunamente através dos canais diplomáticos.

Fontes próximas ao chefe do Estado português admitiram então como data favorável o mês de Outubro, o que parece ser inviável, dada a agenda carregada dos soberanos espanhóis.

Soares no "Portugal Socialista"

"Incontestável aproximação entre o PS e o PSD"

. «Em termos estritamente parlamentares deu-se uma incontestável aproximação entre os grupos do PS e do PSD com os acordos pontuais que se fizeram para permitir a passagem na Assembleia dos diferentes diplomas legislativos» — escreve Mário Soares na sua habitual coluna do «Portugal Socialista».

O Primeiro-Ministro, no seu artigo sobre «Um ano de Governo», publicado no número de Agosto, ontem distribuído, do órgão central do PS, afirma que depois daquilo a que chama «convergência objectiva» entre o PCP e o CDS, era inevitável a aproximação entre o seu partido e os sociais-democratas.

Mário Soares diz que o Governo «está inteiramente aberto ao diálogo com partidos, sindicatos e associações patronais», com a condição de «porem o interesse nacional acima dos interesses partidários». Seria lícito deduzir-se destas considerações do secretário-geral do Partido Socialista que é cometida ao Governo minoritário PS, não se sabe porque instâncias, a definição exclusiva do que seja o «interesse nacional».

«Os portugueses» — declara Mário Soares — «estão com o Governo» e é o seu «bom senso», manifestado em «quatro actos eleitorais sucessivos».

As coisas, segundo o líder do PS, vão continuar assim enquanto o Governo «merecer a confiança do Presidente da República, livremente eleito pelos portugueses, e não suscitar dois votos de desconfiança da Assembleia da República, o que, a avaliar pelos últimos resultados das votações parlamentares, não parece perfilar-se no horizonte próximo...».

Sobre a importante questão, ultimamente levantada, de saber se, sim ou não, os últimos acordos e votações da Assembleia da República reflectem objectivamente as «opções de fundo do povo português em quatro actos eleitorais sucessivos», sobretudo se pensarmos que o programa do PS, partido mais votado, está longe de ser respeitado nessas combinações de circunstância, o artigo de Mário Soares é totalmente omisso.

FEPU marginalizada na Câmara de Sintra

. O grupo da FEPU na Assembleia Municipal de Sintra explica, em documento que ontem divulgou, que «ainda não foi feita a primeira sessão, como estipula a lei e o Regimento», o que há discriminação no tratamento dos sectores ali representados: «solicitações da FEPU foram pura e simplesmente recusadas».

ENSINO SUPERIOR CURTO

Pelo padrão da Europa em nome da Indústria

. Ontem, na Assembleia da República, o professor Cruz e Silva, secretário de Estado do Ensino Superior, apresentou ao plenário uma proposta de lei do Governo requerendo autorização legislativa para criar até ao próximo dia 15 de Outubro, escolas de Ensino Superior de Curta Duração.

Projecto que já vem de longe, o ensino superior curto representa neste momento uma resposta satisfatória aos «conselhos» do Conselho da Europa em matéria de educação e ao subsídio avultado do Banco Mundial para ser investido no ensino.

A primeira vez que se falou no ensino superior curto foi no tempo em que António Brotas era secretário de Estado do Ensino Superior. Hoje regressa em nome das necessidades do mercado de trabalho, da urgência em conseguir quadros médios e apresentado, após grande sigilo, em plenas férias, de trabalho, parlamentares e escolares. Cursos destes são frequentes na Europa, justificou-se Cruz e Silva perante a AR.

Susceptível de tentar uma regionalização do ensino e a fixação de quadros nas zonas onde as escolas sejam implantadas, a criação dos novos cursos vem, a par do «numerus clausus», incrementar a selecção ao ingresso na Universidade e criar, como já um dia foi afirmado, ensino superior de primeira e ensino superior de segunda, como tudo o que isso implica em termos sociais e de preparação de quadros políticos. Para o ensino superior curto serão canalizados os estudantes dos cursos técnicos, que, na sua esmagadora maioria, pertencem às classes sociais mais desfavorecidas. Em nome de necessidades imperiosas em termos de trabalho, numa óptica «europeia», os cursos superiores curtos são fruto de um regresso a uma concepção tecnocrática do ensino e a uma depuração das universidades enquanto «habitat» das classes dominantes.

MONCHIQUE

Construção social espera expropriação

. O projecto de construção de 64 fogos habitacionais na vila de Monchique por iniciativa da comissão de moradores local está a deparar com sérios obstáculos por parte do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção, que parece hesitar em fazer cumprir a expropriação do terreno adequado, ordenada com urgência há ano e meio.

Com efeito, por despacho datado de 24 de Fevereiro de 1976 e assinado pelo então secretário de Estado da Habitação e Urbanismo e actual ministro da Habitação, eng.º Eduardo Ribeiro Pereira, foi declarada a utilidade pública urgente de expropriação dos terrenos de um agrário de Monchique, João Veríssimo de Melo, necessários para a execução de um plano de aproveitamento urbanístico para construção social elaborado no âmbito dos programas habitacionais do Fundo de Fomento da Habitação. No entanto, apesar das diligências levadas a cabo pela comissão de moradores 1.º de Maio, de Monchique, e de uma recente decisão da câmara municipal do concelho solicitando a declaração da posse administrativa dos terrenos em causa, nos termos da lei, o Ministério de Ribeiro Pereira nenhuma providência tomou até agora.

Nos meios sociais directamente interessados no projecto regista-se alguma apreensão pelo que tudo isto possa significar de comprometimento de certos sectores políticos com os intuitos do agrário, que apressadamente começou a cultivar a propriedade, embora possua outras dezenas de vezes maiores do que aquela que sempre estiveram inaproveitadas. Por outro lado, sente-se em Monchique que o direito à habitação constitucionalmente consagrado continua a ser negada na prática por razões em tudo estranhas aos interesses dos trabalhadores, verdadeiros beneficiários do projecto.

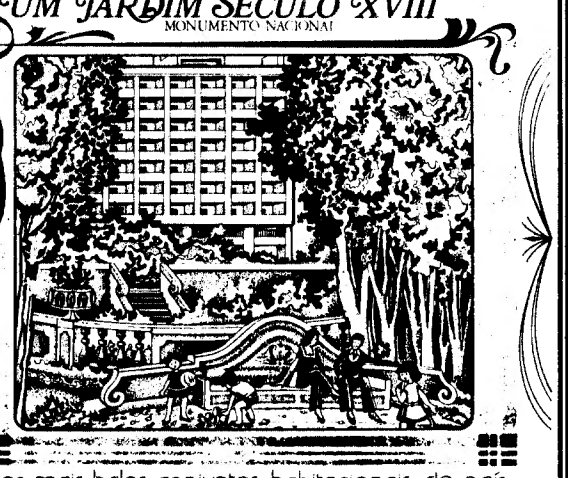
Estranha-se também que o ministro da Habitação tarde em fazer cumprir as suas próprias determinações e acatar a deliberação do município de Monchique. Aliás, está em causa a aplicação da Constituição quando esta afirma que ao Estado incumbe incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações tendentes e resolver os respectivos problemas habitacionais.

As aulas do ISCSP ainda não recomeçaram

«Ao contrário do que o MEIC pretende fazer crer, as aulas do ISCSP ainda nao recomeçaram», esclarece, em comunicado a propósito, o Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa

«Não tendo os dirigentes do MEIC até à presente data adoptado as decisões que se impõem, para salvaguarda das condições mínimas para funonamento dos cursos, legítimamente exigidas pela Assembleia de Docentes de Escola, fácil é prever que, em Setembro próximo, alunos e professores, continuarão a não dispor de biblioteca.

«Como também ainda não foram dadas garantias de contratação — prossegue o comunicado «à quase totalidade do corpo docente, ameaçado de desemprego, não se percebe muito bem como poderão reiniciar-se em Setembro as auals interrompidas em 28/12/76 pela Polícia, requisitada pelo MEIC, em nome da «degradação pedagógica». Assim sendo, pergunta-se o sindicato: «Que espécie de lógica permitirá aos dirigentes do MEIC justificar perante a opinião pública e perante os estudantes lesados (...) que venham agora informar esses mesmos alunos lesados de que podem frequentar uma «escola» instalada precariamente» e sem condições para funcionar?

QUINTA de SANTA CLARA
* Lumiar *
Resolva seu problema de habitação,...
Compre na SPOC * é como você gosta !
1ª. FASE
120 fogos, totalmente vendidos e entregues
2ª. FASE
310 fogos, em construção, entregas programadas
(Amplas facilidades de pagamento)
UM JARDIM SÉCULO XVIII
MONUMENTO NACIONAL

Um dos mais belos conjuntos habitacionais do país construido em termos de futuro * 2,3 e 4 assoalhadas com garagem e jardim. "visite andar modelo"

Habite e conviva com a natureza . . .
SOC. PORTUGUESA DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO, LDA.
SEDE: Av. da República, 21-21A - Tel. 57 1351 - 573850 - 48307 - LISBOA

UMA PARTICIPAÇÃO DE 3 POR CENTO

Empréstimo de 22,5 milhões da Venezuela a Portugal

A Venezuela participará com 22,5 milhões de dólares no empréstimo internacional a Portugal. A participação representa 3 por cento do total de 750 milhões a que o auxílio se eleva e as condições foram acordadas ontem em Lisboa no termo de dois dias de negociações entre a delegação de Caracas chefiada pelo ministro Hector Hurtado e as autoridades financeiras portuguesas.

A encerrar dois dias de negociações houve ontem uma conferência de Imprensa no Palácio Foz e falou aos jornalistas o responsável pelas Finanças do Governo de Caracas. Na oportunidade, Hector Hurtado evocou as fases por que passou o processamento internacional do auxílio de que a economia portuguesa vai beneficiar, enquadrou aí a participação venezuelana numa perspectiva das boas relações e do interesse mútuo entre Caracas e Lisboa, referiu-se à situação económica portuguesa classificando-a de difícil, mas declarando que é possível a superação das dificuldades que actualmente a caracterizam.

O ministro Hector Hurtado

Nas negociações realizadas nos dois últimos dias em Lisboa participaram, pela Venezuela, além de Hector Hurtado, ministro presidente do Fundo de Investimentos de Venezuela, Alfredo Hernandez-Rovati, pelo encarregado de negócios da Venezuela em Lisboa, e Guilherme Pimentel, pelo assessor, do Fundo de Investimentos da Venezuela; por Portugal, o ministro das Finanças, Medina Carreira, o governador e o vice-governador do Banco de Portugal, respectivamente Silva Lopes e Santos Silva, o director-geral dos Negócios Estrangeiros, Alexandre Lencastre da Veiga, e o administrador do Banco de Portugal, Walter Marques.

24 milhões para "tapar buracos"

O Banco Mundial vai conceder ao Governo português um empréstimo de 24 milhões de dólares (cerca de 960 mil contos) para a execução do programa «Highways Project», que prevê a construção de uma variante rodoviária na Covilhã, reabilitação de estradas e reforço dos meios mecânicos para a sua conservação e assistência técnica em matéria de planeamento e gestão de transportes, bem como a elaboração de um projecto, em colaboração com a CP, de reabilitação dos caminhos-de-ferro.

Para a coordenação destes planos de assistência no domínio dos transportes, o Governo, através dos Ministérios do Plano e Coordenação Económica, dos Transportes e Comunicações e das Obras Públicas, em despacho conjunto publicado no «Diário da República» , nomeou uma comissão directiva presidida pelo director do Gabinete de Estudos e Planeamento de Transportes e Comunicações.

Dado o péssimo estado a que os poderes públicos deixaram chegar quase todas as nossas estradas e a degradação atingida pelo material ferroviário circulante, duvida-se que 960 mil contos cheguem para endireitar os caminhos, tapar os buracos e «reabilitar» os caminhos-de-ferro. Sobretudo se pensarmos que uma parte importante desta verba vai ser gasta na realização de «planos»

"Remodelação ministerial"

Do dr. Carlos Macedo recebemos a seguinte carta com o pedido de publicação ao abrigo da Lei de Imprensa:

«Em 25 de Julho de 1977 foi publicado no jornal que V. Ex.ª dirige uma notícia no tocante a uma possível remodelação Governamental, no futuro próximo.

«Em nada me interessaria acaso nela não viessem inseridas referências que me dizem respeito e que não só são destituídas de qualquer realidade como ofensivas.

«Refere o jornal de V. Ex.ª que eu sou «conselheiro pessoal» do Senhor Presidente da República, o que de facto não só é falso como o Senhor Presidente da República não necessita de qualquer tipo de «eminence grise».

«Seguidamente menciona-se que eu teria feito circular uma carta, através dos órgãos de Informação, quando abandonei as minhas funções na Presidência da República.

«É duplamente estranha e falsa, também neste ponto, a notícia, pois não só não fiz circular qualquer notícia quanto à minha saída da Presidência da República, como muito menos uma carta, o que facilmente se poderá verificar.

«Exijo que V. Ex.ª me referencie o ou os órgãos de comunicação social onde foi posta em circulação a mencionada carta.

«Por último gostaria apenas de realçar que encontro razões psicológicas, culturais e políticas para que no jornal que V. Ex.ª dirige saiam notícias mitómanas mas o que já não posso entender nem aceitar é que a falsidade soez seja razão de afirmação de qualquer tipo de jornalismo.

«Sem outro assunto agradeço a publicação na integra, desta carta conforme a lei me o permite, e com o devido destaque.»

. R. — Como se pode constatar de uma leitura atenta da notícia por nós divulgada, não se afirma que o dr. Carlos Macedo «é conselheiro pessoal» do Presidente da República nem sequer se garante que «foi» — apenas se indica que como tal chegou a ser tido por motivos diversos. Entre estes contar-se-ia uma carta que, por lapso, e sem as intenções malévolas que o signatário parece querer atribuir-nos, dissemos que havia distribuído à Imprensa. Nega-o o dr. Carlos Macedo. Não duvidamos, mas deixamos que, quanto às «notícias mitómanas», o tempo desfaça o mito. E não seria a primeira vez.

Grupo Desportivo de Sesimbra

Passa hoje o 30.º aniversário do Grupo Desportivo de Sesimbra.

O programa de comemorações, que se prolonga até ao próximo dia 15, inclui intensa actividade desportiva, nomeadamente encontros de andebol, futebol de salão, hóquei em patins e voleibol, além de uma demonstração de halterofilia por atletas do clube.

No feriado de segunda-feira, haverá uma «Noite Cultural» com a colaboração do grupo amador «Metamorfose» e da Escola de Samba de Sesimbra «O Cheirinho da Fossa».

Saiu semanário "Réplica"

Foi ontem posto à venda o primeiro número do semanário «Répica, propriedade da «Editorial Terceiro Mundo».

Dirigido por Carlos Albino Guerreiro, o novo semanário mal se define neste primeiro número fazendo notar, aliás, que do primeiro ao décimo se trata de uma «série de ensaio».

Entretanto, alguns temas abordados na edição de hoje, sugerem o enquadramento da «Réplica» numa linha progressista, sugestão porventura reforçada pelo cabeçalho que se confunde com o da desaparecida «República».

EM MARÇO

Cerca de seis mil desempregados aguardavam colocação

«A partir de 1970, o desemprego tem vindo a agravar-se. De Junho de 1973 a Março de 1976 o número de desempregados que recorreram ao Serviço Nacional de Emprego multiplicou-se por 2,07, enquanto que nos homens esse número se multiplicou por 2,5», informa o 5 Caderno da Condição Feminina subordinado ao tema «Situação de desemprego das mulheres portuguesas» da autoria da Isabel Romão.

De acordo com as estatísticas daquele caderno, em Março último, 56.723 mulheres desempregadas aguardavam colocação através do SNE. O número de pedidos por parte dos homens desempregados era de 109.198. Embora os dados mais recentes sobre desemprego datem do último recenseamento de 1970, sabe-se que existiam em Portugal 27.470 desempregados, dos quais 70,2 por cento procurava o primeiro emprego e 21 por cento procurava novo trabalho. As desempregadas representavam 3,2 da população activa feminina encontrando-se as taxas mais elevadas de desemprego na categoria com 19 anos ou menos, basicamente devido à procura de primeiros empregos.

Para as mulheres, a procura de nova profissão começa a ter maior peso na procura total de emprego a partir dos 35 anos. Todavia, a quebra brusca das taxas de actividade feminina que se verifica a partir dos 25 anos, afecta a procura, quer de novos empregos, quer de primeiro emprego. Apenas 6,6 por cento das mulheres em busca do primeiro emprego têm 25 a 54 anos, enquanto que 23 por cento das mulheres que procuram novo emptego estão nesse grupo de idades.

MÃO-DE-OBRA DE RECORRÊNCIA

A procura de emprego pelas mulheres insere-se num contexto de crise em que ressalta o regresso de nacionais vindos dos novos países africanos, a introdução do salário mínimo nacional que incentivou a entrada de algumas mulheres no mercado de trabalho. Contudo, em situação de excedente de mão-de-obra, as trabalhadoras constituem sempre a segunda escolha para qualquer entidade empregadora.

Relativamente ao total de desempregados, as maiores percentagens de mulheres desempregadas verificam-se nos grupos etários mais baixos, que correspondem também aos grupos com taxas de actividade feminina mais elevada.

Já em 1973, a maior parte das desempregadas inscritas no SNE, tinha idade inferior a 35 anos — 55,2 por cento com 20 a 34 anos e 28,6 por cento com idade igual ou inferior a 19 anos. Em Junho de 1973, verificou-se que a partir dos 35 anos a percentagem de mulheres dentro de cada grupo etário de desempregados vai diminuindo progressivamente até representarem apenas 11,3 por cento do desemprego no grupo com 65 ou mais anos de idade.

De 1973 a 1974, vinca-se a tendência para o desemprego feminino abranger grupos de mulheres com maior grau de instrução. Nota-se uma redução das desempregadas com nível inferior à 4.ª classe e o aumento de desemprego feminino que se verifica de 1973 para 1974 atinge sobretudo as mulheres com instrução média ou superior.

Verificou-se que de 1973 a 1974, se acentuou a duração do desemprego feminino em relação à duração do desemprégo masculino. Assim, em Julho de 1974, 60,1 por cento das desempregadas encontravam-se inscritas há 3 meses em comparação com 48,2 por cento dos homens com igual duração do desemprego. De Abril de 1975, data em que foi institucionalizado o subsídio de desemprego, a Dezembro do mesmo ano, o número de desempregados com direito a subsídio multiplicou-se por 4,4 atingindo 7747 indivíduos. Em qualquer dos meses observados desde Abril de 1975, a percentagem de mulheres com direito a subsídio era mais elevada do que a percentagem de homens.

Em Abril de 1975 as mulheres com direito a subsídio predominavam na categoria B2 «trabalhadoras por conta de outem sem encargos familiares», contudo de Abril a Dezembro as mulheres foram progressivamente diminuíndo em B2 aumentando em B1 «trabalhadoras com encargos familares» até se encontrarem igualmente repartidas nas duas categorias, com 42,5 por cento.

Finalmente, os sectores nos quais existe um maior número de trabalhadores subsidiados são igualmente aqueles que abrangem maior número de população activa. Muitos destes sectores têm uma grande concentração de mão-de-obra feminina nomeadamente as Indústrias Têxteis, Vestuário, Comércio Grosso e a Retalho, Restaurantes, Hotéis e Serviços. Os grandes grupos de profissões mais frequentes nas desempregadas ainda inscritas no SNE, no final de Fevereiro e Março de 1976 são função do tipo de desemprego notando-se todavia maior número de desempregadas nas profissionais que concentram maior número de trabalhadores.

CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

AVISO

A Câmara Municipal de Évora em sua reunião realizada em 12 de Julho de 1977, deliberou anular o concurso para Sociólogo ou Geógrafo, dos Serviços Municipais de Habitação aberto por aviso de 30 de Maio do corrente ano.

Na referida reunião foi deliberado abrir novo concurso, e assim a Câmara Municipal de Évora, torna público que admite para os Serviços Municipais de Habitação Geógrafo ou Sociólogo de preferência com experiência em planeamento.

Os interessados deverão enviar até às 17.30 h. do dia 25 de Agosto os seguintes elementos:

Estabelecimento de ensino, ano e classificação da formatura, «curriculum vitae» pormenorizado relatando a sua experiência nos aspectos mais relacionados com planeamento e habitação.

Os anteriores concorrentes poderão manter as suas posições para este novo concurso, desde que informem, por escrito, que continuam nisso interessados.

Évora, 5 de Agosto de 1977

O PRESIDENTE DA CÂMARA
Abílio Dias Fernandes

AGRADECIMENTO

A viúva, filha, genro e restante família, e os amigos de AUGUSTO SIMÕES DE CARVALHO, que esteve internado desde o dia 1 de Abril até 24 de Junho passado, no HOSPITAL CENTRAL DE COIMBRA (em Covões), vêm manifestar publicamente a sua profunda gratidão aos Médicos, Enfermeiros e Pessoal dos serviços daquele Hospital, pelo inexcedível carinho com que foi tratado e pelos cuidados de que o rodearam no decorrer da fatal doença que ali o levou e de que veio a falecer naquele dia 24 passado.

Igualmente à Administração do Hospital deixam registado o seu sentido agradecimento.

Lisboa, 2 de Julho de 1977.

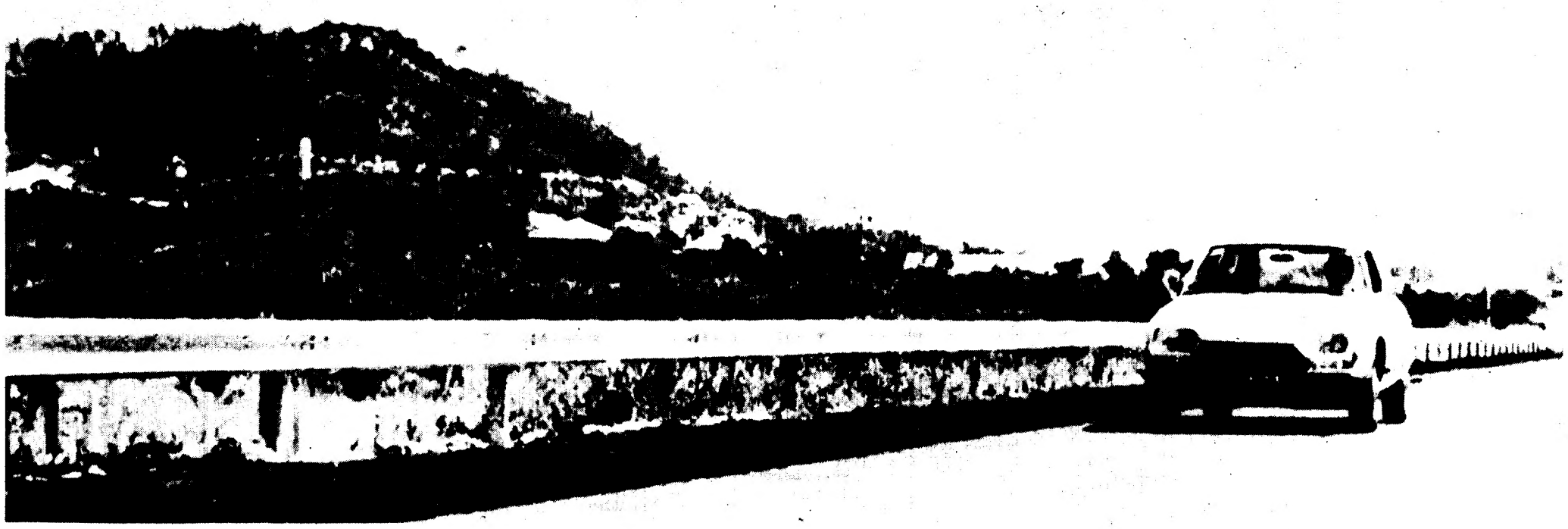
PRECISA-SE

1 Técnico de Frio
1 Técnico de Ar Condicionado
c/ bons conheci. Técnico-Comerciais
Resp. a este jornal ao n.º **1933**

Quando conduzir um veículo pesado e ao aperceber-se de que pretendem ultrapassá-lo, faça sinal com o pisca-pisca da esquerda se considerar essa manobra perigosa.

A sua ajuda pode evitar um acidente.

Estamos a contribuir para maior segurança nas estradas

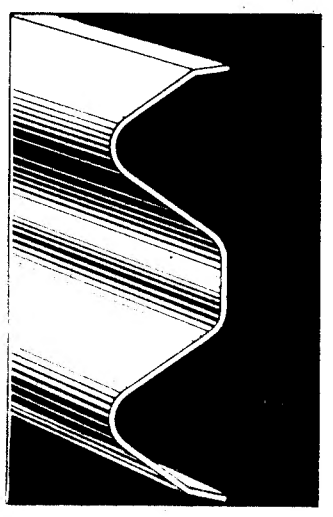


pali

PROTEGER É VIVER

As guardas de protecção FACAR estão presentes nas estradas de Portugal, para defesa dos automobilistas e das populações.

Presentes, entre outros locais, no novo troço Vila Franca de Xira - Carregado da auto-estrada, as guardas de protecção metálicas FACAR são a garantia duma defesa eficaz contra acidentes. Sólidas e resistentes (construídas em aço ST-37.2 DIN 17.100-galvanizado por imersão a quente), obedecem às mais modernas técnicas internacionais. Concebidas para provocar o desvio lateral do veículo mesmo em posição de choque quase frontal.
Fornecemos todos os elementos que nos forem solicitados pelas entidades interessadas (Técnicos de obras públicas, Autoridades, Câmaras Municipais, Administrações de Portos marítimos e Aeroportos, Estaleiros Navais, Parques de Camionagem, etc.)



FACAR PORTUGAL

GUARDAS DE PROTECÇÃO METÁLICAS

FACAR

FÁBRICA NACIONAL DE TUBOS METÁLICOS * António de Carvalho & Filhos, Lda. • LEÇA DA PALMEIRA • Telefs. 9952.333 - 9952.508

Velho sem vergonha

DIAS DE MELO

Recebe António Barriga carta inesperada que acaba de chegar da América fascinante.

Acaricia com mão sensual de pele cascuda o sobrescrito marginado em toda a volta por faixa delgada de pequeninos paralelogramas azuis e vermelhos, trazendo impressa à esquerda, no canto em baixo, a legenda da vertigem (não faltará bota-de-elástico que lhe chame loucura) do século em que vivemos: «via air mail». Olha-a de um lado e do outro, por trás e por diante, sorve-lhe o perfume inconfundível com as ventas deleitadas (— «cheiro que consola tudo o que vem daquela terra santa» —), decifra vagaroso e de olhos bogalhudos o nome do remetente nas garatujas ingénuas, dir-se-ia que infantis, tremulamente rabiscadas no verso.

Num esforço grande e demorado da memória bronca, acaba por se lembrar do parente, que não viu nunca, nem magro nem gordo, e de que apenas se recorda vagamente de ouvir falar em dias distantes. Primo do pai defunto ou do avô que não chegou a conhecer, emigrou menino imberbe, em «salto» clandestino numa barca baleeira, há melhora de meio século bem medido e bem puxado, para a Califórnia lendária do ouro fácil e dos ranchos fabulosos, e por lá se ficou sem que jamais mandasse notícia nem mandado. O pouco ou nada que em todo esse tempo se soubera dele na bisbilhotice da parvónia bisonha e da parentela esfrangalhada, era só o que diziam os emigrantes que vinham, anéis enfiados nos dedos, relógio acebolado metido na algibeira do colete, corrente luzidia atravessada no peito inchado ou na pança abaulada, matar saudades e arengar basófias de abundâncias nunca vistas, que faziam crescer água na boca e visões ilusórias nas cabeçorras dos pobres albarqueiros, para ali encarcerados na pasmaceira da ilha perdida no meio das nuvens sombrias e do mar hostil.

E agora, sem tira-te nem põe-te, assim lhe entrava em casa aquela carta.

Carta da América! Caída do céu aos trambulhões!

— O homem com certeza que... Mas vamos ver... vamos ver.

António Barriga não consegue nem tenta impedir-se o gesto ansioso de procurar maquia farta de notas ou cheque debaconosobresceritorasgado, — que, notas ou cheque, tudo vem a dar no mesmo: importa é que sejam dólares, dinheiro americano, que se troca a mais de vinte oito por um em qualquer lojeca de senhor comerciante de farpela austera no corpo nédio e óculos graves na ponta do nariz. Rebusca ainda e ainda escarafuncha na folha de papel, que desdobra nos gadanhos perros e prenhos de insopeada cobiça. mas...

— Nada!

António Barriga olha, como quem vê e não pode acreditar na evidência do que vê, a folha de papel na mão que lhe pende cabeluda e decepcionada em frente aos olhos de pálpebras ressequidas.

— Mandar assim por aí abaixo uma carta da América!

Encaixa um cigarro na beiçorra grossa de banhas e húmida de raiva.

— Nem cheta! Olhai que...

Risca um fósforo, aguarda por momentos que a chama cresça.

— Nem a ponta de um corno!

Chega o lume à folha de papel branco e fino, coberto da negrura das letras desajeitadas, que se juntam em palavras e alinham em frases que não lê (ler para quê uma carta daquelas?) e que, à parte os erros de ortografia e sintaxe, aliás para ele irreconhecíveis, bem pode que exprimam grito de mágoa, desespero, saudades do coração, da alma, do pensamento do velho que as escreveu com mão insegura.

Sorri desdenhoso, um sorriso feio, um sorriso azedo:

— Velho sem vergonha!

E na labareda que consome a carta inútil e mesquinha, que acaba de chegar da América fascinante, acende o cigarro que tem na boca.

Cerca de 30 mil portugueses emigraram durante o ano passado

Os Estados Unidos voltaram a ser o «fim de viagem» preferido pelos emigrantes portugueses, segundo se deduz dos boletins da Secretaria de Estado da Emigração, que se referem ao 4.º trimestre de 1975 e 1.º trimestre de 1976.

Brasil e Canadá são países também muito escolhidos pelos portugueses, para o que muito contribuem, no primeiro caso, capitalistas, saneados, expropriados e, no segundo caso, desalojados das ex-colónias. Uma outra justificação para o aumento de emigração para aquele continente reside no facto da Europa («connosco»?) nos ter fechado a porta. Alguns naturais receptores da mão-de-obra portuguesa, às voltas com o problema do desemprego, fizeram enormes restrições à emigração ou, vão ainda mais longe, como na França, com o «Plano Barre» e ameaçam mandar os emigrantes embora.

O número de saídas registadas para França, entre Setembro e Dezembro de 1975, ainda foi elevado (1069), mas este valor não pode ser interpretado em termos de fluxo emigratório de trabalhadores permanentes, mas sim em termos de reagrupamento de familiares de emigrantes já aí a trabalhar.

Em termos globais, abandonaram o País naquele período, 8008 pessoas, 5165 do continente e 2843 das ilhas adjacentes. Lisboa foi o distrito que forneceu, ao contrário do que sucedia na década de 60, maior contingente de emigrantes. A explicação para este fenómeno é simples. Primeiro, e na tentativa de encontrarem trabalho, deslocam-se da província para a cidade. Perante a dificuldade ou mesmo impossibilidade de o conseguirem acabam por sair do País. E por isso, Lisboa aparece à cabeça como distrito de onde saíram mais pessoas, pois foi o último local de residência para 22,3 por cento dos que partiram.

O sector secundário continuou a ser aquele que dá mais emigrantes. No período a que estamos a fazer referência, abandonaram o País 860 do sector secundário, 452 do terciário e apenas 217 do sector primário. A Reforma Agrária com o pleno emprego no Alentejo terá evitado a saída do País de alguns trabalhadores. Pelo menos até agora...

Numa apreciação global e em termos de comparação com 1974, a emigração para a Europa sofreu uma baixa de 68,6 por cento e a transoceânica um decréscimo de 24,9 por cento. No total dos dois movimentos, o número de emigrantes que partiu em 1975 sofreu, legalmente, uma baixa de 42 por cento. A emigração clandestina (apenas se considera relevante o movimento para a França) sofreu uma baixa de 25,2 por cento.

A medida que a Europa vai fechando as portas, as duas Américas voltam a ser objectivo da emigração

Para o ano de 1976 é de prever que o movimento emigratório português continue a evoluir de forma decrescente, podendo situar-se num volume de cerca de trinta mil emigrantes.

1.º TRIMESTRE DE 1976

A previsão para 1976 feita pela Secretaria de Estado da Emigração ainda não poderá confirmar-se apesar de já estarmos em Agosto de 77. Só agora acaba de sair o Boletim referente ao 1.º trimestre. Os números, os destinos, as origens dos movimentos emigratórios mantiveram o mesmo nível. Assim, naquele período ausentaram-se do País 4676 pessoas, sendo desta vez maior o número de mulheres que saíram. Em termos de comparação com o mesmo período de 75 significa um decréscimo de 35,4 por cento. O volume total dos fluxos emigratórios legais e clandestinos atingiu, no 1.º trimestre de 1976, 9264 ou seja menos 31,9 do que em igual período do ano anterior.

O número de emigrantes tende a diminuir. Não porque as condições de vida, a oferta de emprego, salários compatíveis com o nível de vida, habitação, saúde, educação sejam atraentes para a generalidade do povo português. A emigração decresce, principalmente, porque os países que costumam receber os trabalhadores portugueses estão em dificuldade. E mesmo assim em 1976 deverão ter saído de Portugal trinta mil pessoas.

Semana da Emigração

Integrada na Quinta Semana Nacional da Emigração, realiza-se hoje no santuário de Santa Luzia, no Castelejo, uma peregrinação de emigrantes a que preside o bispo da Guarda, D. Policarpo da Costa Vaz.

Entretanto, nos próximos dias 12 e 13, os emigrantes deslocar-se-ão ao santuário de Fátima, também em peregrinação, cerimónia que será presidida pelo arcebispo de Paris, cardeal Marty.

A semana nacional da emigração, agora a decorrer, iniciou-se no passado domingo, na vila do Fundão, com a realização de um congresso, a cuja sessão de encerramento presidiu o general Ramalho Eanes.

Denuncia o "Pueblo" de Madrid

"Caça implacável" aos homens do 25 de Abril

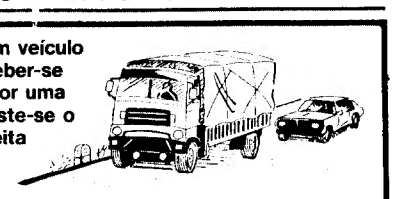
O jornal madrileno «Pueblo», que está muito longe de ser um órgão de esquerda e pertence a um organismo do Estado espanhol, denunciava na sua edição de ontem a «caça implacável» actualmente desencadeada em Portugal contra os protagonistas do 25 de Abril de 1974.

Em crónica datada de Lisboa, o correspondente do «Pueblo» condena as acusações formuladas contra o almirante Rosa Coutinho, a propósito de supostas violações dos «direitos humanos», e contra outros promotores da «Revolução dos Cravos» que pôs termo a 48 anos de ditadura salazarista-caetanista. «É algo vergonhoso, no momento em que membros da funesta PIDE passeiam tranquilamente pelas ruas, ameaçadores e até orgulhosos».

O cronista prossegue afirmando que os actuais dirigentes portugueses, depois de terem procedido à depuração do grupo mais radical dos revolucionários de Abril, «iniciaram a perseguição à facção mais moderada».

«A ordem é — diz o correspondente do diário madrileno — não deixar rasto dos galos de Abril, seja qual for a cor da sua plumagem».

«Triste destino — conclui o autor, Vicente Talon, homem que goza de reputação de moderado nos meios jornalísticos da capital espanhola e que foi recentemente acusado de direitista pelo semanário «Cambio 16» — o de uns tantos homens que só serviram de ponte para que o seu país passasse dos caminhos de um regime desprestigiado e de futuro impossível, para um sistema que, sob roupagens novas e mais manobráveis, reedita as fórmulas daquele Portugal elitista e retardatário do Estado Novo salazarista».



Quando conduzir um veículo pesado e ao aperceber-se de que é seguido por uma fila de carros, encoste-se o mais possível à direita e deixe-os passar.

A sua atitude facilitará a circulação na estrada.

POR FALTA DE CONDIÇÕES

Serviços médicos paralisados no hospital de Soure

COIMBRA, 9 — «Presentemente não existem condições mínimas para a prestação de actos médicos de uma forma eficaz e honesta no Hospital de Soure» afirmação, em comunicado recentemente distribuído aos órgãos de informação, os médicos que prestavam serviço naquela unidade hospitalar. «A situação tem-se vindo a agravar progressivamente ante a inoperância e a condescendência das autoridades responsáveis. Por tudo isto, no seguimento de várias reuniões realizadas por estes médicos, e cumprindo uma decisão já anteriormente tomada, (em 7/7/77 e que foi comunicada à comissão instaladora do Hospital de Soure) decidimos interromper o apoio que temos prestado ao Hospital de Soure a partir do dia 31 de Julho, até serem asseguradas as condições para o pleno funcionamento daquele hospital».

Cabe referir, que os médicos actualmente a prestar serviço de apoio ao Hospital Concelhio de Soure, são médicos internos do Centro Hospitalar de Coimbra, e com a colaboração de alguns especialistas daquele Hospital Central iniciaram em 1975 a assistência aos doentes internados, realizaram consultas externas e asseguraram a manutenção do serviço de urgências durante as 24 horas, em regime de voluntariado.

Referem ainda os médicos citados: «O Hospital de Soure como a maioria dos hospitais concelhios do país, até então (1975) não passava de um asilo de apoio para a terceira idade onde o direito à saúde das populações se transformava num suavizar da morte das pessoas que não tinham meios económicos para adquirirem «o estado de completo bem-estar físico, mental e social». Segundo o comunicado a que vimos fazendo referência «o hospital de Soure arrancou, nessa altura, para uma acção perspectiva para novos objectivos, que previam não só o diagnóstico e tratamento precoce da doença, mas também a promoção da saúde, a prevenção da doença e a recuperação.»

Entretanto «passados dois anos mantêm-se apenas a boa vontade dos médicos internos do CHC, pois a Comissão Instaladora por questões económicas cortou todo o apoio ao hospital de Soure, dispensando apenas os médicos que lá quisessem prestar serviço». E mais adiante os médicos afirmam: «Consideramos que houve um período em que o hospital de Soure esteve próximo da maioria dos objectivos que nos levaram para lá, na altura em que as consultas externas eram grátis, em que não havia falta de medicamentos nem de material de banco de urgência, em que se encetou a cobertura médica da casa de infância e das escolas de ensino primário, e em que se realizaram intervenções cirúrgicas. Porém tudo isto se começou a deteriorar por falta de apoio prometido pelas entidades competentes e por inoperância (ou má vontade?) da Direcção-Geral de Saúde de Coimbra, da Comissão Instaladora do Hospital de Soure e de outras pessoas responsáveis.

Assim começou a surgir a falta de material nais diverso (adesivo, gesso, medicamentos, luvas, etc.) além de sistemáticos atropelos à integração das diferentes unidades de saúde existentes localmente»

A finalizar afirmam os médicos internos do CHC que prestavam apoio ao Hospital de Soure: «queremos manifestar à população do concelho de Soure a nossa disposição firme de continuar a contribuir, desde que nos sejam asseguradas as condições mínimas para a resolução dos seus problemas no campo da saúde, embora sem esquecermos que os mesmos têm de ser perspectivados num âmbito nacional e certos de que a solução para o Hospital de Soure não depende de nós. O que não queremos é que um doente internado, para fazer certos exames radiológicos, precise de ir ao médico do posto da Caixa de Previdência para lhe passar a credencial, e que quando vai à secretaria do mesmo posto para colocação do respectivo carimbo, veja a mesma rasgada na cara.»

«O que não queremos é ver doentes internados sem tomarem certos medicamentos prescritos por não haver dinheiro para os comprar».

«O que não queremos...»

«Não vamos continuar, o que queremos é a saúde de um povo e uma assistência capaz de responder às suas necessidades.»

"Jornal do Comércio" teve salários no dia 8

Ficaram pagos no dia 8 (anteontem portanto) os salários de Julho devidos aos trabalhadores do «Jornal do Comércio» — indicou ao «DL» uma fonte próxima da administração da empresa.

O alarme havia sido veiculado pelo próprio Sindicato dos Jornalistas, dado que o atraso incidia especialmente na redacção. Telegramas seguiram oportunamente para a Secretaria de Estado da Comunicação Social chamando a atenção para o grave problema, após o que, deduz-se, este foi solucionado no dia limite do pagamento das rendas de casa.

Proposta da comissão sindical aprovada no plenário da TAP

Reunidos ontem à tarde em plenário geral, os trabalhadores da TAP aprovaram a proposta apresentada pela comissão sindical da empresa, decidindo assim lutar pela revogação da portaria 418/77, que consideram baseada em pressupostos incorrectos e cerceadora do direito à livre negociação. Aos órgãos do poder serão demonstrados — conforme o aprovado — os vícios da contestada portaria. A mesma proposta mandata a Comissão Negociadora Sindical «para iniciar imediatamente as negociações com o Conselho de Gerência, actuando de forma a que as tabelas salariais sejam negociadas o mais rapidamente possível, mantendo como base a proposta já anteriormente aprovada».

A linha de actuação defendida pela comissão sindical da TAP obteve esmagador apoio dos trabalhadores que enchiam, quase, o amplo refeitório das instalações da empresa, no aeroporto. «E é bom que se repare — sublinhou-se — que está de férias cerca de 30 por cento do pessoal e que todos os serviços estão neste momento, assegurados em perfeitas condições de normalidade. Isto para que não se diga, conforme o faz certa Imprensa, que as decisões na TAP são tomadas por minorias».

A proposta aprovada parte de verificações várias, que vale a pena mencionar. Assim, a Portaria 418/77 não corresponderá, como pretende, ao estabelecido no Decreto 49/A-77, mais conhecida por lei dos 15 por cento. Além disso, «é manifestamente incorrecta, ao determinar um método de negociação irregular, que faz depender a negociação de tabelas salariais da prévia negociação de cláusulas do ACT, o que impede, à partida, aos trabalhadores, o exercício do direito de livre negociação». Por outro lado, a Portaria «toma por base o carácter deficitário da empresa, o que não corresponde à verdade, como se pode confirmar pelos dados reconhecidos pelo Conselho de Gerência». Na opinião dos subscritores da proposta aprovada, a portaria «apenas pretende melhorar as condições de funcionamento da empresa na base de cedências do clausulado do ACT, esquecendo que a determinante da situação da TAP é a inexistência de uma verdadeira reestruturação». (A este propósito, foram dirigidas por alguns dos presentes, acerbas acusações de passividade à actual Comissão de Trabalhadores).

Em conclusão: a partir dos seus considerandos, a comissão sindical obteve concordância da assembleia neste ponto principal: a luta pela revogação da portaria não deverá impedir o início imediato das negociações, a fim de que, em caso algum, os trabalhadores vejam desnecessariamente retardada a resolução dos seus problemas.

DIOGO NETO ASSOBIADO

Para esta concordância terá contribuído também a clara denúncia, feita por um dos elementos da mesa, do conjunto de manobras que, em última análise, visaria a reprivatização da empresa, no todo ou em parte. Na última das hipóteses, voltaria ao capital privado, precisamente o sector lucrativo da TAP, enquanto permaneceria nacionalizado o sector deficitário — as carreiras domésticas.

Pondo o dedo na ferida, o mesmo trabalhador referiu que o prejuízo de 300 mil contos previsto para este ano pelo Conselho de Gerência resulta, nem mais nem menos, das baixas tarifas praticadas naquele serviço público. Seria de toda a justiça, portanto, que aquele «deficit» fosse retirado da folha de prejuízos da empresa. Enquanto o não for, está-se a negar a própria vocação de «serviço de âmbito nacional» às carreiras domésticas. Isto é o que se deduz dos esclarecimentos dados em plena assembleia.

Foram apontados outros factos concretos para comprovar a campanha que o grande capital está a urdir contra a TAP e contra os interesses e direitos dos seus trabalhadores. Entre eles, a decisão, que vem já do fim do ano passado, pela qual o subsecretário de Estado das Finanças proibiu a Banca nacionalizada de conceder novos créditos à empresa.

«Agora — continuou o elemento da mesa já citado — certa Imprensa começa a falar da eventualidade de despedimentos colectivos e da possível substituição do actual presidente do Conselho de Gerência pelo general Diogo Neto (ouviu-se um coro de assobios ao ser nomeado o nome deste militar na reserva), pessoa ligada à direcção de uma empresa um tanto misteriosa que opera de Inglaterra e se dedica sobretudo ao transporte de carga para os países africanos: a «Air Afrique». Ora os sectores de carga e de voos «charter» são exactamente os mais rentáveis da TAP.

Na opinião da maior parte dos oradores, torna-se evidente que o Governo, por um lado, vai cedendo cada vez mais às pressões do grande capital e, por outro, procura amarrar a capacidade de negociação dos trabalhadores. Por isso, foi defendido que a luta contra a portaria tem de ser conduzida de modo «extremamente realista», para que os passos a dar não redundem em maior prejuízo para quem trabalha.

Além da proposta da Comissão Sindical, duas outras foram presentes à mesa, obtendo qualquer delas um número de votos quase insignificante. Uma delas previa estudo e adopção de formas de luta no prazo de 15 dias, se não fosse reconhecido o aumento salarial de 1500 escudos, e a última a realização de um plenário para o mesmo efeito, no próximo dia 18.

Blasco Hugo Fernandes e os outros despedidos quando prestavam declarações ao nosso jornal

DESPEDIMENTOS NO MINISTÉRIO DO TRABALHO

Ataque aos trabalhadores e à Reforma Agrária

As primeiras reacções sindicais ao despedimento de cinco técnicos progressistas do Ministério do Trabalho começaram a surgir, como é o caso da Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos, ou dos Sindicatos dos Electricistas do Sul e dos Trabalhadores Têxteis do Sul.

No caso da Federação, afirma-se num seu comunicado: «A escalada repressiva prossegue. Os «novos patrões» do Ministério do Capital (vulgarmente chamado Ministério do Trabalho) decidem instaurar um clima de terror na Praça de Londres e criar condições para a possível entrada de mais alguns técnicos reaccionários para os serviços de contratação colectiva».

Enquanto se mantém um estranho e curioso silêncio por parte da Imprensa pluralista, avolumam-se os sintomas de que a altura escolhida para estes despedimentos foi cuidadosamente pensada. Assim, por exemplo, o facto de se encontrarem em férias numerosos elementos do Ministério do Trabalho, o que torna difíceis tomadas de posição das Comissões de Trabalhadores e de delegados sindicais.

Por outro lado, está publicado um Decreto, o 256-A/77, que implica a obrigatoriedade nos casos de despedimentos, de serem indicados tanto as razões de facto como de direito que levaram a essas situações. Simplesmente, por curiosidade, este diploma só entrará em vigor ao fim de 60 dias da sua publicação, quando o habitual são 5 dias.

Mas as razões são mais profundas, como acontece no caso do eng.º Blasco Hugo Fernandes: «O contrato de trabalho rural para os distritos de Lisboa e Santarém deverá ser apreciado dentro de dias e já foi feito um despacho de nomeação de uma Comissão Técnica que incluiria um representante do sector rural do Ministério do Trabalho, necessariamente eu» — conta-nos aquele técnico progressista e de comprovada competência.

Mas no MT, dirigido por um elemento do Partido Socialista, tudo tem sido feito para ser evitada essa nomeação. Com o afastamento de Blasco Hugo Fernandes torna-se inviável a nomeação de um outro técnico para aquele efeito, pela simples razão de que não existe. E isto numa altura em que estão entregues propostas de Contratos de Trabalho Rural para outros distritos como Évora, Beja, Portalegre e Setúbal. E, assim, os despedimentos representam, ainda, um ataque à Reforma Agrária. Mais um.

De todos os despedidos apenas um, Fernanda Vila Lobos, logrou obter um documento que justifica a decisão do ministro do Trabalho: razões de conveniência de serviço. Os outros são afastados verbalmente.

Mas os despedimentos perseguem outros objectivos. Por exemplo, Armanda Fonseca e Zulmira Neves eram as responsáveis por dois sectores de grande importância, a metalurgia e electricidade e electrónica. Com o seu afastamento, fica a porta aberta para a entrada de técnicos não progressistas ou mesmo reaccionários, para estes cargos, de onde poderão torpedear os interesses dos trabalhadores, desde a contratação colectiva até aos pequenos problemas do dia-a-dia.

Aliás neste momento existe «mexida» naquele departamento governamental, particularmente no que diz respeito aos elementos da extinta Inspecção Geral do Ministério de Trabalho, criada por Tomás Rosa e agora extinta. É muito provável que alguns desses funcionários venham a ocupar postos-chave, particularmente os que assim ficam em aberto.

Nesta altura, quando isto acontece, os afastados recordam uma data, 4/8/76, quando Maldonado Gonelha, então secretário de Estado do Trabalho, procedeu a uma reunião de apresentação. Disse ele que as pessoas têm medo de assumir as suas responsabilidades, devem ter liberdade de manifestar as suas opiniões e que, no caso dele, não exigia fidelidade ideológica, exigia sim lealdade e profissionalismo.

E acrescentou que dava a garantia de não fazer saneamentos porque além de ser contra tal procedimento também era antifascista. O resultado está à vista.

AINDA A "GREVE" DOS PILOTOS

"Reivindicação salarial despudorada"

— considera o conselho de gerência da TAP

. O Conselho de Gerência dos Transportes Aéreos Portugueses emitiu um extenso comunicado com o título «As verdadeiras e únicas razões de greve de zelo dos pilotos da TAP», em que expõe minuciosamente as fases do conflito aberto entre o Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil e o CG da TAP, fundamentalmente relacionado com questões salariais surgidas nas negociações do ACT.

«O Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil desencadeou contra o Conselho de Gerência da TAP, e muito particularmente contra o seu presidente uma caluniosa e torpe campanha, variando, ao sabor dos dias, das coisas e até dos humores, as suas matérias de acusação», assim começa o comunicado do C.G.

Refere em seguida o CG a primeira tentativa de greve de zelo dos pilotos da TAP, em Maio passado, quando o Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil emitiu um comunicado recomendando a todos os seus associados «a necessidade de implementar normas complementares de segurança para fazer face à degradação psicológica dos pilotos em virtude das perturbações que lhes causavam as suas insuficientes condições de remuneração». Segundo o comunicado do CG, o referido Sindicato começou por assumir posição intransigente quanto à adopção das tais normas, mas acabou por mandar cancelar essa prática.

Posteriormente, o CG propôs a instituição dum prémio de assiduidade, que incluía várias regalias para o Pessoal Navegante, que, em contrapartida, se devia obrigar a algumas garantias. Ainda segundo o comunicado do CG a própria Comissão de Trabalhadores da empresa achou a proposta generosa, e inoportuna dado que «se pediam sacrifícios a outros trabalhadores sem qualquer compensação monetária», mas o Sindicato dos Pilotos rejeitou-se, alegando que «se forem aumentados «os vencimentos dos tripulantes eles sentir-se-ão suficinetemente motivados para não necessitarem de quaisquer outros incentivos para o rigoroso cumprimento dos seus deveres profissionais».

Apresentaram em 16 de Junho uma contraproposta que para o mínimo de 60 horas de voo, atribuía aos comandantes e oficiais pilotos vencimentos que iam de 51 880 a 107 500 escudos. Esta proposta foi rejeitada pelo CG, por «incomtável» e, com a publicação em 12 de Julho passado da portaria que regulamentava as condições de aumento dos trabalhadores da TAP, começaram as negociações do ACT.

Um grupo de trabalho foi nomeado para rever especialmente as cláusulas exclusivas do Pessoal Navegante, tendo deparado quase de imediato com um impasse: o desacordo quanto ao horário de trabalho daqueles trabalhadores, entre o CG que entendia ser o determinado pelo Decreto-Lei 31/74, e o reivindicado pelos Sindicatos. Entretanto, diz o Conselho de Gerência, este teve conhecimento pela Comissão Sindical e, mais tarde, pelo Sindicato do Pessoal da Aviação Civil de que os pilotos estavam de novo a fazer greve de zelo, pelas razões já evocadas em Maio. Perante a intransigência das posições sindicais e dados os prejuízos que a greve estava a causar à TAP, o CG decidiu solicitar ao Ministério dos Transportes a decisão de medidas excepcionais para por cobro à situação.

Partindo do princípio que não podem subsistir dúvidas na opinião pública de que a condenação da greve de zelo dos pilotos da TAP tem as suas verdadeiras raízes numa inaceitável e despudorada reivindicação salarial e nunca em quaisquer razões de segurança», o CG conclui:

. «A opinião pública que julgue por si o censurável acto da Direcção do Sindicato dos Pilotos, um Sindicato que praticamente se reduz aos pilotos da TAP — cerca de 300 trabalhadores — que objectivamente atentam contra a recuperação económica de uma empresa que com coragem e imaginação luta entusiasticamente para ajudar a vencer a crise económica que o País atravessa e para garantir o futuro dos postos de trabalho dos seus quase 9000 trabalhadores».

PILOTOS

Por maioria, os trabalhadores rejeitaram a admissão à discussão de um documento no qual se exigia o estabelecimento de «uma plataforma mínima de entendimento» entre os associados do Sindicato dos Pilotos e o Conselho de Gerência, no sentido de se evitarem prejuízos (causados designadamente aos emigrantes) que só favoreceriam as técnicas daqueles que estão interessados em voltar ao «antigamente». A rejeição, fundamentada no argumento de que trabalhadores não devem tomar posição contra trabalhadores, não impediu que fossem criticadas as formas de luta desencadeadas sectorialmente, caso da luta dos pilotos, os quais exigem, em alguns casos, aumentos ao nível dos cem por cento.

PSP volta à Oligra

Uma força da PSP do Porto voltou esta manhã a actuar junto da fábrica Oligra, no Porto, para impedir a entrada nas instalações fabris dos três operários despedidos pelo patrão. Solidários com os colegas, os restantes trabaljadores (cerca de 50) não retomaram os seus postos, ficando no exteior.

Sindicatos de Braga analisam despedimentos

. Em reunião efectuada na União dos Sindicatos de Braga para análise da onda de despedimentos que está a verificar-se no distrito, as direcções de sete sindicatos bracarenses decidiram promover, no próximo dia 17 várias reuniões concelhias. Desta forma decorrerão simultaneamente, com início às 15 horas, reuniões de trabalhadores em Barcelos, Braga, Famalicão e Guimarães para discussão dos despedimentos e suspensões que, normalmente por motivos políticos, têm sido praticados nas empresas do distrito.

A reunião efectuada na USB entre os representantes dos sindicatos metalúrgicos, têxteis, comércio, vestuário, calçado, construção civil e hotelaria foi precipitada pela situação na fábrica têxtil Barcelense onde mais de uma dezena de trabalhadores estão suspensos.

Em S. PEDRO DE MUEL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ CENTRAL

DIRECTOR GERAL DA UNESCO

"A cada povo compete determinar o seu desenvolvimento cultural"

. «Quando se fala em Revolução Cultural, o principal problema é o reconhecimento da identidade cultural de cada país pois só a cada povo compete determinar o seu desenvolvimento cultural», afirmou ao nosso jornal o director-geral da UNESCO, Amadou Mahtar M'Bow, cuja visita a Portugal termina hoje.

O director-geral debateu com as autoridades portuguesas o quadro de uma cooperação com a UNESCO nomeadamente no campo da Educação tendo comentado que ficou muito interessado pelo modo como os portugueses encaram o desenvolvimento neste campo «em particular a educação dos adultos e a reforma educativa que está em curso». Foi igualmente mencionada a cooperação que se irá desenvolver no domínio da oceanografia e da protecção do ambiente entre o nosso país e a UNESCO.

Tendo classificado Portugal como um país de grande riqueza cultural, atendendo à multiplicidade das suas raízes, Amadou Mahtar M'Bow referiu como digna do maior interesse a sua visita ao Museu de Etnologia, ao Museu Gulbenkian, e ainda o alto valor cultural dos nossos arquivos.

Relativamente ao problema do desenvolvimento cultural, a UNESCO defende que cada povo deve em primeiro lugar conhecer a sua própria identidade cultural: «nós reconhecemos a importância e o valor de cada cultura e é sobre esta base que é possível estabelecer uma cooperação e dinamização de cada país com a UNESCO», afirmou Amadou Mahtar M'Bow.

Recorda-se que a UNESCO foi criada em Londres, em 1946, por 44 nações e que o seu funcionamento, sob a égide da ONU, visa «contribuir para a paz e segurança encorajando pela educação, ciência e cultura a colaboração entre as nações a fim de fazer respeitar a justiça, a lei, os direitos do homem e as liberdades fundamentais». A sede da UNESCO é em Paris desenvolvendo-se a sua organização através de uma estrutura dependente de uma Conferência Geral, um Conselho Executivo e um Secretariado.

Armazenistas açambarcam a boa fruta

. Ao longo de todo o País regista-se uma certa tendência para a normalização do mercado das frutas. A algumas tentativas de boicote, o Ministério do Comércio e Turismo respondeu com grande decisão. O plano dos grandes intermediários falhou, mas os circuitos permanecem intactos e o seu domínio intocável. No Porto, onde alguns retalhistas apoiaram a decisão neste momento, não têm mesmo fruta para vender.

O escalonamento de preços de acordo com as qualidades é uma das reivindicações dos comerciantes e dos produtores mas principalmente em Lisboa começa a esboçar-se também esse facto, que os próprios consumidores consideram justo. Entre as uvas «cardinal» e «D. Maria» há uma diferença. Mas também é justo recordar que antes de toda esta questão muitos comerciantes vendiam «gato por lebre», isto é, fruta de má qualidade por preços de alta qualidade e o consumidor tinha de aguentar. Agora, de certa maneira, os papéis inverteram-se.

Os pequenos comerciantes, também eles ítimas dos intermediarios, protestam: há casos de verdadeiras fraudes no peso da fruta. Um comerciante contou-nos, por exemplo, que em três caixas de peras lhe foram roubados oito quilos, e em quatro caixas de uvas, quase outro tanto. Quer dizer que, à baixa da percentagem de lucro, se está a enveredar por outro tipo de actuação. Também as caixas apresentam um óptimo aspecto por cima e, no fundo, a fruta chega a estar podre.

Entretanto, as (poucas) brigadas de fiscalização económica estão a desenvolver enorme actividade no sentido de detectar algumas irregularidades.

PORTO: A MELHOR ESTÁ NOS ARMAZÉNS

A PSP foi ainda esta manhã chamada aos mercados abastecedores da Ferreira Borges e Sidónio Pais pela Inspecção de Fiscalização Económica para pôr cobro a alguns burburinhos que ali se geraram. Apesar de ainda haver escassez de fruta, sobretudo a tabelada, a situação também se tende a normalizar. A uva, a fruta que mais faltou, teve de ser racionada: uma caixa para cada retalhista. Também no Porto se nota que está a aparecer a fruta pior. A melhor está guardada nos armazéns à espera de «outros» dias. E vende-se a pior ao preço máximo da tabela. Como sempre: produtor e consumidor são os grandes prejudicados.

NOTA OFICIOSA

Ministério mantém-se firme

. Do Ministério do Comércio Interno e Turismo recebemos a seguinte nota oficiosa:

1 — Desde há algum tempo que a população portuguesa vinha sendo vítima de especulação no comércio de frutas, cujos preços de venda ao público atingiam níveis incomportáveis para a generalidade dos consumidores.

2 — Atento a esse facto, o Ministério do Comércio e Turismo procedeu, através dos serviços competentes, ao estudo da situação, tendo em vista a possibilidade de fixação de preços máximos de venda ao público para certas espécies de frutas, preços esses que, acautelando os interesses dos consumidores e produtores, respeitassem igualmente os interesses dos comerciantes.

3 — Foi nessa perspectiva que o Ministério do Comércio e Turismo, em intervenção televisiva de 13 de Julho último, anunciou que certas espécies de fruta iriam ter na presente campanha um preço máximo de venda ao público. Esse anúncio, na linha de declarações anteriores, deveria ter constituído para os seus destinatários uma precaução, o que torna injustificada a inovação de qualquer efeito de surpresa.

4 — Com base nos resultados do estudo efectuado, vieram a ser fixados afinal, sob responsabilidade directa do Ministério do Comércio e Turismo, os preços máximos apenas para a uva de mesa, a pera, o melão, a maçã e a laranja, esta só a partir de 15 de Outubro constantes da Portaria n.º 482/77.

Trata-se uma solução que, não sendo a solução óptima, se impõe como a mais justa e equilibrada nas condições actuais.

5 — Com a entrada em vigor, em 1 do corrente mês, desta Portaria, alguns intermediários, instalados tranquilamente neste domínio, mais no hábito das práticas especulativas do que do comércio legítimo, defraudados nas suas expectativas de lucros imorais, iniciaram desde logo todo um processo tendente a perturbar o regular abastecimento do mercado.

6 — Ameaçando o consumidor com a ausência ou escassez da oferta, o produtor com a ausência ou escassez da procura, buscando solidariedades antinaturais, invocando argumentos especiosos, esses intermediários têm pressionado o Governo com o objectivo de tudo ficar como estava. E se certas perturbações ocorridas no mercado de Lisboa e na generalidade das terras do País foram meramente episódicas, alcançaram mais vulto na cidade do Porto, embora se espere que também aqui estejam a caminho de esbater-se.

7 — Perante tais factos, o Ministério do Comércio e Turismo não pode ficar indiferente e munido da ligitimidade democrática em que está investido fará accionar todos os mecanismos de que pode dispor para contrariar quaisquer condutas ilegais que desafiam a autoridade do Governo e a dignidade do Estado democrático. Sem prejuízo da necessidade do diálogo franco que deve existir entre o poder do Estado e os cidadãos, todos se têm de compenetrar de que a democracia não é anarquia e que as directivas emanadas dos órgãos legítimos da República são para se cumprir. O País não pode flutuar entre as ameaças de uns e as conveniências de outros; tem de seguir a rota da solidariedade social, pelo menos, indeclinàvelmente, a que se exprime no conteúdo das normas legais emanadas do poder democrático.

8 — Pelo exposto, o Ministério do Comércio e Turismo confia em que os consumidores e os produtores e também os comerciantes dignos saberão compreender quem os protege e quem os defende e espera que todos — que são a grande maioria da população — saibam resistir a eventuais dificuldades momentâneas para não mais serem prisioneiros de comportamentos imorais.

HC-2

Urbanizar é Viver e uma Casa Legal é outra Vida!

UMA CASA LEGAL É OUTRA VIDA

Você tem direito a ter a sua casa.
Mas também tem o dever de a construir legalmente.
De pensar no antes e no depois.
De pensar na saúde, na higiene e no conforto dos seus.
Construa em zonas urbanizadas.
Onde se projectou a rua, o esgoto, a água, a luz.
Onde se pensou na creche, na escola e no jardim.
Nos transportes à porta. Nos equipamentos.
Nas zonas comerciais e de convívio.
Invista numa zona urbanizada: a saúde, a higiene e a segurança têm o seu preço!

A SITUAÇÃO EM "O SÉCULO"

Delegados sindicais contra reprivatização

. Um representante dos delegados sindicais do jornal «O Século» disse ontem à ANOP que os trabalhadores da ex-Sociedade Nacional de Tipografia, proprietária daquele matutino recentemente encerrado, «continuam a ignorar qual o destino da empresa».

Os delegados sindicais — acentuou — mantêm a sua oposição à reprivatização do jornal, já expressa em plenário de trabalhadores, por a considerare «anticonstitucional e lesiva dos interesses dos trabalhadores, na medida em que implicaria despedimentos».

Recorda-se que os salários dos cerca de 850 trabalhadores da empresa, referentes ao mês de Julho, ainda não foram pagos. A este respeito, o representante dos delegados sindicais de «O Século» esclareceu que «embora a ex-SNT faça parte da Empresa Pública Século-Popular, não tem havido qualquer atraso no pagamento dos ordenados deste último jornal».

Entretanto, o caso de «O Século» deverá ser abordado hoje durante uma reunião de direcções sindicais, delegados sindicais e comissões de trabalhadores das empresas do sector implicadas nos projectos de reestruturação, a efectuar na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa.

Esta reunião tem como ordem de trabalhos a «discussão da reestruturação da Imprensa e das formas de luta a adoptar», e é convocada pelo conselho de delegados sindicais do Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa.

Despedimentos na RDP?

CT tem de averiguar já — insta célula comunista

. «Que espera a Comissão de Trabalhadores para ir junto da Administração e da SECS averiguar qual o fundamento das notícias a circular a este respeito?» — pergunta a célula comunista dos trabalhadores da Rádio a propósito da passagem do chamado «Projecto Roque Lino» sobre eventual despedimento de «pessoal excedentário» na empresa.

A célula diz que o silêncio da CT, a persistir, «terá de considerar-se cúmplice». Aliás já teria havido cumplicidade da mesma comissão, argumenta noutro passo, «quando dos recentes despedimentos, por motivos políticos, de alguns camaradas da empresa».

«Os comunistas da RDP» — assim termina o comunicado — «estão dispostos a, juntamente com todos os outros democratas, e pondo de lado querelas do passado, procurar as soluções para os problemas da RDP que melhor sirvam os interesses dos trabalhadores da empresa».

. Entretanto, ao fim da manhã apurámos que todos os elementos tinham já recebido a notificação por escrito, com a justificação «por conveniência de serviço» e assinada pelo secretário de Estado do Trabalho, dr. Custódio Simões.

A PROBLEMÁTICA MILITAR PORTUGUESA - SUA ACTUALIDADE

3. Compromisso de honra e juramentos de fidelidade nas Forças Armadas

MANUEL TAVARES

O DESFILE

. Vimos em artigos anteriores, como o fascismo deturpou a concepção de virtudes militares e o sentimento religioso dos militares, instrumentalizando-os ao serviço da sua prática política de opressão da consciência colectiva e exploradção do Cidadão Português armado.

No presente artigo abordaremos a questão genérica dos comprmissos de Honra e dos Juramentos de Fidelidade nas Forças Armadas, de conhecimento público, equacionando-a em termos de Passado (Próximo e Imediato), Presente e Futuro.

1) No Passado Fascista

Falar de compromissos e Juramentos nas Forças Armadas, implica abordar conceitos tais como, Patriotismo, Lealdade e Traição.

Vejamos como escreve o doutrinador major Armando Paschoa, no seu livro de Ética Militar: «... O Patriotismo exige Lealdade e para esta contribuem a Obediência e a Dedicação, a Subordinadção e o Respeito.

O conceito de Patriotismo é particularmente elevado e belo, é soberano perante os homens, é indiscutível perante Deus.

Trair um juramento feito no momento em que lhe são abertas as portas do mais grandioso templo da vida real do sacrifício, onde se pratica a disciplina e evidencia a lealdade, é, por todos os princípios, atraiçoar a própria consciência. Entre os antigos, quer nas repúblicas, quer nas monarquias, já havia uma classe de cidadãos à qual se recorria nos momentos mais graves das mais profundas interrogações, para se fazer cumprir a fidelidade às leis, o amor à Paz e o respeito aos Deuses. Essa classe era a dos cidadãos-soldados. Fora a necessidade baseada na realidade da vida que levara os povos a terem uma garantia da sua liberdade, uma salvaguarda dos seus direitos, uma defesa da sua paz e tranquilidade. De quem, portanto, deve esperar a Pátria maior fidelidade senão daqueles que prometeram morrer por ela num acto consciente de submissão às leis e recorrendo às melhores virtudes postas à prova não só nos momentos culminantes da luta, como nas horas calmas em que a meditação se encontra plena dos melhores conselhos que a consciência pode joeirar e oferecer para uso comum nos momentos oportunos da acção decidida?!»

Fascismo punha em prática esta doutrina, da seguinte forma:

a) __ Na Incorporação de Oficiais do Quadro Permanente

__ O cidadão que concorresse à Academia Militar, era obrigado a declarar sob compromisso de honra, a fidelidade à Constituição de 1933, no que se limitava a cumprir o estipulado no Estatuto do Oficial do Exército: «Art.º 8.º __ O Oficial deve estar sempre pronto a cooperar na realização dos fins superiores do Estado e defender os princípios fundamentais de ordem política e social estabelecidos na Constituição, sendo-lhe permitido exercer o direito de voto, de harmonia com a lei eleitoral.»

b) Nos j u r a mentos de Bandeira.

__ O cidadão militar (Miliciano ou do Quadro Permanente), no final do seu período de instrução, jurava assim bandeira: «Como Português e como Militar, juro servir a Pátria e as suas Instituições, no respeito da hierarquia, da obediência aos chefes, cosagrando-me ao cumprimento do Dever Militar, mesmo com sacrifício da própria Vida.»

c) __ No Período de Guerra Colonial

__ Com o deflagrar da Guerra Colonial foi imposto o seguinte Juramento de Fidelidade aos militares do Quadro Permanente: «Eu,..., juro servir a minha Pátria e lutar pela sua independência e pela integridade dos seus territórios; respeitar a Constituição e as leis do meu País; observar rigorosamente a disciplina militar, obedecer aos meus chefes, ser fiel aos princípios de honra do Exército Português e cumprir dedicadamente as missões que me forem confiadas, mesmo com sacrifício da Vida.

Quartel em... (Assinatura)

Feito assinado na minha presença, perante os Oficias desta Unidade.

.....(Assinatura do Comandante da Unidade).

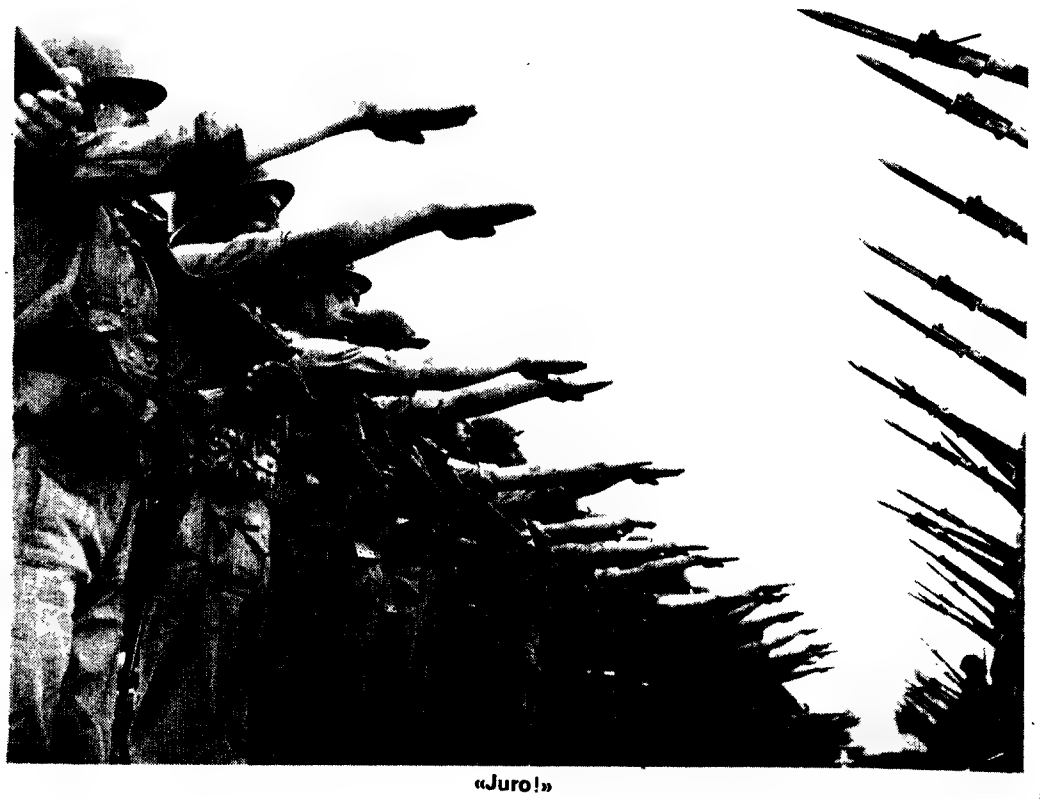
Foi esta a forma como o fascismo utilizou nos militares valores e conceitos de Honra e Fidelidade, de Constituição e Independência Nacional, que mais não eram que fórmulas truição da iniciativa individual e colectiva, prolongamento natural para o campo especificamente militar da sua Política Global de actuação.

A desmontagem, por gerações da evolução qualitativa do Fascismo (entenda-se, retrocesso Nacional), levar-nos-ia à constatação da graduação de doutrina traduzida para as Forças Armadas, no seguinte:

__ Até 1961 __ Escravização à Constituição de 1933

__ Depois de 1961 __ Escravização à Constituição de 1973 e à Política Ultramarina (Guerra Colonial).

Assim se instalou nas Forças Armadas a obediência cega vendada e se generalizou a ideia de movimento a «toque de caixa», em oposição a obediência e movimento conscientes, livres e participados. Por isso se pode já concluir, no que somos apoiados pelo MIRN do general Kaúlza de Arriaga e pela Ética Militar do major Armando Paschoa, que o Movimento das Forças Armadas a obediência Abril», reprèsentam uma traição à engrenagem fascista, que durante tanto tevo manietou as Forças Armadas e o Povo português.



«Juro!»

2) __ No Passado Imediato (Pós-25 de Abril)

Após o «25 de Abril» foi adoptada a seguinte fórmula de Juramento de Bandeira:

«Juro ser fiel à Pátria e ao Povo português e estar sempre pronto a lutar pela sua liberdade e independência; Juro servir as Forças Armadas, com voluntária aceitação do Dever Milita consciente de participar, com todas as minhas capacidades físicas e mentais, no cumprimento dos objectivos da Revolução Portuguesa».

A justificação para tal Juramfto acrescentava: « de apoiar as iniciativas tendentes a realizar o Juramento de Bandeira no Campo, em contaco mais íntimo com o Povo, aconselhando-se a realização de acções de carácter cívico durante os exercícios antecedentes à Cerimónia, inserindo-se no espírito do Projectoguia da Aliança Povo-MFA».

3) __ No Presente Democrático-Constitucional

A fórmula actual do Juramento de Bendeira tem a seguinte redacção: «Juro como Português e como Militar, servir as Forças Armadas, cumprir os deveres militares, guardar e fazer guardar a Constituição da República. Juro, defender a minha Pátria e estar sempre pronto a lutar pela sua Liberdade e Independência, mesmo com o sacrifício da própria Vide».

Somente o Juramento de Fidelidade, deixou de se praticar. Mas; curiosamente, as Forças Armadas continuam hipotecadas a esse Juramento, cujo aparecimento está ligado ao período de Guerra colonial. Aliás, para aqueles que defendem que esse juramento está actualizado, note-se que ele refere «integridade dos seus territórios», numa clara alusão às ex-colónias, o que é contrário ao texto da actual Constituição: «Art.º 5.º (Território) -1- Lortugal abrange o território historicamente definido no Continente europeu e os Arquipélagos dos Açores e da Madeira». E ainda: «art.º 273.º (Funções) -1- As Forças Armadas Portuguesas grantem a Independência Nacional, a Unidade do Estado e a integridade do Território.»

4) __ No Futuro

As Forças Armadas, como Instituição Nacional, devem cuidar para a sua própria coerência e pelas responsabilidades contraídas com o povo português, de destruir tudo quanto de vago e ambíguo possa permitir que se repita a manipulação e instrumentalização fascista, ainda que sob a capa de conceitos universais e intocáveis.

Atende-se, por exemplo, na actual fórmula do Juramento de Bandeira, na qual foi adoptada a frase «... guardar e fazer guardar a Constituição da República...». Ora, o povo português, lê no art.º 273.º da mesma Constituição que «...as Forças Armadas garantem o cumprimento da Constituição». Por isso a sua perplexidade, pelo facto de não constar na fórmula de Juramento «... Cumprir e fazer cumprir a Constituição da República».

Também o termo «Constituição» é demasiado vago, para que, tendo nós já aprendido como o Fascismo o utilizava, não cuidemos de nos defender para o Futuro. Daí que a fórmula «...cumprir e fazer cumprir a Constituição Livre e Democrática...» (subentendendo resultante de eleições livres) possa estar mais de acordo com a missão das Forças Armadas e com a compreensão do povo a que pertencem.

Aliás, quando a Constituição, resultante de eleições livres, define como meta o socialismo, esta mesma finalidade deveria constar na fórmula de Juramento do militar, sob pena de grave omissão Constitucional.

Mas, se a nova fórmula de Juramento ainda nos suscita a necessidade de reparos ou de correcções, o atraso verificado nas axtualizações dos juramentos de todos os profissionais, militares ou militarizados, com ingresso nas Forças Armadas ou Militarizadas em data anterior à da publicação da actual Constituição, despretigia o Órgão de Soberania Constitucional para assuntos militares. **O Conselho da Revolução.**

Qualquer fórmsla de actuação ambígua para as Forças Armadas, equivale à incompreensão pelo povo português e à sua marginalização em sociedade. Este mesmo povo, caracterizado de simplicidade e objectividade, só compreenderá as suas Forças Armadas, se os seus objectivos forem simples, objectivos e Constitucionais. É esta a sua linguagem.

claras turismo
Departamento da Rodoviária Nacional, E. P.
AV. FONTES PEREIRA DE MELO, 33 · LISBOA 1 · METRO PICOAS
TELEFS. 560015 · 563451

FAÇA AS FÉRIAS MAIS ECONÓMICAS DE SEMPRE!

EXCURSÕES EM AUTOPULLMAN PARA ESPANHA FRANÇA, ANDORRA E MARROCOS

ANDALUZIA E TORREMOLINOS
4 dias ..... 4.000$00

MADRID E TOLEDO
4 dias ..... 3.800$00

RIAS E COSTA VERDE
SALAMANCA - LEÓN
OVIEDO - LA CORUÑA
SANTIAGO - VIGO
5 dias ..... 5.100$00

TANGER E GIBRALTAR
5 dias ..... 6.000$00

ALÉM PIRINÉUS
BIARRITZ - LOURDES
ANDORRA
BARCELONA - MADRID
9 dias ..... 10.600$00

MARROCOS IMPERIAL
9 dias ..... 10.800$00

Estas viagens incluem transporte, hóteis de 1. com banho, refeições e visitas

RESERVE DESDE JÁ O SEU LUGAR!

*ABERTO DURANTE A HORA DO ALMOÇO

Em FARO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ BRASILEIRA

Os "negros" na Literatura Francesa de hoje

JEAN-MARC THÉOLLEYRE

«Pessoa que esboça, ou escreve na sua totalidade, obras assinadas por um escritor célebre». Paul Robert, que definiu assim o «negro» em literatura indica ainda que a palavra foi pela primeira vez escrita nesse sentido em 1757. Embora as condições tenham apesar de tudo mudado, a palavra ficou. O «negro» literário não parece ter ainda iniciado a sua descolonização.

O «negro» de 1977 não tem muito a ver com o «negro» que ficou associado ao nome de Alexandre Dumas pai, e que se chamava Auguste Maquet. Esse jovem professor do Liceu Narlos Magno «cometera» um manuscrito. O editor a quem o mostrou achou a ideia interessante, mas os resultados não o deixaram muito entusiasmado. Pediu então a Dumas que se ocupasse da narrativa. Em suma, que a transformasse num livro vendável.

Como se vê, nesta aventura célebre o verdadeiro «negro» não foi Marquet, mas Dumas. A justiça diria aqui de sua justiça visto que aquele cujo nome ficou foi o que tinha talento, enfim, o «negro», e não o autor. É que nesse tempo a celebridade tinha critérios diferentes dos de hoje, em que a informação basta para a fabricar. Parece também que nesses tempos já afastados era difícil ser-se célebre sem se saber escrever e dominar a língua, como o mostram as correspondências, para só falar delas. Ninguém se lembraria de pedir às actrizes Champmeslé, «Mademoiselle» Mars ou Rachel, e menos ainda a uma lavadeira ou a uma vivandeira, que contassem a sua vida.

O que há trinta anos tornou a «negritude» literária cada vez mais florescente foi precisamente a parte que os documentos, as recordações, os testemunhos, as memórias de toda a espécie tomaram na produção internacional. Vedetas de toda a espécie são solicitadas a contar a sua vida. E para se ser «vedeta» basta ter tido, num ou noutro momento da existência, um papel de actualidade. Mas, se há um advogado, um político, uma actriz, um cantor ou um declamador, um médico ou um psiquiatra, um explorador ou um ladrão capazes de escrever de modo satisfatório, quantos possuem esse talento?

O gravador substituiu, pois, a caneta. Graças a ele surge de um jacto o primeiro rascunho de que não poderão tirar-se, é certo, as «*Mémoires d'outre-tombe*» nem mesmo a «*Historie de ma vie*», mas sim as 250 ou 300 páginas que vão vender-se durante um trimestre.

Assim se explica a prosperidade da «negritude». Há, no entanto, «negros» e «negros». A corporização tem, tal como as dos desportistas, os seus profissionais e os seus amadores. Nela também há os bem pagos e os mal pagos, os felizes e os infelizes, os resignados. Alguns que já entraram no sistema, vivem bem e conseguem salários mensais de 5.000, 6.000 e até 7.000 francos. Aceitaram a sua condição, dizem-se «escritores públicos», conhecem a profissão, os costumes dessa mesma profissão, as suas receitas.

Mas também há os que tentaram a experiência muitas vezes por necessidade, e que não se adaptaram.

Como se descobre a presença do «negro», isto é, a sua participação na feitura de um livro que tem uma assinatura ainda brilhante das luzes e da televisão?

É raro que a capa permita descobrir quer que seja. Mas há excepções. Como chegaram dos Estados Unidos talvez anunciem uma mudança. A capa pode, de facto, dar a entender o que na verdade se passa. «*Mon village sur la banauise*», uma produção Laffont - Opera Mundi, é uma narrativa de autoria (em maiúsculas) de Jean Leroy-Guyo, homem do mar e dos gelos, mas, em caracteres mais discretos, é-nos comunicado que ele trabalhou «com a colaboração de Nadine Lefèbvre». O leitor pode então recordar que Nadine Lefèbvre, romancista e poeta da Gallimard, o que é um bom cartão de visita, figurou em 1976 numa selecção Goncourt com o seu romance «*Le Chemin de Lato*».

AUTOR E COLABORADOR DE AUTOR

Embora não seja uma regra, o nome do «negro» só aparece claramente na capa quando se trata de livros cujos autores não são considerados vedetas universalmente conhecidas. Ninguém, por exemplo, soube que o advogado Jean-Louis Tixier-Vignancour foi ajudado por Pierre Canavaggio no seu livro «*Des Républiques, des justices, des hommes*». Nem que «*La Cause des femmes*», assinado por Gisèle Halimi, não teria talvez visto a luz do dia sem a ajuda de Marie Cardinal. E que sem a mesma Marie Cardinal as memórias da duquesa de Bedford, «*Nicole Nobody*», não teriam sido o que foram.

Pelo contrário, Simone Signoret é, na realidade, a autora de «*La nostalgie n'est plus ce que'elle était*». O próprio Maurice Pons, de quem se dizia à boca pequena ter sido o «negro» da actriz, desmentiu tal infâmia. E por ter considerado o boato verdadeiro, Anne Gallard será chamada ao tribunal.

Charles Ronsac, da Opera Mundi, declara: «*As pessoas gostam de utilizar a palavra «negro» o que é pejorativo. Há na verdade para nós um autor — uma pessoa que tem recordações, uma experiência, uma história para contar. E há um colaborador desse autor. O autor é a fita gravada, e o seu colaborador a escrita. E por esse trabalho terá uma parte variável de direitos de autor*».

A parte dos direitos é na verdade, variável. Pode ser igual à do «autor». É, de resto, essa a regra fixada pela lei de 11 *de Março de 1957, que diz respeito a colaboradores que participam na «criação» de uma mesma obra. Nesse caso, se os direitos de autor forem de 10 por cento sobre o preço de capa, o «autor» receberá 5 por cento e o «negro» 5 por cento. Mas tais casos são raros porque a lei previu e admitiu outras eventualidades, e o «negro» pode receber somente 40* por cento, 30 por cento ou até *25 por cento dos direitos. É raro, mas acontece.*

Ora, nem todos os «negros» aceitam isso, e alguns têm saído do anonimato para falar da sua presença e do seu papel. É essa hoje a grande novidade.

Quem ficaria mais aborrecido com tal atitude seria o autor a quem seria retirada a usurpada auréola de escritor. Porque todos os «negros» o verificaram: quer o seu nome seja ou não mencionado na capa ou na interior do livro, quem é referido nos boletins dos editores, quem interessa aos livreiros e até à crítica, é o autor. E esse autor comporta-se como tal, sem se sentir perturbado nem envergonhado. Sem escrúpulos, ei-lo que faz dedicatórias, fala na Rádio, aparece na Televisão, sem nunca se lembrar de dizer a quem deve, pelo menos parcialmente, esse direito às trombetas da fama.

Como se joga esse jogo, já indústria, de «empresta-me a tua caneta»? Charles Ronsac explica.

«*Marcelle Routier*» (um nome na «negritude» das letras) «*trabalhou com Simone Bertrand no nosso livro sobre a Piaf. Recentemente trabalhou com Michèle Morgan* («Avec ces yeux-là»). *Hoje dir-se-ia que certos editores têm vergonha deste género. No entanto imitaram-nos*».

Que se sabe da maneira como se «cozinham» êxitos tão diferentes?

Primeira condição: o «negro» e o seu «autor» devem conhecer-se. Entendem-se assim melhor, o que é importante. É preciso que tudo corra bem entre ambos. Eles são o cavalo e o cavaleiro. «*De resto, pode mudar-de de cavaleiro durante o percurso*» diz o treinador Ronsac.

Se Yver-Guy Berges foi contactado — o que criou alguns problemas — para escrever as memórias de Rolf Steiner, isso aconteceu porque o grande repórter conhecera o legionário no Biafra e acompanhara o seu processo em Cartum. Se Jean-Marie Filère se transformou na pena de Gilberte Pierre-Brossolette, isso deu-se porque ele se especializara na resistência de Pierre Brossolette. Se determinado cronista judicial está a preparar as memórias do dr. Yves Roumafon, é porque em trinta anos de carreira ele pôde ouvir muitas das suas deposições e entrevistou-o muitas vezes. Ambos têm confiança um no outro.

No fundo a receita é sempre a mesma: conversa com gravador durante o tempo necessário, ou — com menor frequência — exame de um manuscrito ou de notas, que geralmente são completados. O trabalho do «negro» é diferente conforme os documentos que lhe são entregues. E também conforme a disposição do seu «autor», que pode, em todo o caso, ter ideias, as suas ideias, e agarrar-se a elas. É então que o conflito pode surgir. Se o «negro» conhece bem o assunto tratado e o seu «autor», pode aperceber-se de que este faz batota ou escamoteia dados. Deve reagir? Rectificar? Haverá uma «objecção de consciência» de quem escreve? Os que quiseram invocá-la, isto é, reivindicar o direito a fazer saber, no livro, através de um prefácio ou de uma posfácio, que não se deixaram enganar, só perderam com isso. O contrato assinado ou a carta-contrato não previam essa eventualidade.

A PERSONALIDADE

Eis, de resto, o que se espera do «negro», segundo uma carta recebida por um deles, que se queixava de ter feito a maior parte do trabalho de colaboração com um «autor» a quem era preciso arrancar tudo, que era incapaz de contar o que era necessário e que, ainda por cima, embelezava demasiado as coisas. O contrato dizia respeito à «*elaboração e à redacção de um livro de memórias*».

«*Deve interrogar-se o autor, sempre que possível com o auxílio do gravador, acerca dos diferentes elementos que podem servir de base à redacção da obra em questão, à construção da narrativa do autor (suprimindo a linguagem muito claramente falada, mas respeitando ao máximo o estilo do autor, para que o leitor sinta a sua personalidade). Deve haver um certo trabalho de selecção para que a obra seja tão interessante quanto possível e para que a figura do autor surja a uma luz simpática. Deve fazer-se posteriormente um interrogatório sobre lacunas que possam surgir, por exemplo acerca de um cenário e para dar a atmosfera daquilo que ele viveu*».

Esta tudo dito em poucas palavras. Um bom «negro», um profissional sabe seguir estas orientações. Para se permitir variantes é preciso ter, ao mesmo tempo, personalidade e um nome feito. Mas haverá «negros» assim.

(*Le Monde*)

12º CARTORIO NOTARIAL DE LISBOA

"Vestia-Sociedade de Representações, Limitada"

Certifico para efeitos de publicação, que por escritura de 14 de Julho de 1977, exarada de folhas 21 a 23 do livro de notas para escrituras diversas n.º A-422, do 12.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da Notaria Lic. Lídia Rodrigues Maia Devesa, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com a denominação em epígrafe, e sede em Lisboa, a qual ficou a reger-se pelo pacto social constante da fotocópia anexa que com esta se compõe de quatro folhas e vai conforme ao original. Lisboa, vinte e cinco de Julho de mil novecentos e setenta e sete

O AJUDANTE
(António Borges Ferreira)

PRIMEIRO: — A sociedade adopta a denominação de — «VESTIA — SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES; LIMITADA», tem a sua sede em Lisboa, na Rua Pedro Nunes, número nove, primeiro andar - A, durará por tempo indeterminado a partir de hoje.

PARÁGRAFO ÚNICO: Por simples deliberação da gerência a sociedade poderá transferir a sede social e bem assim constituir ou encerrar quaisquer filiais, agências, delegações ou sucursais quando e onde julgar conveniente.

SEGUNDO: — O objecto social é a comercialização e representação de artigos de vestuário, podendo no entanto exercer qualquer outra actividade comercial ou industrial em que os sócios acordem e a lei permita.

TERCEIRO: O capital social, integralmente realizado a dinheiro é de DUZENTOS E CINQUENTA MIL ESCUDOS e corresponde à soma de duas quotas, sendo uma do valor nominal de cento e setenta e cinco mil escudos, pertencente ao sócio José Luís Costa Barbosa, e outra de setenta e cinco mil escudos pertencente ao sócio João Paulo de Castro Queiroz Serra.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os sócios poderão fazer suprimentos à sociedade de que ela carecer, nas condições que forem deliberadas em assembleia geral.

QUARTO: A gerência da sociedade, bem como a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, pertence ao sócio JOSÉ LUÍS COSTA BARBOSA, desde já nomeado gerente, sem caução e com ou sem remuneração, conforme fôr deliberado em assembleia geral, sendo SUFICIENTE a sua assinatura para a sociedade se considerar validamente obrigada em todos os seus actos e contratos;

PARAGRAFO PRIMEIRO: O gerente poderá delegar todos ou parte dos seus poderes de gerência em quem entender; igualmente a sociedade poderá constituir mandatários para os fins e efeitos a que se refere o artigo duzentos e cinquenta e seis do Código Comercial;

PARÁGRAFO SEGUNDO: A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor, ou em quaisquer outros actos ou contratos estranhos aos negócios sociais.

QUINTO: — A cessão de quotas entre sócios é livremente permitida; a favor de estranhos fica dependente de autorização de quem mais for sócio e da sociedade.

SEXTO: — A sociedade não se dissolve por morte ou interdição de qualquer sócio continuando nestes casos com os seus herdeiros ou representante do interdito, nomeando aqueles um que os represente na sociedade enquanto a quota se mantiver indivisa.

SÉTIMO: — Os sócios não poderão exercer actividade igual ou semelhante à da sociedade, quer por si, quer por interposta pessoa, ficando o contra ventor sujeito às sanções legais e às indemnizações que vierem a ser fixadas pelos prejuízos que à sociedade causar.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica excluído desta proibição o sócio José Luis da Costa Barbosa, que poderá exercer individualmente a mesma actividade, independentemente de qualquer autorização ou sanção.

OITAVO: — As assembleias gerais, nos casos em que a lei não determine formalidades especiais serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios a antecedência de pelo menos oito dias.

Que, nos termos exarados, têm a sociedade por constituída.

TRIBUNAL CIVEL DA COMARCA DE LISBOA

13º JUÍZO CÍVEL

PALACIO DA JUSTIÇA
7º PISO
Proc.º nº 1 275/77
3ª Secção

ANUNCIO

Faz-se saber que, por este Juízo, 3.ª Secção, correm éditos de TRINTA DIAS, contados da data da 2.ª e última publicação deste anúncio, citando os réus, JOAQUIM INÁCIO, casado, construtor civil; e, CONCEIÇÃO JESUS RODRIGUES, comerciante, ausentes em parte incerta, e com última residência conhecida na Rua dos Combatentes do Ultramar, n.º 83, r/c, Dt.º, em Odivelas, para, no prazo de DEZ DIAS, que começa a correr depois de findo o dos éditos, contestarem, querendo, a acção sumária que lhes move o Banco de Angola, E.P., pelos fundamentos da qual pretende o autor a condenação dos réus, solidariamente, no pagamento da quantia de 33 772$20, sendo 31 000$00 de uma livrança subscrita pelo Joaquim e avalizada pela Conceição, com vencimento em 31-5-1976, e não paga; 2772$20 de juros vencidos, à taxa de 6% ao ano, até 24-1-1977; nos juros vincendos, à mesma taxa, até integral pagamento; nas custas e outras despesas legais.

Ficam, ainda, citados para, na contestação, declararem se confessam ou negam as firmas apostas no título, entendendo-se que as confessam se não fizerem declaração alguma; tudo como melhor consta dos duplicados da petição inicial, que ficam à disposição dos citandos nesta Secretaria.

Lisboa, 29 de Julho de 1977.

O Juiz de Direito — (António Alexandre Pinto)

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA E MINAS

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal - EDP e a que se refere o processo 8/60067, arquivo 18 para o estabelecimento na freguesia e concelho de Benavente de uma linha aérea a 30 kV, com 134 metros, do poste n.º 22 da linha Salvaterra de Magos-Benavente ao posto de transformação n.º 2 da Idal (Indústria de Alimentação, Ld.ª).

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 28 de Julho de 1977.

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

PUB

Maria de Lurdes Baginha

Contacta urgentemente

Gabriela

verão 1977
PARIS
"cidade luz"
1 SEMANA
PARTIDAS:
Agosto 5, 12, 19 e 26
Setembro 2 e 9
Preços excepcionais desde 9.980$
Incluindo:
• Viagem aérea
• Transporte em Autopullman
• Visita da cidade com guia local
• Estadia no hotel
• Acompanhante abreu
ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA
abreu
fundada em 1840
LISBOA Av. da Liberdade 190 • Telef. 371341
PORTO Av. dos Aliados 207 • Telef. 31792
COIMBRA Rua da Sota 2 • Telefs. 27011/2
FARO Rua Con. Bivar 65 • Telefs. 25035/6
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

PORTO BRANDÃO

MARIA DA PIEDADE
VICENTE SIMÕES GOMES

Agradecimento

Francisco Martinho Gomes, Francisco Simões, Berta Simões e família, agradecem aos trabalhadores da Câmara M. Almada e serviços Municipalizados, e aos trabalhadores da A.G.P.L, assim como ao povo do Porto Brandão e todos os amigos que acompanharam sua ente querida à sua última morada.

A Funerária de Palhavã Telefs. 771882/777283

DE FÉRIAS COM O
Diário de Lisboa
Aceitam-se assinaturas de férias pelo período mínimo de 10 dias, ao preço de 6$00 por exemplar
NÃO SE ENVIAM RECIBOS À COBRANÇA

Bomba de neutrões aprovada por Carter

No último dia das suas férias em Plains (Geórgia), o presidente dos EUA subscreveu o orçamento que destina fundos para a produção de «bomba de neutrões», a arma mais mortífera até hoje fabricada. Uma característica fundamental desta bomba é a de que ela se dirige contra os seres vivos, penetrando em todos os abrigos, não deixando escapar ninguém incólume, mas salvaguardando os bens materiais.

O Pentágno enviará ainda este mês novo relatório sobre a produção da bomba ao presidente dos EUA, que então decidirá finalmente se ela é ou não necessária... Para já, uma quantia não especificada e destinada à produção dessa arma genocida foi incluída no Orçamento das Obras Públicas (total: 10 mil milhões de dólares), ontem assinado pelo presidente que baseou a sua candidatura na defesa da paz e dos Direitos do Homem.

A arma que será «exportada» para os países da NATO destina-se a eliminar seres humanos por meio de radiação de neutrões. No mês passado, o Senado aprovou fundos para essa bomba, mas reservou-se o direito de o Congresso alterar a decisão sobre o seu fabrico, quando se conhecerem mais pormenorizadamente as suas implicações.

Dinheiro para a fabricar é que já há, depois da assinatura de Carter.

Em comentário difundido ontem, a agência soviética TASS denuncia a aprovação do projecto de lei de fabrico de ogivas nucleares de neutrões, e previne Washinton contra as consequências deste «acto perigoso».

Sob a assinatura de um dos seus observadores políticos, Iuri Kornilov, a agência soviética declara que a aprovação dada pelo presidente americano ao fabrico de ogivas nucleares de neutrões para os mísseis «Lance» e as granadas de artilharia, «confirma a intenção do Governo dos Estados Unidos de empreender novo assalto custoso e extremamente perigoso na corrida aos armamentos nucleares».

Este acto, faz notar, encontra-se em contradição directa com as tarefas do reforço da paz e da segurança fixadas pela Acta Final de Helsínquia e em nada corresponde às declarações de Washington a favor da paz e do desarmamento.

A aprovação deste projecto pelo chefe de Estado americano testemunha também, segundo a agência, que as promessas eleitorais da limitação da corrida aos armamentos só foram feitas «para a galeria» e que as declarações seguintes da Casa Branca e este respeito não passaram de «retórica que nada tem em comum com a política real de Washington».

DENUNCIADA EM LAHORE

Conspiração internacional para matar Ali Bhutto

.. O antigo primeiro-ministro paquistanês, Zulfikar Ali Bhutto, afirmou ontem que a sua vida corre perigo, acusando potências estrangeiras não identificadas de conspirarem com os seus inimigos políticos para conseguirem a sua eliminação.

Ali Bhutto afirmou que o Paquistão teria de deixar de se considerar uma nação livre, se Washington conseguir frustrar os planos conducentes à construção da central de reprocessamento nucelar.

No período mais agudo de manifestações contra o seu governo, na Primavera passada, Ali Bhutto afirmou que os Estados Unidos estavam a fornecer dinheiro ao movimento de protesto, tendo Washington desmentido as acusações.

Zulfikar Ali Bhutto, cujo governo foi derrubado por um golpe militar em 5 de Julho, reafirmou a sua acusação de que os EUA se encontram por detrás de uma conspiração internacional contra o Paquistão, devido a planos existentes para comprar a Paris um centro de reprocessamento de combustíveis atómicos.

O antigo primeiro-ministro não afirmou, contudo, se os EUA, estariam entre as potências ocidentais que ele acusa de conspirarem contra a sua vida.

Por outro lado, a formação de um novo partido político foi ontem anunciada em Karachi por um antigo membro do conselho de ministros de Ali Bhutto. Jalaluddin Abdur Rahim, que foi substituído no seu posto de ministro da Produção e, mais tarde, colocado sob prisão domiciliária, até à ocorrência do golpe de Estado, afirmou que a União Democrata-Social permanece fiel a três princípios direitos humanos, democracia e justiça social.

Entretanto, 43 pessoas foram presas após recontros entre a polícia e simpatizantes de Ali Bhutto, ocorridos ontem em Lahore, afirmou um comunicado governamental.

VANCE EM TELAVIVE

Israelitas mantêm posição intransigente

O secretário norte-americano de Estado, Cyrus Vance, e o Governo de Israel enfrentam hoje novas divergências no segundo dia das suas conversações sobre os modos de apressar as negociações sobre a paz no Médio Oriente.

As divergências já existentes antes da chegada de Vance a Israel foram sublinhadas ontem à noite num banquete oficial durante o qual o primeiro-ministro Begin ameaçou que o Estado judaico jamais negociaria com a Organização de Libertação da Palestina (OLP).

Vance e Begin conferenciam hoje durante cerca de três horas, depois do que o enviado de Washington se reúne com o chefe da oposição israelita, Shimon Peres, e concede uma conferência de Imprensa.

Depois de uma primeira reunião ontem havida com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Moshe Dayan, este disse à Imprensa que em nenhumas circunstâncias Israel negociará com a OLP, mesmo que esta aceite a resolução 242 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Entretanto, em Damasco, o presidente da Síria, Hafez Assad, repetiu ontem as sugestões de uma só delegação árabe para as conversações sobre a paz, plano destinado a anular a recusa israelita de negociações com a OLP.

No entanto, Israel também já rejeitou a ideia de quaisquer conversações com políticos da OLP mesmo com estes incluídos numa só delegação árabe.

Depois de se reunir com outros dirigentes da coligação governamental, o presidente Assad afirmou que se a delegação conjunta não for possível deve-se encarar a hipótese de delegações separadas da Síria, do Egipto, da Jordânia e da OLP.

O presidente também reiterou a sua rejeição da ideia de um «grupo de trabalho» em que os ministros dos Negócios Estrangeiros dos árabes e de Israel preparassem nos Estados Unidos uma eventual conferência de Genebra.

Isabel II chegou ao Ulster

A rainha Isabel II chegou hoje de manhã ao porto de Belfast a bordo do iate real «Britannia» para uma visita de trinta e seis horas à província da Irlanda do Norte.

Isabel II foi recebida por uma salva de 21 tiros e por uma armada de pequenos barcos ao iniciar a parte mais perigosa das visitas ao país por ocasião do Jubileu de Prata da sua ascenção ao trono.

Entretanto, notícias que circulam em Belfast dizem que o AIRA resolveu não desencadear qualquer ataque directo contra a soberana, pensando que isso seria contraproducente.

A Associação de Defesa do Ulster (ADU), que pode levar para as ruas 20.000 protestantes ferozmente pró-britânicos, prometeu represálias contra 200 republicanos se ocorrer qualquer atentado contra a rainha.

Isabel II receberá em audiência cerca de 5.000 cuidadosamente seleccionados no castelo de Hillsborough, perto de Belfast, hoje, e em Coleraine, amanhã. Ambos os locais acham-se cercados por tropas.

Bombas, desordens e a morte por vingança de um soldado britânico devido a um jovem irlandês ter perdido a vida assinalaram as horas tensas antes da chegada de Isabel II.

Em Londonderry, a segunda maior cidade da província, bombas destruíram um salão-automóvel e uma oficina, mas não causaram vítimas.

Cerca de 32.000 soldados e agentes da polícia armados organizaram o maior dispositivo de segurança já visto na província em sete anos de violência.

Guerrilheiros irlandeses afirmam terem-se já infiltrado nos dois únicos locais que a soberana visitará e espera-se que desencadeiem uma operação espectacular para causar embaraços aos britânicos e darem grande publicidade à sua causa republicana.

Os encarregados dos serviços de segurança sabem que isso poderia acontecer na Inglaterra e é apertadíssima a vigilância nos aeroportos e portos.

ESPANHA

Gibraltar será prémio para integração na NATO

A Espanha poderia recuperar Gibraltar em troca do seu ingresso na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), afirma um comentarista do «The Christian Science Monitor», periódico norte-americano.

Segundo o jornalista Richard Mowrer, os EUA estão a utilizar toda a sua pressão diplomática para convenver Madrid a dar o passo definitivo e aceitar o ingresso na NATO,

O ministro das Finanças, Fernandez Ordoñez, que ontem revelou as anunciadas propostas fiscais com que o seu Governo pretende debelar a crise económica. A reforma fiscal introduz impostos sobre super-contribuições, taxas de óbito, taxação de artigos de luxo e garante subsídios às entidades patronais que empreguem pessoal extra.

como último símbolo da sua participação na comunidade ocidental.

A oposição do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) e do Partido Comunista (PCE) ao ingresso da Espanha na NATO preocupa os EUA, que temem a neutralidade de Madrid.

Mas a presença norte-americana (na Espanha) nunca foi popular e parece que o será menos no futuro. Correcta ou erroneamente, muitos espanhóis acreditam que a presença norte-americana consolidou e prolongou o duro regime de Franco.

Segundo o mesmo jornalista, outro dos obstáculos para a Espanha ingressar na NATO seria o alto custo que isso representaria para o tesouro espanhol. Calcula-se que o ingresso custaria cerca de 500 milhões de dólares, o que pode levar o Governo de Madrid a decidir continuar recebendo a ajuda militar norte-americana em troca das bases, sem gastar um dólar em outra aliança militar.

O interesse dos EUA no ingresso da Espanha na NATO reside no facto de que consolidaria os vínculos militares e políticos desse país com o bloco ocidental, sem contar o seu enorme valor estratégico no Mediterrâneo.

A devolução de Gibaltar à Espanha pode inclinar a balança a favor do ingresso do país na NATO, já que após o desaparecimento de Franco, não existe nenhum argumento para que os gibraltinos se oponham a fazer parte da Espanha, pois o novo Governo respeitaria as suas liberdades.

Enquanto isto, a secretaria de Informação Diplomática anunciou que o primeiro-ministro Adolfo Suárez visitará em breve os países membros do Mercado Comum (CEE) tentando arredar os obstáculos com que a candidatura de Madrid tem deparado na Comunidade.

Uruguai: eleições em 1981

O governo do Uruguai, apoiado pelos militares, anunciou ontem, à noite, que autorizaria eleições nacionais, por sufrágio universal, em Novembro de 1981.

Um comunicado oficial dizia que os partidos direitistas tradicionais do país, o Colorado e o Blanco, poderiam participar no acto eleitoral, o primeiro a realizar-se desde 1971.

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse, Inter Press Service, Novosti Prensa Latina e Reuter

XI Congresso do PCC reunido em Pequim?

. O XI Congresso do Partido Comunista Chinês está iminente ou poderá já estar a decorrer, segundo afirmaram hoje em Pequim fontes dignas de crédito, citadas pela Reuter.

Funcionários chineses recusaram-se a comentar essa afirmação e indicaram que o congresso, o primeiro após o falecimento de Mao Tse-tung, não será anunciado senão depois de ter terminado.

As referidas fontes revelaram antes previamente reuniões importantes em Pequim.

Têm-se notado sinais concretos de preparativos, com membros do Politburo, vindos de toda a China. a concentrarem-se nesta capital, na semana passada, e postos de rádio anunciando conferências nas províncias para eleger delegados.

O Congresso discutirá numerosas nomeações importantes, reverá a constituição do Partido e analisará o novo plano económico. Um plenário da Comissão Central em Julho, tornou claro que saneará também formalmente partidários do chamado «bando dos quatro».

Desde o Plenário, jornais têm publicado diariamente exortações para «se acompanhar a convocação vitoriosa do XI Congresso Nacional do Partido com acções práticas».

Amin anuncia "missão suicida"

. Países amigos do Uganda, lado a lado com os pilotos dos comandos suicidas do Exército do Ar Ugandês, vão participar brevemente numa «missão suicida» — revelou a Rádio ugandesa numa emissão hoje captada em Nairobi.

Efectivamente, o presidente Idi Amin, num discurso aos oficiais e aos pilotos do Exército do Ar Ugandês, no aeroporto de Entebe, anunciou que os pilotos deveriam estar prontos para «uma missão impossível», a efectuar «num futuro próximo».

A Rádio informou que Amin não indicou quais seriam os «países amigos» empenhados ao lado das forças ugandesas.

FÉRIAS NA AREIA

COSTA DEL SOL
8, 10, 15 ou 17 dias
Por pessoa desde 2.780$00

COSTA DEL SOL
AUTO-FÉRIAS
Apartamentos 2 pessoas
Por dia desde 300$00

COSTA DEL SOL
AUTO-FÉRIAS
Por pessoa/semana desde 2.100$00

BENIDORM – 8 ou 15 dias
Por pessoa desde 6.580$00

BENIDORM – AUTO-FÉRIAS
Por pessoa/semana desde 1.960$00

PALMA DE MAIORCA
8 ou 15 dias
Por pessoa desde 4.800$00

LAS PALMAS – 8 dias
Por pessoa desde 5.430$00

TANGER – 15 dias
Por pessoa desde 5.850$00

COTE D'AZUR
Por pessoa desde 7.350$00
E MUITOS OUTROS DESTINOS

INFORME-SE E INSCREVA-SE
TRATAMOS DO SEU PASSAPORTE

STAR
A MAIOR AGÊNCIA DE VIAGENS PORTUGUESA
Estoril · Faro · Porto · Funchal

SISTEMA

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

"A Lei do Ódio" de Andrew V. Mclaglen

Charlton Heston e Barbara Hershey num filme de refugo

FICHA

Título original: The last hard man
Realização: Andrew V. McLaglen (USA-1975)
Argumento: **Guerdon Trueblood, segundo a novela «Gun Down» de Brian Garfield**
Música: Jerry Goldsmith
Interpretação: Charlton Heston (**Sam Burgade**), James Coburn (**Zach Provo**), Barbara Hershey (**Susan**), Jorge Rivero (**Cesar Menendez**), Michael Parks (**o sherife**) Christopher Mitchum (**Hal**), etc.
Distribuição em Portugal: Filmes Castelo Lopes - Fox
Cinema. Condes
Classificação: Interdito a menores de 18 anos.

Decididamente, as surpresas de Verão são escassas. Afora as reposições onde ainda se pescam algumas obras importantes e dois ou três filmes de estreia, o marasmo é total.

Ainda uma película a comprovar isto mesmo: **A lei do ódio** de Andrew V. McLaglen, um filme da Fox que continua a ser o mais fraco de todas as **maiores companies** das Américas, bem longe da United Artists (sem dúvida aquela cuja programação é de maior qualidade e impacto) ou da Columbia-Warner ou mesmo do grupo CIC de quem, aliás, não têm chegado as obras de maior força.

McLaglen é um velho caminheiro dos filmes **western** e um dos seus mais prolíficos cultores. Oscilando entre o muito bom e o francamente medíocre, McLaglen parece assinar apressadamente não importa oquê nem como. Momento baixo é este **A lei do ódio**.

Mal tecido e pior explanado, **A lei do ódio** é um **western** porque há nele um xerife e um foragido, cavalos e pistolas de seis tiros. De resto nada do que fazia outrora a mitologia do oeste, ou faz hoje a sua nostalgia ou desmontagem, está nele presente. O espectáculo da violência (mas sem atingir a cota de um Peckinpah) por sobre uma história de vingança com uma estrutura esburacada e de consistência nula parece ser o único propósito de um filme onde o tempo de **écran** para as estrelas se diria cronometrado equitativamente, onde os actores funcionam num lamentável primeirissimo grau e ninguém parece acreditar na solidez da obra.

O argumento, de resto, é confrangedor de falta de imaginação repetindo mecanicamente situações cem vezes vistas em outros filmes de série.

Não fugindo a um racismo pontual, **A lei do ódio** é mais um filme de Verão. E com o tempo que está, as praias tão perto, quem quer perder tempo com cinema de refugo?

Festas do Barreto Verde

As festas do Barrete Verde e das Salinas de Alcochete iniciam-se amanhã, pelas 17 horas, com hasteamento das bandeiras daquele concelho, seguindo-se a primeira largada de touros.

Na sexta-feira, além de nova largada de touros, haverá um espectáculo de variedades, em homenagem às três figuras mais típicas de Alcochete — o salineiro, o forcado e o campino. Actuarão nesse espectáculo, a realizar na praça de touros, Rodrigo, Simone de Oliveira, Lenita Genril e outros artistas. A receita reverterá a favor do Aposento do Barrete Verde.

No dia 13, haverá a prova Perícia Automóvel a meio da tarde e, a partir da meia noite, sardinhada e festa animada pelo conjunto brasileiro «Vapores do Rego».

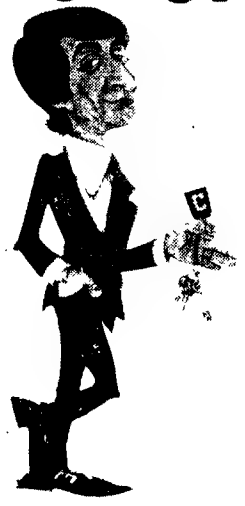
VENDE-SE

Simca 1000 GL. Por motivo de saude. Muito bom. 28.000$.
Trata:
Cruzes da Sé, 15-4.º
LISBOA.

ÁDOQUE grupo de teatro
AS 20.30 e 22.45 DOMINGO MATINÉE nc
FOLGA NA SEGUNDA-FEIRA

UM ÊXITO INVULGAR DA POPULAR REVISTA

Ó CALINAS CALA A BOCA!



UMA REVISTA DE RISO ABERTO

SENSACIONAIS CRIAÇÕES DE
ERMELINDA DUARTE
HENRIQUE VIANA * MAGDA NICHOLSON * MARIA TAVARES
E DE TODO O GRUPO ÁDÓQUE

MÚSICA * ALEGRIA * CRÍTICA * RISO

NÃO ACONSELHÁVEL A M/ 18 ANOS

TEATRO LAURA ALVES
rua da palma Tel. 864756

José Vilhena
CALCINHAS AMARELAS
com
IRENE ISIDRO
BARROSO LOPES
MANUELA MARIA
LUIZ HORTA
CARLOS MIGUEL
TEREZA ZILOC
MARIA JOÃO
PAULA LIMÃO

a mais divertida comédia portuguesa dos últimos 50 anos

6.º MÊS

MAIS DE 58 000 PESSOAS JÁ VIRAM ESTAS CALCINHAS

Todas as noites às 21,30
Matinées: domingos às 16 h.
(à 2ª feira não há espectáculo)

Crítica de Música

Invulgar êxito do trio checo

Com o salão do Palácio de Queluz completamente cheio, o «Trio Checo» foi premiado com uma das ovações mais entusiásticas a que me recordo de ter assistido, em música de câmara. Esta informação jornalística, só por si, diz mais acerca do público do que da música e dos músicos.

O Festival da Costa do Sol conquistou já uma larga massa de público, que começa a justificar o esforço de organização, as verbas e sobretudo o acerto da opção por critérios culturais na escolha do repertório e dos artistas. Não é ainda um instrumento de animação cultural, ao nível das populações locais, uma vez que os frequentadores destes espectáculos, na sua maioria esmagadora, são os mesmos que em Lisboa percorrem as salas de concertos. Mas representa uma contribuição positiva como intensificador da circulação musical e como ponto de partida indispensável ao estímulo das próprias potencialidades regionais se, de futuro, houver um maior empenhamento nesse sentido (nomeadamente, através de meios de comunicação e de publicidade localmente mais eficazes e através do concurso activo, ao nível da organização e da promoção, de sociedades recreativas e outros organismos de cultura popular).

Certo é, em todo o caso, que o público actual do Festival da Costa do Sol dá mostras de uma saudável capacidade de entusiasmo. Ouve com uma predisposição sincera de ouvir e entender. Aplaude por necessidade e não por cerimónia. Vai aos concertos porque gosta e não por «snobismo». Pelo menos, tendencialmente.

Constituído por Josef Palenicek, que, ao piano, é o seu ponto de apoio ou alicerce artístico, Ivan Strauss (violino) e Mark Jerie (violoncelo), o Trio Checo trouxe a Queluz um programa com três obras de envergadura: todas exigindo da parte dos intérpretes um profundo trabalho de edificação e planificação colectivas. Eram o trio op.1, n.º 3, em dó menor, de Beethoven, o trio op. 67, de Chostakovitch, e o trio «Dumky», op. 90 de Dvorak. Música que não se pode tocar só por prazer, por distensão intelectual ou por pretexto de convívio como amigos ou familiares em privado. Nem, muito menos, como produto circunstancial da relação senhor-servo de um passado mais remoto. Foi-o assim, na origem, divertimento de salão burguês ou encomenda de senhor feudal, muita música que conhecemos hoje e, em especial, muita música de câmara. Sobreviveu e, nos nossos dias, «põe-se em relação real com o nosso próprio curso vital» (a expressão, que retomo aqui uma vez mais, é de Lukács) aquela que transcendeu o imediatismo da função, aquela que tinha lá dentro a marca indelével de uma rica interioridade humana, aquela que equacionava ou «reflectia» (consciente ou inconscientemente) a dimensão-homem num tempo histórico, aquela que, no próprio seio de uma relação de dominação económica e ideológica era já a expressão evidente da libertação, a ilustração viva, ao nível da criação sonora, das contradições que alimentam e se alimentam da progressiva transformação do mundo.

Beethoven já não deixava margem para equívocos, quanto ao sentido da sua música, fosse ela o *Fidélio* ou um «inocente» trio de câmara. O mesmo não se poderá dizer de Mozart, cuja música é por muito boa gente ainda hoje classificada de «punhos de renda»: torna-se mais difícil defendê-la dos equívocos de uma determinada tradição de consumo, mesmo quando as obras são tão explícitas, no seu conteúdo literário, como o *D. João* ou *A Flauta Mágica*.

Chostakpvitch é sempre de uma grande limpidez: estabeleceu uma ligação nítida entre o seu pensamento político-social progressista e o seu pensamento musical: assumiu-a num país onde essa ligação era e é estimulada (não teve que a «dissimular»): procurou ser na sua música — e creio que o conseguiu com autenticidade — o porta-voz do «estado de espírito de um povo, de uma classe e de um momento histórico» (aqui a expressão é citada de memória de um texto de Lopes Graça). Numa sinfonia, no *Canto das Florestas* ou neste trio agora tocado em Queluz, há a mesma substância dir-se-ia de generosidade humana, de fraternidade militante, de amor num sentido lato que envolve não só os homens mas os povos também. Há, por assim dizer, a expressão de uma exigência ética.

Dvorak é, nas últimas décadas do século XIX, uma outra face de um mesmo propósito de dar corpo a um projecto colectivo (como, no seu individualismo reivindicado de artista liberto de todas as servidões, foi um projecto colectivo que moveu Beethoven e foi um projecto colectivo que moveu Chostakovitch). No caso de Dvorak, a consolidação cultural de uma comunidade nacional: a música como expressão e instrumento de congregação ou de unidade do povo checo. O trio op. 90 é, precisamente, um dos melhores e mais exaltantes documentos dessa atitude.

Os elementos do Trio Checo, dotados aliás de um apetrechamento técnico e estético do mais elevado nível, *interiorizaram* Beethoven, Chostakovitch e, se é possível afirmá-lo, já traziam dentro de si, antes mesmo de alguma vez o tocarem, Dvorak. Daí, necessariamente, a grande força interior com que transmitiram exteriorizaram as três obras. Houve, do princípio ao fim do concerto — e talvez, com propriedade se possa dizer: num crescendo de empenhamento, de entrega, de aproximação de um extremo-limite — uma verdadeira identidade dos intérpretes com as obras. E, repito, essa impressão de força interior, capaz de abalar a própria resistência física dos instrumentos (o cavalete do violino saltou, a dois ou três compassos do final...).

Campolide e Seiva Troupe encenam "Santo Inquérito"

O Grupo de Teatro de Campolide que ainda há poucos dias apresentava no teatro da Trindade o «383» encontra-se neste momento a preparar o seu novo espectáculo.

Trata-se de «O Santo Inquérito», do dramaturgo brasileiro Alfredo Dias Gomes cujos ensaios decorrem já em fase adiantada dirigidos por Joaquim Benite.

Recorde-se que com este mesmo espectáculo e encenação do director artístico do Grupo de Campolide, a Seiva Troupe — um dos mais conhecidos grupos de teatro do Norte do País — obteve no passado ano um grande êxito.

Este novo espectáculo do Grupo de Teatro de Campolide é, assim apresentado em colaboração com a Seiva Troupe na continuação das excelentes relações de trabalho e amizade de há muito existentes entre os dois grupos.

Primeiro festival da canção árabe

CAIRO, 9 — Começou em Damasco o primeiro festival da canção árabe, organizado pela União Árabe de Emissoras e Televisão.

O festival durará uma semana, e durante a sua realização será também efectuado um colóquio para discutir a canção árabe, seu presente e futuro no mundo.

O presidente da União convidou como hóspede de honra o conhecido compositor e cantor egípcio Mohamed Abdel Wahab, doutor honoris causa pela Academia de Artes Egípcias. As suas canções e composições são transmitidas por todas as emissoras em língua árabe do mundo.

Canal da Crítica

MÁRIO CASTRIM

VOCÊ NÃO QUER DAR UMA VOLTINHA PELO COSMOS?

. A nossa Televisão é uma televisão vanguardista. Mais do que isso: é ultra. Há certas televisões de países, enfim, não tão adiantados como o nosso, que fazem cálculos na ordem dos cinco ou dos sete anos.

A RTP não se incomoda com essas ninharias. Estava bem arranjada! Pfff... Para ela o mínimo, o mínimo mais miiiiinimo, conta pelos milhões de anos.

De forma que os portugueses que quiserem emigrar, sosseguem: um grande futuro os aguarda para continuarem a sua benemérita diáspora. Assim, prevê-se a possibilidade da emigração para outros planetas dentro de mais ou menos, três biliões de anos.

A nossa diáspora de hoje serve de carne pra canhão nas sociais-democracias europeias, mas daqui a uns biliõezinhos de anos (deixem, passam num instante) há-de fazer-se para serviço cósmico. Será uma diáspora muito mais chique.

EM FAMÍLIA

Tudo se passou na rubrica das terças-feiras, o *Mosaico*. Uma rubrica muito pluralista: umas vezes mete o Jaime Gama e o Barbosa de Melo, noutra altura mete não me lembro quem do CDS: noutras alturas, mete os marcianos.

Está correcto. Anda ela por ela...

A GRANDEZA

O que eu acho graça é às preocupações de certos meus concidadãos. Pensam eles que a democracia no nosso país já começou a sofrer tratos de polé. Em nome da liberdade se dá protecção às administrações patronais que deitaram fogo ao barco e fugiram a nado, em nome da liberdade se promove a divisão sindical no orgão de manipulação social que é a TV, em nome da justiça se libertam trocionários e seus acólitos, em nome da democracia se dá a terra aos agrários e se pretende destruir as unidades cooperativas de produção. Para já não falar nos direitos humanos, em nome dos quais se despedem trabalhadores por motivos políticos.

Esses meus concidadãos estão atrasados nas contas. A RTP, por intermédio do *Mosaico*, é que nos vem dizer como é.

Indemnizações? Ora, ora, o que é isso comparado com as grandes galáxias! A Lei do Arrendamento Rural é poeira, comparada com a Suprema Lei do Universo. A convergência Soares-Carneiro+Freitas vale nicles ao pé da convergência cómica, perdão!, da convergência cósmica. E não convergência cósmica. E não me falem do Barreto, do Gonelha, do Portas — que, me dá logo vontade de os mandar para Mercúrio, para Urano, para Vénus, enfim, para o Plutão que os permitiu.

Mosaico desprende-se dos miseráveis problemas terrenos e transfere-se para os espaços celestiais, controlados pela NASA.

O REMÉDIO É NÃO VER

Eu sei que a intenção é boa. Alguns telespectadores mais exaltados podem dar um pulo na cadeira quando o reporter se aproxima de dois pobres velhos (reformados, certamente) e lhes pergunta o que pensam da vinda de seres extra terrenos. Deles haverá quem, horrorizado pelo grotesco e pela crueldade da situação, tenha sofrido uma trombose ou um ataque cardíaco. Sinceramente: hoje em dia as pessoas mais sensíveis devem abster-se totalmente de ver televisão. Isto é trabalho para gente muito calejada, como eu, já com dez anos de televisão fascista em cima do lombo. E mesmo assim...

Desculpem a interrupção. Comecei a sentir-me mal, o pulso a fraquejar, tudo a andar à roda, o pensamento de súbito a parar, como o cavalo de D. Fuas Roupinho, no alto das arribas. Preciso de tomar um calmante. Até já.

PLANO MARSHALL INTERPLANETÁRIO?

Como estava a dizer, sei que a intenção é boa. Diz-se, no *Mosaico*, que os seres extra terrestres que vierem até cá terão uma moral à altura da sua tecnologia avançadíssima. Nada nos diz que será forçosamente assim e a bomba de Hiroxima e a vida quotidiana nos países de «capitalismo avançado» aí estão a provar.

Mas está bem, façamos de conta.

De modo que os seus extra terrenos hão-de vir em missão de estudo, de observação e de *ajuda*.

Não sei se estão a topar. Há a perspectiva de um plano Marshall interplanetário, caramba! Isto vem resolver todas as nossas dificuldades. Nem é preciso *onsórcio*, nem cartas de intenções, nem hipotecas de ouro, nem cedência de bases, nem programas *culturais* para transmitir na Televisão. Nada. Os marcianos aterram por aí, o dr. Mário Soares há-de ir esperá-los e, no seu francês ou no seu português ambos perfeitíssimos, estender-lhes-á o chapéu esburacado em busca de carcanhóis.

E será um chover de estrelas, de cometas e de divisas para dentro do chapéu...

O DOLOROSO RISO

O tema, em si mesmo, já daria farta matéria para um grande volume de ficção lusitana. Em resumo, segundo a óptica do *Mosaico*, a situação pode definir-se assim: que os agrários pela mão do Barreto, estejam a reconquistar o espaço alentejano não tem a mínima importância; o importante é que os americanos estejam a conquistar o espaço cósmico...

Mas o ridículo, vestindo as formas do insólito quotidiano, infiltra-se, no próprio programa. Isto acontece quando um reporter sai para as ruas da cidade a perguntar às pessoas sobre os seres extra terrenos e sobre as viagens interplanetárias.

Uma testemunha de Jeová (já repararam no grande interesse que na RTP se mostra por aquela seita?) diz-nos que a Bíblia não fala do assunto, a única coisa a que a Bíblia se refere são os seres angelicais...

Um padre, interrogado pelas transformações a que a Igreja se veria obrigada, em caso da chegada de marcianos, responde que o fim da Igreja é a salvação dos de cá, quanto aos extra terrenos, seria uma questão a ver...

De morrer a rir aquele diálogo com os recém-casados, mais ou menos assim:

Reporter — *Vocês que vão entrar na lua-de-mel, acreditam nos seres extra terrenos?*

Noivo — *Acreditamos, pois.*

Reporter — *E que tal uma viagenzinha através do espaço?*

Noivo — *Sim, uns diazinhos em Nova Iorque, não calhava nada mal....*

Reporter — *Referia-me a uma viagem a outros planetas.*

Noivo — *Não me importava não senhor.*

Noiva — (com um sorriso) *Aí eu cá gostava muito...*

Mais adiante, o diligente reporter, encantado com a sua missão neste planeta misterioso chamado Lisboa, dá de caras com um homem de rosto preocupado. Desfecha-lhe a pergunta essencial: se acredita nos seres extra terrenos, se acredita nos ovnis.

— Sabe — desculpa-se o interlocutor — Tenho pouco tempo para pensar nessas coisas. Você compreende, o encarecimento da vida. Isto aumenta tudo de tal maneira que uma pessoa...

O reporter não insiste. Muda de conversa. Na verdade, era assunto demasiado terreno, demasiado superficial, para matéria de tamanha grandeza.

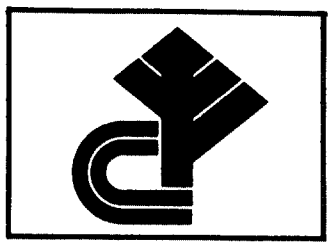
Além disso, a NASA aguardava o seu momento para expor o grande plano para a conquista do Cosmos. Com filmes onde a sigla dos Estados Unidos se mete pelos olhos dentro, numa autêntica lavagem ao cérebro.

A SUCURSAL

A NASA. O poderio norte-americano. USA. Bases de lançamento. Vance, no Médio Oriente. Carter. Carter e os «direitos humanos». Sobretudo, muito importante: Carter está a passar alguns dias na sua casa de campo. Claro que a NASA. E Vance. Além de que Carter...USA a caminho do infinito, numa grande campanha democrática! Cyrus Vance e a sua «missão de paz». Aqui temos Carter, sorridente, Carter familiar a todos os portugueses. E a NASA. A NASA tem um plano formidável, e é tudo a bem da Nação, é tudo a bem da ciência. E mais USA, e mais USA, e mais USA, isto é televisão ou pastilha elástica? Evidentemente, Cyrus Vance. E então hoje não há Carlucci? Com mil demónios, esqueceram-se? Bom, ficamos na companhia de Carter que fala sempre e sorri semhre e diz sempre coisas importantes, e sorri sempre coisas importantes, um sorriso muito *peanut*.

...Assim, *mais do que nunca*, a RTP se parece mais com uma sucursal americana. Claro. Quem empresta o pilim, quer uma televisão assim.

Tudo a bem da independência nacional, *of course*.



Nem um grama de chumbo para Hitler!...
A histórica decisão de um heróico punhado de homens conscientes do seu ideal e dever.

DESTACAMENTO DE MINEIROS
(The Red Stroke)

Produção de
Avala film Beograd
com
Bata Živojinović
Boris Dvornik
Abdurahman Šalja
Realização de
Predrag Golubović

HOJE, às 21.30
ESTREIA no quarteto
TECHNICOLOR - Não aconselhável a menores de 13 anos

teatro do bairro alto
R. Tenente Raul Cascais 1-A (ao Rato)
Tel. 66 15 15. 66 92 05

2.º MÊS
HOJE, ÀS 21 e 30
SUBSÍDIO DA SEC

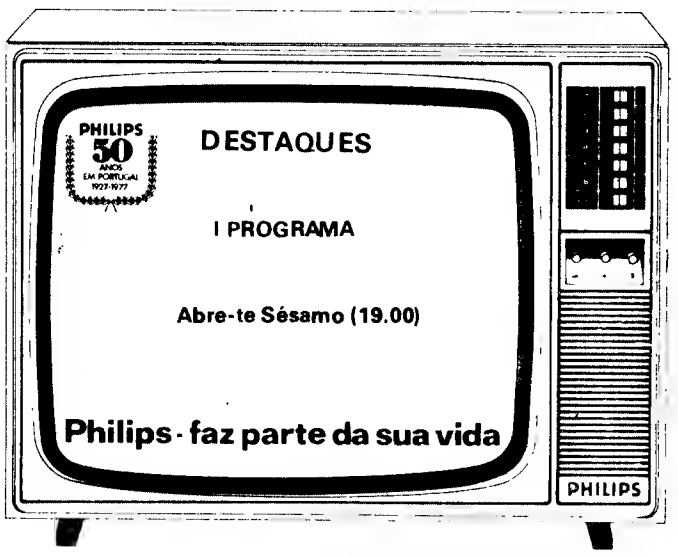
Hoje

Abre-te Sésamo

I PROGRAMA

18.30 Abertura
18.32 Telejornal
18.35 As Aventuras de um Rato em Marte
18.55 Abre-te Sésamo
19.25 Caminhos do Futuro
20.00 Telejornal
20.35 Gabriela
21.10 Boletim Meteorológico
21.15 Os Três Inocentes
23.00 Telejornal
23.20 Fecho.

TUDOR
BATERIAS · PILHAS



Amanhã

I PROGRAMA

18.30: Abertura. **18.32**: Telejornal. **18.35**: Espaço-Arte. **19.00**: As Aventuras de Robinson Crusoé. **19.30**: Tropicalia. **20.00**: Telejornal. **20.30**: Gabriela 63.º episódio. **21.05**: Boletim Meteorológico. **21.10**: O Homem e a Terra. **21.35**: Colditz. **22.35**: Telejornal. **22.50**: Fecho

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS - CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RADIO TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 88 27 86 - 89 98 26
Avenida S. João de Deus, 13-B Rua Macau, 8

PUB

SINDICATO DOS METALURGICOS DO DISTRITO DE SETUBAL

CONVOCAÇÃO

Nos termos do artigo 8.º da Lei das Associações Sindicais (Decreto-Lei n.º 215-B/75, de 30 de Abril), convocam-se todos os Sindicatos que exercem a sua actividade nos Concelhos de SINES e de SANTIAGO DO CACÉM para a Assembleia Constituinte da UNIÃO DOS SINDICATOS DE SINES E SANTIAGO DO CACÉM a realizar no próximo dia 1 (um) de Setembro de 1977 às 21.00 Horas, na Sala de Reuniões da Delegação de Sines do Sindicato dos Metalúrgicos, em Sines, na Rua das Escolas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1.º. Deliberar sobre a constituição da UNIÃO DOS SINDICATOS DE SINES E SANTIAGO DO CACÉM.
2.º. Discutir e aprovar os Estatutos da UNIÃO DOS SINDICATOS DE SINES E SANTIAGO DO CACÉM.

Sines, 5 de Agosto de 1977.

OS SINDICATOS CONVOCANTES

Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Setúbal
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Distrito de Setúbal
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Cimentos e Similares do Distrito de Setúbal
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Setúbal
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito de Setúbal
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Corticeira do Distrito de Setúbal
Sindicato dos Ferroviários do Sul
Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação do Distrito de Setúbal
Sindicato dos Pescadores do Distrito de Setúbal
Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Setúbal
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul
Sindicato dos Electricistas do Sul
Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Carnes dos Distritos de Setúbal e Santarém
Sindicato da Função Pública da Zona Sul

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

AVISO

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS SÓCIOS

Encontra-se à disposição dos associados, em brochura, a Portaria de Regulamentação de Trabalho da Metalúrgia e Metalomecânica.

Os interessados poderão obtê-la nas Delegações e Sede do Sindicato ou por requisição aos Delegados Sindicais.

Barreiro, em 4 de Agosto de 1977

A DIRECÇÃO

astrólogo sidio

Resolve qualquer que seja o seu problema

Especialista em casos espirituais, amor ou negócios. Tel. 774343

Natação tem jovem guarda de campeões

O rescaldo desportivo dos campeonatos nacionais de natação, ocorridos nas piscinas municipais de Coimbra, foi muito agradável: 53 novos «records» nacionais, representam progresso e manifestam bom aproveitamento das várias viagens ao Estrangeiro em que a Federação tem encaminhado alguns dos seus atletas mais promissores.

Enquanto vários nadadores atingiam craveira de grande realce (casos de Paulo Frischknecht, Rui Abreu, Botelho de Melo, Liliana Santos, Aida Leite, Paula Santana) o Sport Algés e Dafundo vincava supremacia colectiva, à frente do F.C. Porto onde o trainador Lord está a fazer obra altamente maritária.

Eis os desfechos das provas de ontem, último dia de competição:

4x100 metros livres absolutos femininos 1.º F. C. Porto, 4.36,98 (Cláudia Osório, Aida Leite, Helena Fernandes, Palmira Andrade); 2.º Clube Académico de Coimbra, 4.37,55; 3.º, Benfica, 4.37,86.

4x100 metros livres absolutos masculinos 1.º, Algés e Dafundo, 3.53,76 (José Pereira, Paulo Frischknecht, Carlos Serra, e José Antunes); 2.º, F.C. Porto, 3.58,37; 3.º, Fluvial, 4.07,85.

200 metros livres femininos Seniores — 1.ª Palmira Andrade (FCP), 2.28,57; 2.º, Ana Banha (SAD), 2.31,56; 3.ª, Laurinda Fernandes (FCP), 2.35,75.

Absolutos 1.ª Liliana Santos (Benfica), 2.21,06 (recorde nacional juniores e absoluto); 2.ª, Aida Leite (FCP), 2.23,90; 3.ª Paula Santana (Fluvial), 2.23,95.

200 m. livres masculinos séniores 1.º, José Baltar Leite (Fluvial), 2.09,02; 3.º, Jorge Miguéis (CAC), 2.12,91.

Absolutos: 1.º, Paulo Frischknecht (SAD), 2.00,63; 2.º, Rui Abreu (CAC), 2.02,01; 3.º, José Gomes Pereira (SAD), 2.04,45.

200 m. bruços femininos
Infantis; 1.ª Fernanda Pedro (C. Piedade), 3.00,26; 2.ª, Maria Teresa Sousa (SAD), 3.10,14; 3.ª, Cristina Mariani (Fluvial), 3.15,54.

Juvenis 1.ª, Júlia Sobral (CAC), 3.06,85; 2.ª Joana Andrade (FCP), 3.06,98; 3.ª Isabel Aguiar (Fluvial), 3.07,12.

Juniores 1.ª, Ana Chocalhinho (U. Piedense), 3.03,53; 2.ª, Maria Luz Mendes (CAC), 3.09,87; 3.ª, Paula Andrade (FCP), 3.11,45.

Séniores — 1.ª Palmira Andrade (FCP), 3.09,66; 2.ª Ana Banha (SAD), 3.10,78; 3.ª, Salomé Fernandes (FCP), 3.13,98.

200 m. bruços masculinos
Infantis 1.º, Alexandre Pinto (Benfica), 3.05,26; 2.º, Alexandre Yokochi (Benfica), 3.06,05; 3.º, Manuel Gajo (Fluvial), 3.10,79.

Juvenis: 1.º, Vasco Sousa (FCP, 2.51.10; 2.º, Nuno Lobo (FCP), 2.53,65; 3.º, José Fidalgo (SAD), 2.59,74.

Juniores — 1.º, José Borges (FCP), 2.47,05; º, António Mourão (Benfica), 2.49,82; 3.º, Eduardo Lencastre (FCP), 2.50,43.

Seniores — 1.º, José Sanos Silva (SAD), 2.44,23; 2.º, Carlos Coruchinho (Benfica), 2.45,39; 3.º, Rui Ribeiro (CAC), 2.47,98.

100 m. costas femininos
Infantis — 1.ª, Teresa Figueiras (FCP), 1.17,46; 2.ª Maria Pedro Quintas (Fluvial), 1.19,69; 3.ª, Olga Camacho (SAD), 1.24,99.

Juvenis 1.ª Joana Delerue (SAD), 1.18,70; 2.ª, Aida Leite (FCP), 1.20,58; 3.ª, Maria João Quintas (Fluvial), 1.2[illegible],55.

Juniores 1.ª Teresa Faria (CAC), 1.15,17; 2.ª, Maria Luz Mendes Silva (CAC), 1.20,85.

Seniores — 1.ª, Dulce Gouveia (CAC), 1.19,02; 2.ª, Maria Lourdes Gil (Benfica), 1.19,19.

100 m. costas masculinos
Infantis 1.º, José Moreira (FCP), 1.18,77; 2.º, Sérgio Pinto (Benfica), 1.20,44; 3.º, Álvaro Melo (ACM), 1.21,73.

Juvenis 1.º, Jacob Frischknecht (SAD), 1.13,38; 2.º, Paulo Azevedo (SAD), 1.13,51; 3.º, Manuel Barroso (Benfica), 1.13,98.

Juniores — 1.º, Rui Abreu (CAC), 1.06,02; 2.º, Carlos Modesto (SAD), 1.10,84; 3.º, Amilcar Naldo (SAD), 1.11,47.

Seniores — 1.º, Botelho de Melo (CAC), 1.04,95; 2.º, António Florim (Fluvial), 1.08,53; 3.º, José Pereira (SAD), 1.09,61.

200 m. mariposa femininos
Juvenis — 1.ª Ana Yokochi (Benfica), 2.45,42 (Recorde nacional juvenil); 2.ª, Vilma Naldo (SAD), 2.56,90; 3.ª Cristina Oliveira (FCP), 2.58,23.

Juniores — 1.ª Liliana Santos (Benfica), 2.37,93; (recorde nacional júnior e absoluto), 2.ª, Eugénia Cunha (CAC), 2.47,71; 3.ª, Maria Lourdes Silva (C. Piedade). 2.54,11.

Séniores — 1.ª Adelaide Melo (CAC), 2.48,25; 2.º, Ana Banha (SAD), 2.51,55; 3.º, Helena Fernandes (FCP), 2.54,77.

200 m. mariposa masculinos
Juvenis — 1.º, João Santos (Benfica), 2.32,45; 2.º, Vasco de Sousa (FCP), 2.33,05; 3.º, Mário Soares (SAD), 2.34,19.

Juniores — 1.º, Paulo Frischknecht (SAD), 2.18,65; 2.º Rui Abreu (CAC), 2.24,57; 3.º, Vítor Marques (U. Piedense), 2.25,99.

Séniores — 1.º Botelho de Melo (CAC), 2.25,06; 2.º, Vítor Oliveira (Fluvial), 2.26,84; 3.º, Orlando Dias b9sad0, 2.30,39.

4x100 m. livres femininos
Infantis 1.º, Algés e Dafundo, 4.49,56 (Olga Camacho, Teresa Sousa, Alexandra Cunha, e Sofia Paulo); 2.º, F. C. Porto, 4.55,33.

Juvenis — 1.º, (Fluvial Portuense), 4.37.93 (recorde nacional juvenil), Paula Santana Isabel Martins, Eulália Silva e Maria João Quintas); 2.º, F. C. Porto, 4.41,79; 3.º, Algés e Dafundo, 4.44,68.

Juniores — 1.º, Clube Académico de Coimbra, 4.36,96 (recorde nacional junior) (Teresa Faria, Eugénia Cunha, Margarida Mendes Silva, e Maria Luz Mendes); 2.º, Benfica, 4.52,35.

Seniores — 1.º, F. C. Porto, 4.41,46 recorde nacional senior (Salomé Fernandes, Helena Fernandes, Laurinda Fernandes e Palmira Andrade).

4x100 m. livres masculinos
Infantis 1.º, F. C. Porto, 4.42,57 (Luis Eça, Vítor Mota, José Campelo e José Moreira); 2.º, Algés e Dafundo, 4.57,32; 3.º, Benfica, 5.02,72.

Juvenis 1.º, Algés, 4.13,78; recorde nacional juvenil (Paulo Azevedo, João Silva, Mário Soares e José Tomé), 2.º, F. C. Porto, 4.14,05; 3.º, Benfica, 4.31,69.

Juniores — Algés, 3.59,79 recorde nacional junior (Paulo Carlos Serra, Jaime Bento, e João Rodrigues); 2.º, F. C. Porto, 4.06,52; 3.º, Clube Fluvial Portuense, 4.15,17!

Seniores — 1.º, Algés, 3.56,32; recorde nacional senior (José Pereira, Orlando Dias, José Santos Silva e José Antunes); 2.º F. C. Porto, 4.03,10; Fluvial, 4.03,75.

Por títulos F. C. Porto, 24; Algés e Dafundo, 33; 3.º, Clube Académico de Coimbra 17, Benfica, 16; Fluvial Portuense, 8; União Piedense, 2; Clube Desportivo Cova da Piedade, 2; Clube Elvense de Natação, 1.

SECRETARIA NOTARIAL DE VILA FRANCA DE XIRA
Segundo Cartório

a cargo do Notário Lic. Carlos Henrique Ribeiro Melon

«Certifico para efeitos de publicação que foi lavrada hoje de folhas setenta e seis a oitenta e cinco do Livro D-número oito de »Escrituras Diversas», deste Cartório, uma escritura de constituição de sociedade cooperativa denominada «UDIMEX — COOPERATIVA DISTRIBUIDORA DE MADEIRAS, SOCIEDADE COOPERATIVA ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE Limitada», com sede social no Largo da Graça, oitenta e dois, segundo andar, direito em Lisboa.

A sociedade durará por tempo indeterminado a contar de hoje e tem como objecto o exercício de actividades relativas à importação, comercialização e distribuição de Madeiras, assim como actividades conexas que a sociedade delibere abarcar no seu desenvolvimento.

Esta sociedade cooperativa tem como capital social inicial mínimo mil escudos já realizado, é variável e ilimitado e representado por acções nominativas de cem escudos cada uma, cada sócio só poderá subscrever uma acção, a qual é pessoal e intransmissível.

Considera-se sócio trabalhador da cooperativa todo e qualquer indivíduo que como tal seja admitido pela Assembleia Geral.

Serão excluídos os sócios que desrespeitarem os estatutos e as deliberações da Assembleia Geral por decisão da referida Assembleia Geral.

Está conforme.

Segundo Cartório Notarial de Vila Franca de Xira, aos trinta de Julho de mil novecentos e setenta e sete.

O Notário,
Carlos Henrique Ribeiro Melon

Externato Marquês de Pombal

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA 1977/78

MODERNO CENTRO DE ENSINO

PREPARATÓRIO — LICEAL — COMERCIAL
(GERAL E COMPLEMENTAR)

RUA MORAIS SOARES, 93 (AO CHILE)
TELEF. 82 02 21 - 83 14 16 - 83 46 58

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

EDITAL N.º 73/77

Faz-se saber que no dia 26 de Agosto de 1977, pelas 15 horas, terá lugar na 14.ª Repartição — Armazéns e Imprensa Municipal da Direcção dos Serviços Técnico-Especiais, Avenida 24 de Julho, 171-C, o concurso público para o «Fornecimento de duas viaturas mistas para o Serviço de Transportes Especiais», com a base de licitação de 700 000$00 (Processo n.º 30/77/CP/DSTE).

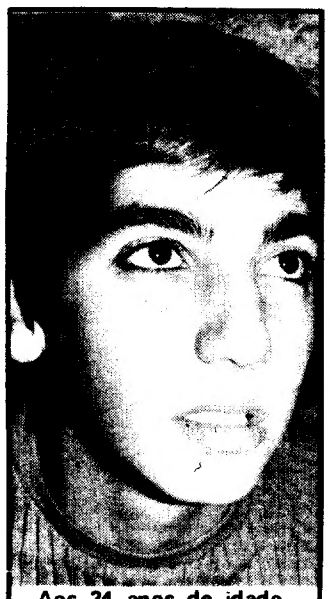
O depósito provisório é de 17 500$00 e o definitivo de 5% da importância da adjudicação, sendo o primeiro efectuado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, suas filiais, agência ou delegações, mediante guia preenchida pelo concorrente de harmonia com o modelo 1, anexo ao «Programa de concursos para adjudicação de empreitadas e de fornecimentos da Câmara Municipal de Lisboa», publicado no «Diário Municipal» n.º 7673, de 24/10/1060.

O processo de concurso encontra-se patente, todos os dias úteis na referida repartição.

Paços do Concelho de Lisboa, em 1 de Agosto de 1977.

O Presidente,

Aquilino Ribeiro Machado



Aos 24 anos de idade, o fim de uma carreira brilhante

Dulce: adeus, piscina

Dulce Gouveia, 16 anos entregues à prática (brilhante) da natação competitiva, disse adeus às piscinas, no decorrer dos campeonatos nacionais. Representando ao longo da carreira apenas dois emblemas (Desportivo de Lourenço Marques e Clube Académico de Coimbra) Dulce Gouveia tornou-se modelo exemplarde aplicação e esforço, de treino e trabalho, de cumprimento rigoroso das instruções e ensinamentos que o seu melhor treinador (Eurico Perdigão) soube ministrar-lhe ao longo do tempo, no ataque sucessivo a «records» que ia devorando.

Padrão de amadorismo puro, Dulce Gouveia recebeu, torrentes de prendas. Mas, as melhores, as mais belas, ficarão inscritas na história da natação portuguesa: uma rapariga que nunca se colocou em bicos de pés, que nem sequer conseguiu atingir a selecção para Olimpíadas, jamais ficou inconformada, anónima, quebrada pelo fatalismo que a perseguia em vésperas da concretização do mais bonito sonho. Então, voltava a atacar os máximos portugueses: e o derrube de cada um, longe de constituir travagem, era mais um acicate para prosseguir na luta.

O virar costas de Dulce Gouveia à natação representa a abdicação de uma grande atleta. Ao menos que o exemplo da sua classe e do seu valor seja imã para outras raparigas portuguesas.

Ténis no Estoril

Mais uma vez, cabe ao Clube de Ténis do Estoril a tarefa de organizar uma prova internacional da modalidade. Trata-se, desta feita, de uma fase de apuramento a contar para o Campeonato Europeu de Juniores, por equipas, que vulgarmente se designa por «Coppa Valério».

Esta competição, criada em 1970, destina-se a jogadores cuja idade não seja superior a 18 anos e nela podem participar todos os países inscritos na Federação Internacional de Lawn-Tennis. As equipas são distribuídas por várias séries de apuramento, cabendo à vencedora de cada uma delas o direito de participar na fase final, sempre disputada em Itália, conforme prevê o regulamento.

Estarão presentes, no Estoril, as equipas nacionais da Espanha, França e Tunísia, além da própria representação portuguesa. Os jogos realizar-se-ão nos próximos dias 12, 13 e 14, contando com a participação dos melhores jogadores juniores actuais.

Futebol em fase de arranque

AJUDA PARA PAULO EMÍLIO

O técnico brasileiro Paulo Emílio já tem adjunto: como se esperava, foi o preparador físico Rodrigues Dias o escolhido. Muito legitimamente, um posto de trabalho é dado a um português, esbatendo-se a hipotése de contratação de jugoslavo ou inglês para Alvalade.

BEIRA-MAR REFORÇA-SE

Nelson Reis, uma das unidades preponderantes no meio campo do Estoril Praia, é mais um dissidente da turma da Costa do Sol: o Beira-Mar conquistou-o.

FEIRENSE PESCA NO SUL

Recém-primodivisionário, o Feirense vem até ao Sul recrutar elementos para formar um «team» que não tombe do escalão maior logo à primeira esgrima. Assim, contratou os benfiquistas José Pedro (ultimamente emprestado ao Chaves), Gilverto (que estava cedido ao Montijo) e José Domingos (com passagem episódica pelo bloco de honra dos «encarnados»).

FESTA A GODINHO

Uma festa de homenagem a Godinho, que durante largo tempo pertenceu aos quadros futebolísticos do Belenenses, tende a tornar-se realidade. Salvador Torego, que pertence à comissão organizadora, anuncia um próximo encontro com a Imprensa, para dar conta do apoio já recebido da direcção «azul».

NÓBREGA VIRA TÉCNICO

Nóbrega, o extremo nortenho que do F. C. Porto saltou para a selecção nacional, é agora o responsável técnico pela turma do Rio Tinto.

NOVO MOKUNA?

Diz-se que o dianteiro Kongo, que o Estoril Praia recrutou na África do Sul, é um segundo Mokuna, pois também está creditado da fama de furar redes...

PONTAPÉS EM SALÃO

Prossegue o torneio de futebol de salão organizado pelo Futebol Benfica. Resultados mais recentes: Operários Marretas, 0-Damaia, 5; Ojnis, o-Falcões do Chile, 5; Solidó, 5-Os Kings, 2; Juventude Benfica, 4-A dama, 1; Os Meninos de Leite, 0-Os papo-secos, 2; Ovnis, 1-Lindóia, 2; Pink Floyd, 0-Águias de Porgugal, 13; Flor de Benfica, 3-Disconto, 1; Os Amigos, 1-Juventude dos Olivais, 0; Central do Campo Pequeno, 1-Iluminante, 0-Os flechas, 3-Jardim Falcão, 2; Os Reis, 3-Filarmónica da Amadora, 7; Os Kapas, 3-Os Becas, 1; Kapelima, 2-Sport 76, 5. «Os Marretas», 4-Pastelaria Guida, 1; «Jornal Novo», 1-Rocia, 4; «Tina Livro», 3-Monte Pedral, 1.

PROBLEMAS «VERDES»

O brasileiro Manoel (doente) e o mali Keita (que continua ao sol africano) são problemas para o esquema de Paulo Emílio no Sporting.

RIO AVE EM FORÇA

A turma do Rio Ave (equipa futebolistica treinada por Artur Quaresma) obtem reforços: os antigos espinhenses Washington, Vaqueiro e irmãos Serrão, Reis (ido do Salgueiros), Varela (ex-Leixões), Rui Manuel (do União de Lamas), Carlitos (ex-Penafiel) e Carlos Vítor (ex-União de Paredes).

VINDIMAS COM CHUTOS

Integrado no programa de festejos das vindimas, em Palmela (terra do «internacional» Octávio) há um torneio de futebol júnior. No campo «Cornélio Palma», entre 26 do corrente e 5 do próximo mês, vão evoluir turmas do Palmelense, Sesimbra, Cuf e Vitória de Setúbal.

Como vão as coisas

ÁRBITRO IRRADIADO

A Federação louvou, entretanto, o dirigente leixonense Nelson Cardoso, pela forma como procurou intervir na solução dos incidentes verificados no referido encontro.

A Federação louvou, entretanto, o dirigente leixonense Nelson Cardoso, pela forma como procurou intervir na solução dos incidentes verificados no referido encontro.

CASA PIA ESCOLHE

Os associados do Casa Pia Atlético Clube escolheram a nova gerência da colectividade. Assembleia Geral: Eudardo Nery, Alexandrino Teixeira, José dos Santos Pinto, Américo Maria Henriques, José Filipe e João Batista Faustino; Conselho Consultivo e de Contas: José Sampaio e Costa, Mário Albino de Andrade, Paulo Cardoso Pires, Fernando M. P. Galvão, José Manuel Reis e Joaquim Paulino de Oliveira; Direcção: Joaquim Rodrigues, Manuel de Jesus Arnaldo, Augusto Poiares, Vítor Ribeiro da Silva, José de Sousa Leal, Vítor Manuel Lopes e Eugénio João Batista Gonçalves, Fernando Bandeira de Carvalho, João Lemos de Carvalho, Alfredo Conceição Ribeiro, José Cruz Gil, Laurentino Leal Costa Vítor Manuel Lopes e beugénio José da Silva.

GAMA GANHA

Montando os cavalos «Lord Jim» e «Ribaman», o cap. Pimenta da Gama rubricou três êxitos no concurso hípico que está a ocorrer na Corunha (Espanha).

HÓQUEI EM CAMPO TREINA

Entre 13 e 15 do corrente, a selecção nacional de hóquei em campo (juniores) treina no Porto. Nomes convocados: Joaquim Madeira (Sport), Rui Póvoas (F.C. Porto), Joaquim Macedo (F.C. Porto), Jorge Pinho (Ramaldense), João Baptista (Ramaldense), Daniel Jesus (Leixões), Paulo Caramalho (Sport), Heitor Martins (Ramaldense), Carlos Silva (Ramaldense), Óscar Ribeiro (Académica de Espinho), António Leite (S. L. Benfica), João Rodrigues (Belenenses), Jorge Rocha (Cascais), Stephen Fernandes (S. L. Benfica), Alcino Coelho (C. F. Benfica), José Maximino (Cascais), Valdemar Vicente (S. L. Benfica), Mário Resende (S. L. Benfica), Luís António (C. F. Benfica), Lourinho (S. L. Benfica), José Pinho (A. D. José Henriques), José Adriano (F. C. Porto), Pires (F. C. Porto), Pedro Sarmento (Vigorosa) e Manuel Fontes (Ramaldense).

PATINAGEM EM OEIRAS

Nas noites de 13 e 14 do corrente, no cinque da Associação Desportiva de Oeiras, apresenta-se a escola de patinagem artística da ADO, em festivais onde é exibido o fruto de um ano de trabalho.

PORTUGAL VAI ORIENTAR-SE

De 26 de Setembro a 1 de Outubro terá lugar em Brugg (Suiça) o 11.º Campeonato do Mundo organizado pelo CISM (Conselho Internacional de Desporto Militar), de corrida de orientação. Já concordaram em participar neste campeonato a Argélia, Bélgica, RFA, Dinamarca, Finlândia, França, Irlanda, Holanda, Noruega, Austria, Portugal, Suécia, Suíça e Tunísia. O Zaire e a Grécia assistirão como observadores.

Três milhões viram Olimpíadas

Mais de três milhões de espectadores (precisamente 3.095.348) assistiram às provas dos últimos Jogos Olímpicos de Montreal.

Foi o atletismo que proporcionou maiores enchentes (à frente do futebol e das provas hípicas) sendo de notar, entretanto, que os desportos equestres beneficiaram do facto de terem sido programados para a última jornada em que decorreu a cerimónia do encerramento.

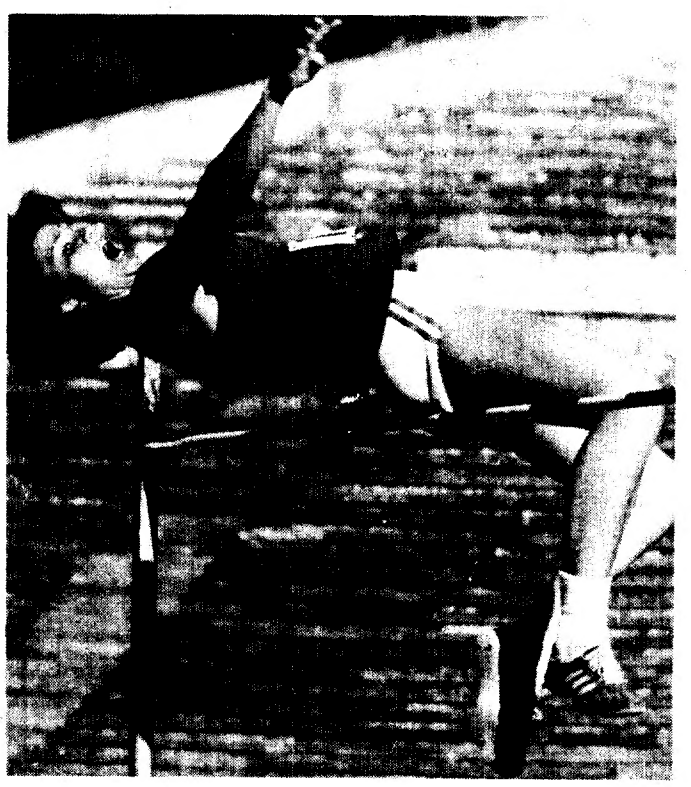
Em relação a cada modalidade eis a distribuição dos espectadores: atletismo, 843,881; Basquetebol, 181.250; Boxe, 140.946; Canoa, 37.165; Ciclismo, 36.415; Equitação, 268.803; Esgrima, 27.557; Futebol, 596.657; Ginástica, 183.679; Halterofilia, 34.637; Andeboi, 63.024; Hóquei, 102,626; Judo, 70710; Luta, 52.770; Natação, 228.355; Remo, 57.122; Tiro, 6.700; Tiro ao Arco, 12.911; Voleibol, 150.056. As entradas para as provas de iates e do pentatlo moderno não foram contabilizadas.

À ESPERA DO SPORTING

Bastia continua a zero

O Bastia, próximo adversário do Sporting Clube de Portugal, na «Taça UEFA», foi ontem à noite derrotado no seu campo, pelo Bordéus, por 2-1. Outros resultados do campeonato francês: Lens-Estrasburgo, 2-2; Metz-Nantes, 2-2; Paris-Saint-Germain-Reims, 2-2; Bartia-Bordéus, 1-2; Troyes-Lyons, 0-2; Saint-Etienne-Marselha, 2-0; Laval-Valenciennes, 3-1; Sochaux-Nice, 1-2; Mónaco-Nancy, 2-0 e Nimes-Rouen, 3-2.

Classificação: Lyon, Mónaco e Nice, 4 pontos; Estrasburgo, Bordéus e Saint-Etienne, 3; Marselha e Valenciennes, 2; Rouen, Nancy e Reims, 2; Lens, Nimes e Laval, 2; Nantes, Metz, 1; Paris Saint-Germain, 1; Bartia, Sochaux e Troyes, 0.



Nora Araújo

Atletismo: exemplo de trabalho

A Federação de Atletismo, dentro de uma linha de coerência que se aplaude, seleccionou definitivamente cinco juniores para estarem presentes nos campeonatos europeus da categoria em Donetz (URSS), que vão desenrolar-se de 19 a 21 do corrente. Foi uma atitude que se saúda: Humberto Sequeira e Fernando Miguel, por muito pouco não tinham conseguido atingir os mínimos oficiais de classificação para o torneio mas merecem a viagem pelo que lhes pode valer como incentivo para grandes proezas futuras.

Assim, o quinteto luso será constituído pela benfiquista Nora Araújo (que actuará no pentatlo); João Campos (Sporting) e Fernando Miguel (Estrela Azul), ambos nas corridas de 1500 e 3000 metros; Humberto Sequeira (Sporting) nos 800 e nos 1500 metros, mais António Leitão (Sporting de Espinho) na prova dos cinco quilómetros. Particularidade a merecer referência: Humberto Sequeira e António Leitão são juvenis e Fernando Miguel continuará júnior na temporada próxima.

Entretanto, treze juvenis vão estagiar no Sarre (Alemanha Federal), no prosseguimento

António Leitão

de um intercâmbio que já dura há três anos. Nomes dos atletas escolhidos: Anabela Leite (Sanjoanense), Lucinda Leal (Estarreja), Maria Manuel Ferreira (Foz), Céu Cunha (Associação Cristã da Mocidade), Elisabete Pereira (Foz), Joaquim Vicente, João Subtil e Paulo Rodrigues (todos do Benfica), António Borges (Sporting), Mário Santos, (A.C.Mocidade), Francisco Custódio (Liceu de Faro), Nuno Lobo (Santa Clara) e Sérgio Quintal (Marítimo).

Não há dúvida: no Atletismo, trabalha-se em profundidade. Quem dera que o exemplo frutificasse: e a maioria dos planos de desenvolvimento, que têm vindo a lume com maior ou menor pompa, não ficassem no tinteiro.

Humberto Sequeira e João Campos

Solidariedade na Tramagueira

. A UCP «A Luta é de Todos» de Mora, com a colaboração do Sindicato Agrícola de Évora, promove no próximo domingo uma jornada de solidariedade entre os trabalhadores da zona da Reforma Agrária.

Foram já dirigidos convites aos assalariados agrícolas das UCPs e Cooperativas dos distritos abrangidos pela Reforma Agrária e ainda aos trabalhadores de algumas empresas da cintura industrial de Lisboa nomeadamente da Lisnave e Setenave, no sentido de aderirem a esta iniciativa.

A jornada consta de um dia de trabalho preenchido com a extracção da cortiça na herdade da Tramagueira, freguesia de Pavia, concelho de Mora, local onde se realiza a concentração, às oito horas da manhã. Depois do trabalho, por volta das 18 horas, haverá uma espécie de jantar cuja principal atracção são as febras na brasa.

Sucede-se um breve comício com intervenções políticas.

Para a noite, em Mora, está programada uma sessão de teatro feito pelos próprios trabalhadores que irão representar algumas das mais significativas lutas por eles travadas ao longo do processo da Reforma Agrária.

Os trabalhadores interessados em participar na jornada poderão contactar a organização através do Telf. 43259, de Mora.

MADEIRA

Buraco rende dois mil contos

. FUNCHAL, 10 — Dois mil contos em jóias foram esta madrugada roubados da «Ourivesaria Funchalense». O assalto verificou-se entre as três e as cinco horas da manhã, tendo os assaltantes entrado no estabelecimento através de um buraco que abriram no soalho do andar superior, mesmo por cima da loja.

Segundo a Polícia Judiciária local o «trabalho» dos ladrões foi facilitado pela existência de placas opacas que protegiam as montras da ourivesaria e que na circunstância protegeram os assaltantes, que assim não foram vistos a «ensacar».

Legalização de casas ocupadas em Ramalde

PORTO, 10 — «Seis casas da Rua de Monte dos Burgos, ocupadas em Setembro de 1975 pela comissão de moradores de Ramalde do Meio e Requesende, acabam de ser legalizadas, já que foram assinados os respectivos contratos de arrendamento» — lê-se num comunicado que nos foi enviado por aquela comissão de moradores, que muitos esforços desenvolveu para ver coroada de êxito a legalização agora consumada. Aquela comissão afirma regozijar-se por esta vitória «que tem de ser considerada como vitória de todos os moradores e trabalhadores em luta pelo seu direito à habitação». Por outro lado, «protesta contra o decreto agora saído que, substituindo o 198 A/75 vem impedir que legalizações como esta se possam mais fazer».

Poemas de Cavafy no catálogo da exposição de David Hockney

Em edição da Fundação Gulbenkian acaba de ser distribuído o catálogo da exposição de gravura e desenho do artista britânico David Hockney, há dias inaugurada nas suas Galerias das Exposições Temporárias.

O catálogo, iniciativa do Serviço de Belas-Artes realizada pelo Serviço de Exposições e Museografia da Fundação Gulbenkian, com o patrocínio do British Council em Portugal, insere na capa a reprodução de um dos trabalhos de Hockney e abre com uma fotografia do artista, seguido de algumas palavras de apresentação. A introdução é da autoria do poeta britânico Stephen Spender e a acompanhar a reprodução das obras de David Hockney inserem-se poemas de Constantino Cavafy, em tradução de Jorde de Sena.

Após a inclusão da relação das obras expostas, o catálogo publica uma ampla biografia e bibliografia de David Hockney. O arranjo gráfico do catálogo foi de Vítor Manaças, com fotografias de Cuming Wright Watson Associates Ltd, Galeria Claude Bernard, Mário de Oliveira, Prudence Cuming Associates e Rdney Wright.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

O céu estava muito nublado nas regiões do litoral a norte do Tejo e pouco nublado ou limpo nas restantes regiões. O vento era fraco e havia neblina ou nevoeiro em alguns locais.

TEMPERATURAS EXTREMAS

TAVIRA
Máxima ..... 33,0.°

MONTALEGRE
Mínima ..... 9,0.°

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	16°
P. DOURADAS	19°
COIMBRA	16°
PORTALEGRE	15°
LISBOA	19°
SAGRES	17°
FARO	26°
P. DELGADA	21°
FUNCHAL	22°
V. CASTELO	16°
BRAGANÇA	22°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
		5.21	1,7 m
12.11	3,4 m	17.59	1,6 m
DIA 11			
0.38	3,3 m	6.11	1,6 m
13.01	3,5 m	18.44	1,4 m
DIA 12			
1.25	3,5 m	6.54	1,4 m
13.45	3,7 m	19.23	1,3 m

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu pouco nublado ou limpo, temporariamente muito nublado no Litoral para norte do Cabo Espichel, em especial durante a noite e manhã. Vento fraco, podendo soprar moderado de Nordeste durante a tarde no Litoral, Oeste e Sul do Cabo Carvoeiro. Neblina ou nevoeiro durante a madrugada.

AMANHÃ

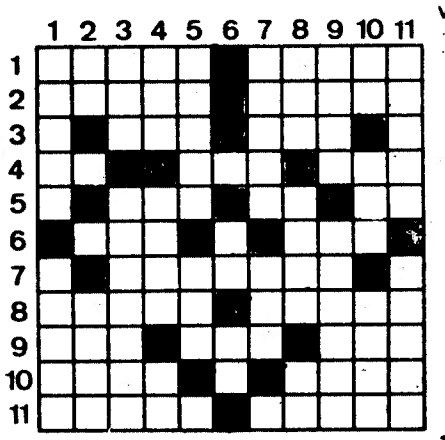
NASCER ÁS 6.46
OCASO ÁS 20.36

DIA 14 DIA 22 DIA 28 DIA 5

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA Nº 11812



HORIZONTAIS:

1 Courela. Dar passos.
2 Lavrais. Defunto.
3 Isolados. Três vogais iguais.
4 Ouro (s.q.). Prefixo que designa ar. Nome que se dá ao comboio expresso de Paris.
5 Naquele lugar. Aparência. Nome que os Egípcios davam ao Sol.
6 Nome de mulher. Artigo definido. Pega.
7 Ilha do oceano Pacífico, a 1200 km ao sul de Tóquio.
8 Detrás. Sova (pop).
9 Cidade de Espanha. Princípio. Interjeição da ilha das Flores o mesmo que ah! oh!
10 Nome de homem. Hidrosfera.
11 Tempo do verbo ser. Terramoto.

VERTICAIS

1 Limpar com água. Assassinas.
2 Érbio (s.q.). Pronome indefinido.
3 Seguias. Acrescentariam.
4 Curso de água natural e abundante. Chama. O sono das crianças.
5 Tostai. Sufixo que designa abundância.
6 Título do soberano da Pérsia (inv.). Vossa Alteza.
7 Poisa no mar (o avião). Sufixo que designa pequenez.
8 Hora canónica correspondente as quinze horas. Ramalhete. Prefixo que designa afastamento.
9 Doutoras. O mesmo que pragana.
10 Átomo. Larva das feridas dos animais. Nome de homem.
11 Dança em círculo. Nome de dança brasileira.

Resolveu completamente este problema? Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA Nº 7873

HORIZONTAIS:

1 Fado. Conjunção
2 Braço de mar. Originai.
3 Agarrai. Rei da Baviera que atacado de loucura foi enclausurado no castelo de Fustenried. Batráquio.
4 Divisão de uma casa. Sadias.
5 Antes de Cristo. Umdos estádos do Brasil. Ouro (s.q.).
6 Amofinavam.
7 Aparência. Nivela. Ósmio (s.q.).
8 Artérias. Ratavas.
9 Tragédia de Shakespeare. Prata (s.q.). Agora.
10 Moeda de Diu. Percorrer.
11 Apelido. Infiel. Catedral.

VERTICAIS:

1 Rocegara. Pêlos de certos animais.
2 Aqui está. Viatura de artilharia.
3 Vais para fora. Interjeição da ilha das Flores o mesmo que ah! oh!
4 Afiaram.
5 Sacrificavas.
6 Marcaras. Uma das Novas Hébridas, na Melanésia.
7 Base aérea portuguesa. Sofrer.
8 Satélite de Júpiter. Solitário.
9 Mil e cinco em romano. Rústicos.
10 Cidade de Suiça. Curas.
11 Fechas as asas para descer mais depressa. Cure.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA Nº 11811

HORIZONTAIS:

1 BARRIGA. Mal.
2 Ama. VAZIA.
3 Tosa. Sras.
4 arpam. Acolá.
5 Nara. Rattes.
6 NÃO. TBM. Og.
7 Ar. Não. Ra.
8 Regar. Air.
9 Saira. Impar.
10 Sam. Ita.
11 Osaca. Sama.

VERTICAIS:

1 Bata. Naisso.
2 Amornar. Aas.
3 Raspão. Rima.
4 Aar. Ser.
5 IV. Mat. Gata.
6 Gas. Ena.
7 Az. Amarias.
8 Isca.
9 Maroto. Apar.
10 ALEGRIA.
11 Lesas. Arrua.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA Nº 7872

HORIZONTAIS:

1 Leão. Aral.
2 Setúbal.
3 Ac. Ramal. Ba.
4 Riso. Alas.
5 Cri. Tri. Aro.
6 Oc. Prosa. Cs.
7 Urro. Ossa.
8 Ali. Cal. Are.
9 Campa. Arder.
10 Trais. Suino.
11 Aaro. Aas.

VERTICAIS:

1 Barco. Acta.
2 Circulara.
3 Es. Si. Rimar.
4 Aero. Pr. Pio.
5 Qtos. Trocas.
6 Umero.
7 Aba. Isolas.
8 Rala. As. Ru.
9 Al. La. Sadia.
10 Barcarena.
11 Vasos. Eros.

PROVÉRBIO: Barriga vazia, não tem alegria.

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa

COMUNICADO

ESTE SOCIALISMO EM LIBERDADE!

O Governo continua a impor a sua opção antioperária logo de recuperação capitalista, dando com uma mão e roubando com a outra, aliciando os trabalhadores com benesses fingidas e entregando ao patronato os louros das falsas vitórias democráticas.

No Boletim do Trabalho e Emprego (N.º 16 — 1.ª Série de 29 de Abril de 1974), publica o M. T. uma PRT para os transportes rodoviários e Ensino de Condução Automóvel, onde se pretende uniformizar as condições laborais do sector, estendendo aos trabalhadores das empresas privadas as condições de trabalho e tabelas salariais do ACT celebrado com a Rodoviária Nacional.

Vem a referida PRT, consagrar a redução do horário semanal para as 45 horas, — velha e justa aspiração dos trabalhadores do sector —, (Táxis e Letra «A»).

Constituiram-se assim com a publicação da referida Portaria direitos na esfera jurídica dos trabalhadores dos quais eles não pretendem nem querem abdicar, sendo certo que muitas entidades patronais, desde logo, e nos termos da lei, respeitaram a aplicação imediata do novo horário.

O Ministério do Trabalho, porém, bebendo na política do Governo a orientação antioperária e de recuperação capitalista, filha do 24 de Abril, publica em 15 de Julho de 1977 uma outra PRT para os transportes rodoviários e Ensino de Condução Automóvel, na qual retira aos trabalhadores direitos conferidos na anterior PRT, nomeadamente, no que respeita ao horário de trabalho e não só, voltando às 48 horas semanais com o desrespeito e a incongruência que um Governo e um Ministério dito socialista e do Trabalho não se pode permitir.

Os trabalhadores rodoviários, firmes em torno do seu Sindicato, solidarizam-se com os trabalhadores dos táxis e letra «A» e repudiam, veementemente, tais medidas, lesivas dos legítimos interesses dos trabalhadores, e saberão encontrar formas de luta mais adequadas para prosseguir e defender intransigentemente os direitos da classe operária até à vitória final.

Lisboa, 9 de Agosto de 1977.

A DIRECÇÃO
João Sequeira Branco

LOTAÇÕES ESGOTADAS

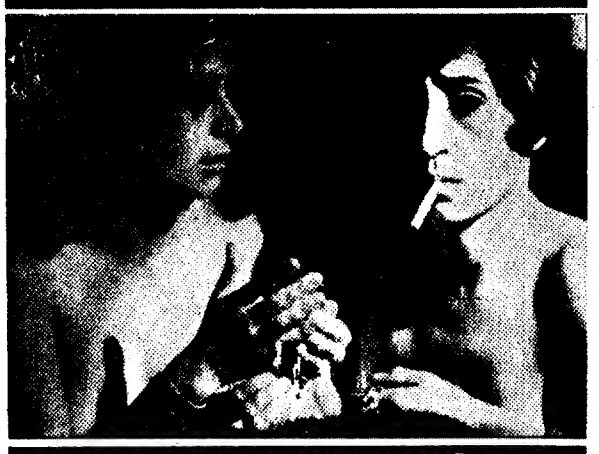
teatro quarteto

6.ª SEMANA

INTERDITO A MENORES DE 18 ANOS

AO VIVO

ANA ZANATTI ZITA DUARTE



A VERDADEIRA HISTÓRIA DE JACK O ESTRIPADOR

de ISABELLE HUPPERT com MIGUEL LIMA

música FERNANDO GUERRA

encenação CARLOS AVILEZ

SUBSIDIADO PELA S.E.C.

farmácias de serviço

LISBOA

Até às 22 horas

ALIANÇA — Av. Almirante Reis, 145-B/C. Tel. 570487
ALMEIDA — Rua Silva Carvalho, 136. Tel. 681726
BRISÁLIA — Av. Rio de Janeiro, 66/66-A. Tel. 722368
CANTO — Estr. das Laranjeiras, 202-B. Telefs. 780841-788904
CARDOTE, LDA — Av. Visconde Valmor, 28-A. Tel. 772291
ELMA — Rua D. Maria Pia, 358-A. Tel. 686176
HIGIENE — Rua Cidade Vila Cabral, lote 43. Tel. 310026
IDEAL — Av. Almirante Gago Coutinho, 49-A. Tel. 892803
INTERNACIONAL, LDA — Rua Áurea, 228. Telefs. 360203-322017
LABOR — Rua Diário de Notícias, 81. Tel. 323428
LÍDIA ALMEIDA — C.ª da Ajuda, 170. Tel. 637318
MARLUZ — Calçada da Pichelaira, 140-B/C. Telefs. 720703-728395
MARTINS, DA — Rua Fernão de Magalhães, 33. Tel. 849448
MICAEL — Rua de S. Bento, 380-382. Tel. 662162
MONTE (do) — Rua Senhora do Monte, 30-A/B. Tel. 867842
MORGADO LOURENÇO — L.ª D. Estefânia, 4-5. Tel. 54808.
PAIVAS E PARENTE — Rua St.º António à Estrela, 96. Tel. 665196
PATULEIA, H.os — Alam. das Linhas de Torres, 262-B. Tel. 790332
PINTO — Rua de Campolide, 11-A. Tel. 632610.
ROMA — A. de Roma 85-B. Tel. 772466
SANTO CRUZ — Av. Gomes Pereira, 34-A. Tel. 704828
SANTA LUZIA — Rua da Saudade, 2-B. Tel. 869831
S. MIGUEL — P.ª Francisco de Morais, 1. Tel. 771489
VIEIRA ROSA — Rua Prior do Crato, 74. Tel. 660187.

PERMANENTE

ALIANÇA — Avenida Almirante Reis, 145-B/C. Tel. 570487
BRISÁLIA — Av. Rio de Janeiro, 66-66-A. Tel. 722368
CARDOTE, LDA — Av. Visconde Valmor, 28-A. Tel. 772291
HIGIENE — Rua Cidade Vila Cabral, lote 43. Tel. 310026
PAIVAS E PARENTE — R. Santo António à Estrela, 96. Tel. 665196
SANTA LUZIA — Rua da Saudade, 2-B. Tel. 869831
LÍDIA ALMEIDA — C.ª da Ajuda, 170. Tel. 637318
LABOR — Rua Diário de Notícias, 81. Tel. 323428
SANTA CRUZ — Av. Gomes Pereira, 34-A. Tel. 704828.

NOTA — As farmácias que não estão de serviço permanente encerram das 13 às 15 horas para almoço.

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Combatentes, Av. Comb. G. Guerra, 166 (Telef. 2113953)
ALCABIDECHE
Carvalho, Até às 21 horas
PORTO SALVO
Ferreira Bastos, Até às 21 horas
CARCAVELOS
Central, Até às 24 e das 0 às 9 horas
S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (Telef. 260085) Até às 21 horas
PAÇO DE ARCOS
Pergena, Av. Eng.º Bonneville Franco (Telef. 2435147) Até às 24 e das 0 às 9 horas
OEIRAS
Oeiras, L. Henrique Paiva Couceiro (Telef. 2430485) Até às 22 horas
NOVA OEIRAS
Leal, Até às 21 horas
PAREDE
Grincho, Av. da República, 87 (Telef. 2471204) Até às 24 e das 0 às 9 horas
PAREDE
Junqueiro-Mendes, Até às 21 horas
AMOREIRA
Amoreira (Telefs. 262313-267314), Até às 22 horas
MONTE ESTORIL
Suíça-Cruzeiro (Telef. 260087) Até às 24 e das 0 às 9 horas
CASCAIS
Cordeiro, Av. Comb. G. Guerra, 40 (Telef. 280170) Até às 21 horas
A. Costa, R. Freitas Reis, 24-C (Telef. 280214) Até às 24 e das 0 às 9 horas.

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Girassol, R. Elias Garcia, 17-C (Telef. 974161)
Helénica, R. Elias Garicia, 2 (Telef. 933613
DAMAIA
Lemos, R. de Goa, 21-A (Telef. 971121)
QUELUZ
Zeller., R. da República, 83 (Telef. 950045)
CACÉM
Central, R. Elias Garcia, 55 (Telef. 2940034)
MEM MARTINS
Miranda Garcia, Est. de Mem Martins, 173 (Telef. 2914103)
MERCÊS
Claro Russo
RIO DE MOURO
Riomouro, Av. Óscar Monteiro Torres, 8 (Telef. 2960194)
SINTRA
Simões, Estefânia (telef. 2930832)
COLARES
Abreja (Telef. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (Telef. 234100)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (Telef. 204020)
ALMADA
Castro Rodrigues, R. Capitão Leitão, 21-A (Telef. 2750076)
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, Est. Nacional, 178-B (Telef. 2040302)
BARREIRO
Central, Av. Aldredo da Silva, 48 (Telf. 2073207)
COVA DA PIEDADE
Atlântico, R. Padre Manuel Bernardes, 1 (Tlef.2764466) 2764466)
MOITA
União Moitense, Av. dr. Teófilo Braga (Telef. 239025)
MONTIJO
Moderna, R. Bulhão Pato, 60 (Telef. 2310156)
SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (Telef. 2233471)
SEIXAL
Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (Telef. 2218560)
COSTA DA CAPARICA
Higiénica, Av. da República, 23 (Telef. 2400020)

PORTO

(DE DIA E SÓ ATÉ ÀS 22 HORAS)

MARTINS, SUCR — Praça Marquês de Pombal, 122. Tel. 480747; **POMBEIRO** — Campo Mártires da Pátria, 152. Tel. 311295; **PRELADA** — Rua Central de Francos, 216. Tel. 64312; **AMEAL** — Rua do Ameal, 1227. Tel 483550; **CAMPO ALEGRE** — Rua do Campo Alegre, 723. Tel. 62245; **PENINSULAR** — Rua Chã, 100. Tel. Tel. 20707; **S. LÁZARO** — Av. Rodrigues de Freitas, 297. Tel. 27043.

(DE DIA E TODA A NOITE)

MELO TAVEIRA — Rua Alcaide Faria, 77; **S. ROQUE DA LAMEIRA** — Rua S. Roque da Lameira, 1111. Tel. 51739; **SÁ DA BANDEIRA** — Rua Sá da Bandeira, 236. Tel. 22164; **FERREIRA DA SILVA** — Rua Mártires da Liberdade, 150. Tel. 24023.

(DAS 9 HORAS ÀS 9 DO DIA SEGUINTE)

SILVA SOARES — Rua Mouzinho de Albuquerque, 26. Tel. 7454; **SITÁLIA** — Largo da Sé Velha, 13. Tel. 23234.

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

QUARTETO
23.45 (18 anos)
«A Verdadeira História de Jack o Estripador»
ADOQUE
20.30 e 22.45 (18 anos)
«O Calinas Cala a Boca»
TEATRO DO B.º ALTO
21.30 (13 anos)
«Casimiro e Carolina»
LAURA ALVES
21.30 (18 anos)
«Calcinhas Amarelas»
VARIEDADES
21.30 (13 anos)
«Desculpa o Caetano»
MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«Aqui quem manda sou eu»
TEATRO DA GRAÇA
21.30 (13 anos)
«A Estalajadeira»

LISBOA/Cinemas

MONUMENTAL
21.30 (13 anos)
«A voz do sangue»
CINE AUDITÓRIO
21.30 (18 anos)
«O Porteiro»
SATÉLITE
21.30 (13 anos)
«O Incorrigível»
CALEIDOSCÓPIO
21.30 (18 anos)
«Pânico no Estádio»
EUROPA
21.30 (18 anos)
«Mc um Detective Acima da Lei»
VOX
21.15 (18 anos)
«Borsalino e C.ía»
CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Fogo no rabo»
CINEARTE
21.30 (18 anos)
«A Noite do Pecado»
RESTELO
21.30 (13 anos)
«Assassinos de Elite»
PROMOTORA
21.15 (13 anos)
«Aleluia e Sartana Reis do Gatilho»
OLÍMPIA
21.30 (18 anos)
«Que Ricas Tias»
CAPITÓLIO
21.00 23.00 (18 anos)
«Os grandes calores»
JARDIM
21.15 (18 anos)
«Mistérios de um Jovem Rico»
PARIS
21.30 (18 anos)
«Duelo no Missouri»
LUMIAR
21.30 (18 anos)
«O Justiceiro Amarelo»
QUARTETO
21.30 (18 anos)
«Fritz, o Gato»
Sala-2 21.30 (18 anos)
«Verão 42»
Sala-3
21 e 23 (18 anos)
«A Máscara»
Sala-4
21.00, 23.00 (18 anos)
«O Fantasma do Paraíso»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (13 anos)
«AívemDjango...PagasouMorres»
inestúdio
21.30 (13 anos)
«3 Horas Decisivas»
SINTRA
Carlos Manuel
21.30 (13 anos)
«A Vingança do Dragão Negro»

LINHA DE CASCAIS

PAÇO DE ARCOS
Chaplin
21.15 (18 anos)
«A Última Cruzada»
PAREDE
Royal
21.15 (18 anos)
«Garotas em Uniforme»
ESTORIL
Esplanada
21.15 (13 anos)
«Oh Amigos Meus»
Caino
17.00 e 21.15 (18 anos)
«Nunca é Tarde para Amar»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«Noitadas de Paris»
Academia Almadense
21.15 (18 anos)
«Filtro de Amor»

PORTO/Cinemas

BATALHA
21.30 (13 anos)
«Viagem ao centro do Mundo»
ESTÚDIO
21.30 (13 anos)
«Julie»
OLIMPIA
21.30 (18 anos)
«Escândalo em Família»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Os Contos de Couterbury»
SALA BÉBE
21.30 (18 anos)
«Morte em Veneza»
JÚLIO DINIS
21.15 (6 anos)
«Os Malucos no Supermercado»
RIVOLI
21.30 (18 anos)
«O Príncipe Libertino»
TRINDADE
21.15 (13 anos)
«3 Horas Decisivas»
CHARLOT
21.30 (13 anos)
«Na Cave é que é Bom»
COLISEU
21.15 (13 anos)
«Amor Eterno»
S. JOÃO
21.30 (13 anos)
«Quando eles o põem fora de Casa»
CHAPLIN
21.30 (18 anos)
«Camille 2000»
CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«Sementes de Violência»
VALE FORMOSO
21.15 (18 anos)
«Técnicas do Amor»
SÁ DA BANDEIRA
21.30 (18 anos)
«O Mais Quente Espectáculo do Mundo»
ESTÚDIO FOCO
21.30 (18 anos)
«Jogos Perigosos»
ESTÚDIO 400
21.30 (18 anos)
«Shampoo»
ÁGUIA DE OURO
21.30 (6 anos)
«Os Dois Demissionários»

COIMBRA

AVENIDA
21.15 (18 anos)
«África Express»
SOUSA BASTOS
21.30 (13 anos)
«A Desforra de Hercules»
TIVOLI
21.15 (18 anos)
«O Desafio das Águias»

cinemas

ABC CINE

13.15, 17.00, 19.00, 21.15 e 23.15

SALA A
(Para todos)
SERENATA À CHUVA

SALA B

18.30, 21.30, 23.30
CARRIE
Int. a m. 18 anos

ALVALADE

T. 897480 15.30, 18.30 e 21.30

Walt Disney Productions apresenta
NO FANTÁSTICO REINO DA FANTASIA
Para todos
ultimas exibições
3.ª Semana

APOLO 70

Tel. 763319 14, 16.30, 19 e 21.30

Barbara Seagull, Kitty Janssen
ANGELA
Eastmancolor
Não acons. a men. de 13 anos

HOJE NÃO HÁ SESSÃO ÀS 24h.

ÁVIS

Tel. 47163 15, 18.15 e 21.30

Não acons. a menores de 13 anos
Mentir. Pecar. Amar. Viver.
SOFRIMENTO DE AMOR
o filme começa a projectar-se logo após o início da sessão

BERNA

Tel. 776098 15.00, 18.00 e 21.15

Richard Burton/Clint Eastwood

O DESAFIO DAS ÁGUIAS

um filme de Brian G. Hutton
não acons. men. 18 anos
3.ª Semana

CALEIDOSCÓPIO

Tel. 795093

14.00, 16.30, 19.00 e 21.30
Charlton Heston-John Cassavetes
Martin Balsam
5.ª Semana

PÂNICO NO ESTÁDIO

um filme de Larry Peerce
Não acons. men. 18 anos

CASTIL

Tel. 530194 15.00, 17.00, 19.00 e 21.30

Não acons. men. 18 anos
Eastmancolor
Uma estupenda comédia italiana!

UMA VIRGEM NA FAMÍLIA

Franca Gónella/Femi Benubbi

CONDES

Tel. 322523 14.00, 16.30, 18.45 e 21.30

Interdito a menores de 18 anos

Colorido

A LEI DO ÓDIO
um filme de Larry Peerce

Com Charlton Heston, James Coburn

EDEN

Tel. 320768

14.00, 16.30, 19.00 e 21.30
Bruce Lee é

BIG BOSS, O IMPLACÁVEL

Um filme de Lo Wei

Interdito a menores de 18 anos

ESTÚDIO

Tel. 535134 15.30, 18.30 e 21.30

Não acons. m/ 18 anos
Melhor actor: Jack Nicholson
15.ª Semana
VOANDO SOBRE UM NINHO DE CUCOS

ESTÚDIO 444

Tel. 779095 14.30, 16.45 19 e 21.45

Não acons. a menores de 13 anos
CORRIDA LOUCOS
em 2.ª semana
ume corrida infernal c/ Michael Sarrasins, Gary Bussey

IMPÉRIO

Tel. 5551345 15.00, 18.15 e 21.30

Maiores de 10 anos
O começo do fim da grande noite nazista
em 70 mm
O DIA MAIS LONGO

com o mais consagrado conjunto de artistas

LONDRES

Tel. 801313 14.15, 16.30, 19 e 21.15

Para todos

A ÚLTIMA LOUCURA DE MEL BROOKS
c/ Liza Minneli

A melhor comédia dos últimos 50 anos

MUNDIAL

Tel. 538743 Às 21.30

Não acons. men. 18 anos
ESCÂNDALO EM FAMÍLIA
Int. men. 18 anos
TRIÂNGULO DA MORTE

NIMAS

Tel. 574362 14.30, 16.45, 19 e 21.30

Não acons. men. 13 anos
DAISY MILLER
um filme de Peter Bogdanovich
c/ Cybill Shepherd-Barry Brown

Às 24 h.
PERFUME DE MULHER

ODEON

Tel. 326283 15.15, 18.15, 21.15

3.ª Semana
Int. men. 18 anos
Colorido
EMANUELLE NEGRA N.º 2

PATHÉ

Tel. 821933 14.15, 16.30, 18.45, 21 h

Não acons. men. 18 anos
em 2.ª Semana
JURAMENTO DE AMOR
c/ Hema Malini, Ferroz Khan

POLITEAMA

Tel. 326305 14.15, 16.30, 19 e 21.30

Não acons. a menores de 18 anos

O BORRACHINHO

RESTELO

Tel. 610375 Às 21.30

Não acons. men 13 anos
ASSASSINOS DE ELITE
um filme de Sam Petkinpah

ROMA

Tel. 887778 Às 15.30, 18.30 21.30 h

Não acons. men. 18 anos
O ESPIÃO SEM AMANHÃ
24 horas para salvar a pele!
c/Oliver Reed — Richard Widmark

ROXY

Tel. 48560

14.00, 16.30, 19.00 e 21.30
Louis de Funés em
2.ª Semana
O GENDARME EM FÉRIAS

Um filme de Jean Girault

Para todos

S. JORGE

Tel. 579144 15.15, 18.15, 21.30

CARRIE
de Brian de Palma
em 2.ª Semana
Interd. a men. de 18 anos

TIVOLI

Tel. 570595 15.15, 18.30 e 21.30h

Jane Powell Howard Keel em
SETE NOVAS PARA SETE IRMÃOS
um filme de Stanley Donen
Para todos
4.ª Semana

UNIVERSAL

Tel. 774402

Aceitam-se marcações pelo telefone
Não acons. men. 10 anos
Às 15 e 21 h.
TEMPOS MODERNOS
Às 17 e 23 h. Para todos
QUIMERA DO OURO
Às 19 h.
Não acons. men. 10 anos
LUZES DA RIBALTA

rádio

1.º Programa

16.00 Musiváriа (erc); **17.00** Tempo de teatro: «O meu caso», de José Régio; **17.35** Música popular; **18.00** Música portuguesa; **18.30** Temas de saúde — música portuguesa; **19.00** Orquestras; **19.15** O Mundo é a nossa casa — música variada; **20.30** Melodias; **21.00** 22.º episódio do folhetim «A Verdade por um fio»; **21.20** Contraponto; **24.00** Fecho.

2.º Programa

16.10 Cravistas; **16.35** Serenata n.º 10 em si bemol maior K. 361, de Mozart; **17.25** Pianistas; **18.05** A Orquestra Filarmónica de Berlim, interpreta obras de Bach e Schubert; **19.00** Música do século XX; **20.00** Efeméride musical; **20.20** Opera comentada; **23.00** Festival Internacional de música de órgão em Magadino (1976); **23.50** Concerto Sinfónico; **01.00** Fecho.

3.º Programa-Nacional e Regional (290m)

..**16.00** Variante; **16.10** Casos ao acaso, por Orlando Dias Agudo; **16.20** Variante sobre rodas; **17.10** Prevenção e saúde, pelo dr. Sousa Pereira; **17.25** «Pão pão, queijo queijo»; **18.00** Contacto; **18.0** Títulos de 1.ª página; **18.30** Actualidade; **18.45** Fórmula 1; **19.05** Teatro trágico, pelos Parodiantes de Lisboa; **19.30** Debate em directo; **19.35** A lei em que vivemos, pelo dr. Ruy Moura Guedes; **20.15** Antologia; **20.30** Pesquisa; **21.00** A música e as vozes; **21.30** Quando o telefone toca; **23.03** Nocturno; **24.00** Nocturno; **00.15** Dia a dia com o passado; **02.00** Fecho.

3.º Programa-Local (187,5m)

..**16.00** Variante; **18.0**i Compasso; **18.15** Sal e pimenta; **18.30** Ídolos do cinema; **19.45** Romance duma cidade; **20.10** Hoje convidámos...; **20.40** Serviço de agenda; **21.00** Fecho.

4.º Programa-Emissão Total em Estereofonia

16.0i «Gong» — Realização de João David Nunes; **19.00** Em órbitra; **20.00** «Forum» — Realização de Jorge Lopes; **22.00** Auditório; **00.00** Prisma — Realização de Fernando Quinas; **02.00** Fecho.

RÁDIO RENASCENÇA

..**16.05** Sequência da tarde; **18.08** Apelos; **18.15** Igreja em notícia; Palavra do dia; **18.08** Apelos; **18.15** Igreja em notícia; palavra do dia; **18.30** Transmissão do Terço; 19.00 Programa da Liga dos amigos da RR; **20.00** Objectivo; **20.54** Apelos; **21.05** Gente grande; **21.30** Som da Noite; **2200** Quando o telefone toca; **22.30** Temas Vivos; **23.05** Última Hora; **23.30** Textos e pretextos; **23.55** Meditando; **01.00** Rotação; **02.00** Fecho.

Em ALVALADE-SADO o DIÁRIO DE LISBOA está à venda na PAPELARIA MARIA ADELAIDE

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TECNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

NA SANIMAR

Após regresso do patrão aguardam-se despedimentos

. O patrão da Sanimar, empresa de materiais de construção, que depois do 11 de Março tinha andado por diversos países, abandonando a firma, reentrou ontem na sua posse, depois de uma prolongada «dança» em que pedia ao Governo indemnizações e condições favoráveis de empréstimos para o seu regresso.

Parece que as condições necessárias e suficientes para que Virgílio Esteves reaparecesse naquela empresa foram asseguradas por uma resolução do Conselho de Ministros publicada no sábado, no «Diário da República». Aí é garantido «o apoio financeiro indispensável à retoma imediata da gestão normal da empresa».

Pelo contrário, para os trabalhadores da Sanimar «os destinos da empresa estão em perigo, pois os milhares de contos concedidos ao patrão pelo Governo não serão para aumentar os postos de trabalho nem tão pouco para manter os actuais».

E prevêem os trabalhadores, em comunicado agora difundido: «Não será parte deste dinheiro desviado para indemnizar alguns trabalhadores — despedindo-os — e o restante para engrossar a conta bancária do «beneficiário» patrão, ou ainda canalizado para a sua nova firma, REVIL, com sede nos Açores?»

. A resolução do Conselho de Ministros publicada no sábado confere prioridade «quer para a celebração de um único contrato de viabilização quer no caso de se proceder à cisão da empresa em duas, para a celebração de dois contratos de viabilização, sendo neste caso um a firmar pela empresa que der seguimento e concluir o empreendimento de Loures e outro para prosseguir as restantes actividades».

Segundo afirmam os trabalhadores, este primeiro empréstimo concedido pelo Governo para o regresso de «tão bom patrão», atinge um total entre os 50 e os 75 mil contos. Enquanto a empresa esteve sob intervenção estatal a concessão de qualquer aval ou era impossível ou extremamente difícil.

Aliás, as facilidades no caso da Sanimar, chegaram a assumir aspectos ridículos. Por exemplo, quando após as condições postas pelo patrão, o Ministério da Indústria e Tecnologia enviou as chaves da empresa pelo correio, tendo Virgílio Esteves recusado a sua recepção.

Resta acrescentar que a actual solução não resulta de qualquer tomada de posição dos trabalhadores que, de acordo com a Constituição, deveriam ter sido auscultados. Mas não foram e o patrão já regressou. Resta aguardar os despedimentos.

Copam mantém paralisação

Os trabalhadores da Copam decidiram manter a paralisação até depois de amanhã.

A deliberação foi tomada no plenário que ontem à tarde decorreu nas instalações da empresa, tendo a Comissão de Trabalhadores dado conta das entrevistas que tem tentado obter junto dos órgãos do Poder, das quais apenas uma se efectivou, com o adjunto do dr. Mário Soares, dr. Madureira, sem que nada de concreto tenha resultado além da promessa de comunicação do problema ao Primeiro-Ministro.

Entre as muitas manifestações de apoio que os trabalhadores da Copam têm recebido durante a sua luta para que o Governo reveja a decisão de desintervencionar a empresa entregando-a à ex-entidade patronal, conta-se a dos oito sindicatos representantes dos trabalhadores que emitiram um comunicado em que afirmam nomeadamente: «(...) Certos de que a luta dos trabalhadores da Copam é justa e que a vitória será certa, os sindicatos abaixo mencionados apoiam-na incondicionalmente, esperançados que unidos os trabalhadores vencerão»

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA EM JULHO: 46 100 exs.

Hoje 20 páginas

CONSELHO SUPERIOR DE DISCIPLINA DA ARMADA

Estado-Maior não confirma ilibação dos acusados

. O porta-voz do Estado-Maior da Armada recusou-se esta manhã a comentar as notícias ontem divulgadas, segundo as quais o parecer do Conselho Superior de Disciplina da Armada apontaria para a ilibação completa dos cinco oficiais que a ele foram sujeitos, com base em acusações formuladas no «Relatório das Sevícias».

O mesmo informador confirmou, no entanto, que todos os pareceres foram já entregues ao almirante Souto Cruz, o qual tem a palavra final na questão.

Um vespertino lisboeta, na sua edição de ontem, afirmava, com base nas alegações do promotor de Justiça do CSD «que se admite que todos os pareceres apontem para a ilibação quase total daqueles oficiais, pois nunca foram os factos apontados que possam pôr em causa a sua posição».

Ao Conselho Superior de Disciplina da Armada foram sujeitos o almirante Rosa Coutinho, os comandantes Almada Contreiras, Marques Pinto e Xavier e o primeiro-tenente Rodrigues Soares, todos com base em alegados crimes indiciados no conhecido como «Relatório das Sevícias».

Este foi elaborado por uma Comissão nomeada em Janeiro de 1976 pelo Conselho da Revolução e constituída pelo brigadeiro Henrique Calado, tenente-coronel de Artilharia Galamba de Castro, capitão de fragata Tavares Simões, tenente-coronel piloto aviador Sousa Santos, juiz Lourenço Martins e pelos advogados Ângelo de Almeida Ribeiro, José de Carvalho Rodrigues Pereira e Francisco de Sousa Tavares.

O trabalho desta Comissão foi dado como terminado em Julho de 1976, sendo o respectivo relatório publicado em Novembro do mesmo ano pela Presidência da República.

O Palácio de Belém foi também responsável pelo prólogo ao Relatório, no qual se afirmava, nomeadamente: «Um fim que tem necessidade de meios injustos não é um fim justo», considerando ainda o Relatório das Sevícias como uma «pronúncia política».

Ainda segundo o mesmo prólogo, «muitos dos factos descritos (no Relatório) tipificam seguramente infracções criminais e os seus agentes deverão por elas responder», afirmando mais adiante que «aos tribunais compete a aplicação das penas».

No entanto, e segundo apurámos junto do EMGFA, a Polícia Judiciária Militar, responsável pela instrução dos processos-crimes que devessem ser abertos, não passou ainda da fase de investigação, pelo que nem sequer existem processos em instrução e aos acusados no «Relatório» não foi dada possibilidade de se defenderem das acusações formuladas perante a opinião pública e, mesmo, perante os tribunais.

O âmbito de actuação do Conselho Superior de Disciplina é diferente do dos tribunais porque se restringe a analisar questões disciplinares em processo secreto do qual não ficam registadas actas.

O parecer por ele elaborado poderá, discricionariamente, ser homologado ou não pelo Chefe do Estado-Maior, não havendo recurso da decisão deste, no caso o almirante Souto Cruz.

CASO DO CAPITÃO MARTELO

Discussão possível no C R

É possível que o caso do capitão Martelo, do Regimento de Infantaria de Vila Real seja esta tarde discutido no Conselho da Revolução, que se reúne em Belém como habitualmente.

Com efeito, a agenda difundida pelos Serviços de Apoio àquele órgão de soberania incluía como único ponto a análise da situação político-militar. No entanto é natural que a questão surgida com a censura de um discurso do capitão Martelo pelo comandante daquele Regimento seja levantada no Conselho pelo chefe do Estado-Maior do Exército, general Rocha Vieira.

Recorde-se que o capitão Martelo, que tinha sido porta-voz da Região Militar Norte, foi nomeado para efectuar a alocução de encerramento do curso de recrutas daquela unidade, na cerimónia de juramento de bandeira.

O discurso preparado por aquele oficial veio a ser censurado pelo comandante da unidade, precisamente na parte em que citava a Constituição da República no que se referia às missões das Forças Armadas.

Desta decisão o capitão Martelo apresentou protesto para o comando da Região Militar Norte e para o Conselho da Revolução.

Roubaram um carro à Polícia Judiciária

Do parque interior da Polícia Judiciária, à Rua Gomes Freire, foi na tarde de anteontem roubada uma viatura da própria PJ, equipada com rádio.

O furto foi perpetrado por um «colaborador» da Judiciária. Antes de sair do parque com o automóvel e para não levantar suspeitas no «controlo», à porta, o homem resolveu dar boleia a um agente da corporação, «Tenho que levar o carro à oficina. Se quiser aproveitar...». O outro aproveitou, e saíram ambos sem problemas.

Até ao momento, não há notícia do paradeiro do carro nem do ousado «colaborador» da Judiciária.

Portugal aceitará delegação da OLP

. Portugal esta disposto a aceitar a abertura de uma delegação da Organização de Libertação da Palestina (OLP), segundo anunciou hoje em Argel o novo Embaixador de Portugal, António Manuel da Veiga e Meneses Cordeiro.

O embaixador que apresentou credênciais ao presidente Houari Boumedienne indicou que o seu Governo estava preparado para acolher uma delegação da OLP que venha a Lisboa tratar do assunto.

MT despede no Porto

. Um técnico da delegação do Porto do Ministério do Trabalho, dr. Agostinho Rafael, foi exonerado há dois dias, por decisão tomada em Lisboa e transmitida por um lacónico telex em que não eram indicadas as razões desse procedimento.

Aquele técnico, que pautava a sua acção pela defesa dos direitos dos trabalhadores, prestava serviço naquela delegação desde Janeiro do ano passado, depois de ter prestado funções durante cerca de um ano, na delegação de Bragança.

O saneamento do dr. Agostinho Rafael parece estar relacionado com a oposição firme que tem manifestado relativamente ao despedimento político de um dirigente sindical efectuado na Tabopan.

12.900$
ITÁLIA
8 dias TUDO INCLUÍDO
saídas EXTRA
ROMA, Perugia, Assis, FLORENÇA, Bolonha, Pádua, VENEZA, Verona e Milão.
Partidas a 19 e 26 de Agosto
e 2, 9, 16 e 23 de Setembro.
agência de viagens da companhia nacional de navegação
Rua do Comércio, 85 - Lisboa - Telefs. 323021 - 366315 - 365215
Em colaboração com a Alitalia

Roma 1976

A MISSA

O cardeal brasileiro Eugénio Sales celebrou missa de sétimo dia pelo ex-patriarca de Lisboa. Lá estavam o ex-presidente Tomás e D. Gestrudes, evidentemente.

Mas o escândalo rebentou: Caetano não compareceu, apesar de convidado, e entre os antigos ministros do fascismo residentes no Brasil apenas Leite Pinto esteve presente.

Tendo em atenção o que se passou em Lisboa, poderá comentar-se: «As missas que o mundo dá!»

ENTRETANTO...

Entretanto, segundo notícia o Ministério da Agricultura e Pescas, o secretário de Estado da Estruturação Agrária, Carlos Portas, foi ontem recebido pelo cardeal-patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro. Acrescenta-se que na audiência «foram trocadas impressões sobre problemas gerais do mundo rural, focados em recente nota do Episcopado Português.

Os desígnios da «lei Barreto» são insondáveis!

Extradição de francês condenado por posse ilegal de explosivos

. De acordo como «Diário da República» de hoje, o Conselho de Ministros deferiu, na sua última reunião, o pedido formulado pela República Francesa da extradição do cidadão francês Christ Daniel, de 30 anos, natural de Spondeville, condenado no dia 28 de Julho último, no Tribunal Militar de Coimbra, por posse ilegal de explosivos.

Christ Daniel, que foi julgado conjuntamente com três portugueses, tendo sido condenado a cinco anos de prisão maior e ao pagamento da multa de 12 contos, era acusado de pertencer a «uma associação de malfeitores» e de ter participado a vários assaltos à mão armada.

Na altura da sua detenção por elementos de uma brigada da Secção da Polícia Judiciária do Porto, na tarde de 28 de Agosto do ano passado, Christ tinha em seu poder grande quantidade de explosivos, cujo objectivo sempre se recusou a revelar tanto em Tribunal como às autoridades policiais.

A extradição de Christ Daniel só produzirá, porém, os seus efeitos depois do integral cumprimento da pena a que foi condenado.

Pretória expulsa negros para o Transkei

. O Governo sul-africano iniciou a destruição das habitações de vários milhares de africanos instalados em redor da Cidade do Cabo, tendo decidido mandá-los para os bantustões. Os «bulldozers» já arrasaram ontem numerosas habitações, sob a protecção de polícias armados e acompanhados de cães, tendo muitos negros incendiado as suas casas em sinal de protesto. Enorme confusão reinava na noite passada no bairro de lata dos «Cape Flats», onde vivem cerca de 11 mil pessoas. Ocorreu igualmente uma confrontação com o Transkei, o bantustão tornado «independente» pela África do Sul no ano passado, e isso porque o Governo tenciona mandar para aquele território a maior parte das pessoas expulsas das imediações da Cidade do Cabo.

Réplica
SAI À TERÇA-FEIRA
preço dez escudos